

# Alupar



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

IBRA B3 IEE B3 IGCB3 IGCT B3 ITAG B3 UTIL B3 IDIV B3

**ALUP**  
B3 LISTED N2

# Alupar Investimento S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

## Sumário

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DE DESEMPENHO .....</b>	<b>3</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....</b>	<b>30</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....</b>	<b>37</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....</b>	<b>38</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>39</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>40</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....</b>	<b>42</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>43</b>
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	43
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	50
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	51
4. NOVAS NORMAS VIGENTES E NÃO VIGENTES.....	66
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	67
6. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO.....	67
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	67
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	68
9. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO.....	68
10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO.....	69
11. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES.....	71
12. IMOBILIZADO.....	72
13. INTANGÍVEL.....	74
14. FORNECEDORES.....	76
15. ENCARGOS REGULATÓRIOS E OUTROS TRIBUTOS A PAGAR E COMPENSÁVEIS.....	77
16. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E ENCARGOS REGULATÓRIOS DIFERIDOS.....	78
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	79
18. DEBÊNTURES.....	82
19. PASSIVO CONTRATUAL COM CLIENTES.....	85
20. PROVISÕES, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	86
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	91
22. RESULTADO POR AÇÃO.....	94
23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	95
24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO.....	97
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	98
26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	99
27. PARTES RELACIONADAS.....	102
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	104
29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	112
30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	114
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	114
32. COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS.....	115
33. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	115
<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>118</b>
<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....</b>	<b>119</b>

## Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A. ("Alupar ou Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

### 1. Sobre a Alupar

Na Alupar temos um modelo de Gestão de Pessoas que suporte a Companhia a ser competitiva por meio da atração, desenvolvimento, reconhecimento, recompensa e retenção de um quadro de profissionais qualificados, de alto desempenho e aderentes à nossa cultura (Jeito de Ser Alupar), que atendam às necessidades de crescimento e desenvolvimento, presentes e futuras, dos negócios da Companhia, dentro de práticas que promovam a diversidade, equidade, inclusão e o bem-estar coletivo.

A Gestão das Pessoas na Alupar adota práticas que respeitam os direitos humanos e trabalhistas reconhecidos na legislação onde atuamos, além do respeito à diversidade, equidade e inclusão, e considerando o alinhamento dos interesses individuais dos profissionais com os objetivos estratégicos da Companhia.

Nosso compromisso com os resultados do negócio está entrelaçado com a busca e compartilhamento contínuo de aprendizados, promovendo relacionamentos baseados no respeito mútuo, transparência e valorização das pessoas. Estamos firmemente comprometidos em coibir todas as formas de práticas discriminatórias, assédio moral e sexual, além de erradicar o trabalho infantil, forçado ou compulsório. Valorizamos a diversidade e respeitamos a livre associação sindical e negociações coletivas. Nosso objetivo é criar um ambiente de trabalho saudável, seguro e livre de qualquer tipo de coerção, promovendo o bem-estar coletivo e alcançando alta performance.

Para a Alupar, é uma prioridade promover um senso de pertencimento entre seus profissionais, visando estabelecer uma harmonia entre suas identidades individuais e a identidade coletiva da Companhia, reforçando o nosso Jeito de Ser Alupar. Acreditamos que, ao fazer isso, podemos alinhar crenças, valores, atitudes e comportamentos, criando um ambiente de trabalho positivo que inspira motivação, felicidade e produtividade elevadas em nossa equipe.

Nossa missão é atrair os melhores profissionais para preencher as posições disponíveis. Internamente, valorizamos nossos talentos nos processos de recrutamento interno, promovendo e reconhecendo os resultados alcançados, e reforçando a sucessão interna. Quando necessário, buscamos no mercado pessoas que possuam as competências técnicas necessárias para o desempenho das funções, estejam alinhados com nossa Cultura Organizacional e demonstrem potencial para enfrentar os desafios atuais e futuros da Companhia.

A Alupar reconhece que o aprendizado é uma construção coletiva fundamental. Por isso, implementamos práticas que buscam provocar, estimular e promover ações que facilitem o compartilhamento e a multiplicação do conhecimento entre as pessoas e equipes.

Além disso, incentivamos iniciativas de autodesenvolvimento e a busca ativa pelo saber, tanto por meio de programas formais de desenvolvimento, quanto também pelo compartilhamento das lições aprendidas, baseadas em experiências reais no ambiente de trabalho.

A Alupar identifica e desenvolve os talentos internos, estruturando planos de sucessão para cargos chaves e iniciativas para retenção desses talentos. Além de também desenvolver as habilidades e competências dos profissionais, com treinamentos, ações de desenvolvimento e educação continuada. Acompanhando também as melhores tendências do mercado para composição de seu pacote remuneração e benefícios, de modo a torná-lo atrativo na mobilização e retenção de profissionais, além de proporcionar bem-estar, com foco na melhoria contínua das condições de trabalho.

Entendemos que sua liderança é o principal responsável por implementar a estratégia e a cultura da Companhia, garantindo a sustentabilidade do negócio. Com isso investimos em programas de capacitação e desenvolvimento dos gestores.

A Alupar acredita que os melhores resultados podem ser alcançados quando a pessoa desfruta de condições de vida plena, em todos os âmbitos, pessoal e profissional. Por isso, estimula a adoção de hábitos equilibrados entre o profissional e o pessoal, com foco em ações relacionadas ao bem-estar mental, financeiro, físico e social. Com ações relacionadas a jornadas flexíveis de trabalho, atividades culturais e artísticas, práticas esportivas, alimentação saudável, celebração de datas festivas e reconhecimento.

## Transmissão

A Alupar possui participação em concessões de 44 sistemas de transmissão de energia elétrica, totalizando 9.999 km de linhas de transmissão, por meio de concessões com prazo de 30 anos localizadas no Brasil, Colômbia, Chile e Peru. Do total de ativo, 31 estão operacionais, 13 em fase de implantação, que possuem cronograma de entrada em operação comercial entre 2026 - 2029.

## Geração

A Alupar também atua na geração de energia renovável por meio de UHEs, PCHs, parques eólicos e uma usina fotovoltaica no Brasil, na Colômbia e no Peru. O portfólio de ativos totaliza uma capacidade instalada de 798,5 MW em operação.

## 2. Governança Corporativa e Compliance

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de Governança Corporativa, seguindo todas as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da B3. Seguem as principais iniciativas e reconhecimentos neste tema:

- MSCI ESG Ratings – Classificação BB
- Contratação de auditores independentes para auditoria de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim;
- Tag along de 100% para detentores de ações ON e PN;
- Acionistas preferencialistas votam em pautas específicas da Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho de Administração contendo dois Conselheiros Independentes;
- Existência de Comitê de Governança, Sucessão e; Comitê de Finanças, e Contratação de Partes Relacionadas, bem como Comitê de Auditoria e Comitê de Sustentabilidade
- Previsão no Estatuto Social de instalação de Conselho Fiscal;
- Código de Conduta, Ética & Compliance, que pauta a conduta responsável da Companhia, disponível no website;
- Programa de Integridade;
- Compliance Officer;
- Canal de Denúncias Terceirizado; e
- 5% da remuneração variável atrelada a metas ESG.

## 3. Composição Acionária

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 4.023.099.152,88 e dividido em ações ordinárias e preferenciais conforme quadro abaixo. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	513.956.691	76,54%	1.889.772	0,60%	515.846.463	52,16%
Outros*	157.537.587	23,46%	315.496.551	99,40%	473.034.138	47,84%
<b>Total</b>	<b>671.494.278</b>	<b>100,00%</b>	<b>317.386.323</b>	<b>100,00%</b>	<b>988.880.601</b>	<b>100,00%</b>

\*free float











### 4. Desempenho Econômico Financeiro

Em 15 de julho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.481, que estabeleceu as novas RAPs das controladas e coligadas da Alupar, para o ciclo de 12 meses, a partir de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, estabelecendo reajuste de 5,32% para os contratos indexados em IPCA e de 7,02% para os contratos indexados em IGP-M, este último impacto mitigado pelo efeito positivo do portfólio contratado da Companhia que conta com 58% indexado em IPCA, 24% Indexado em IGPM e 18% em contratos em moeda estrangeira.

Em 2025, a Receita Líquida Consolidada atingiu R\$ 4.397,9 milhões, ante os R\$ 4.002,1 milhões registrados em 2024. O EBITDA Consolidado atingiu R\$ 3.300,3 milhões, ante os R\$ 3.070,8 milhões apurados em 2024 e o Lucro Líquido da Controladora totalizou R\$ 1.215,6 milhões, ante os R\$ 1.086,1 milhões registrados em 2024.

### 5. Investimentos

Considerando que o último projeto do segmento de geração foi concluído em 2024, a partir de 2025 passamos a apresentar os investimentos em projetos em andamento que compõem o Novo Ciclo de Crescimento da Companhia. Segue abaixo a composição trimestral dos investimentos realizados ao longo de 2024 e 2025 nos projetos de transmissão em implantação:

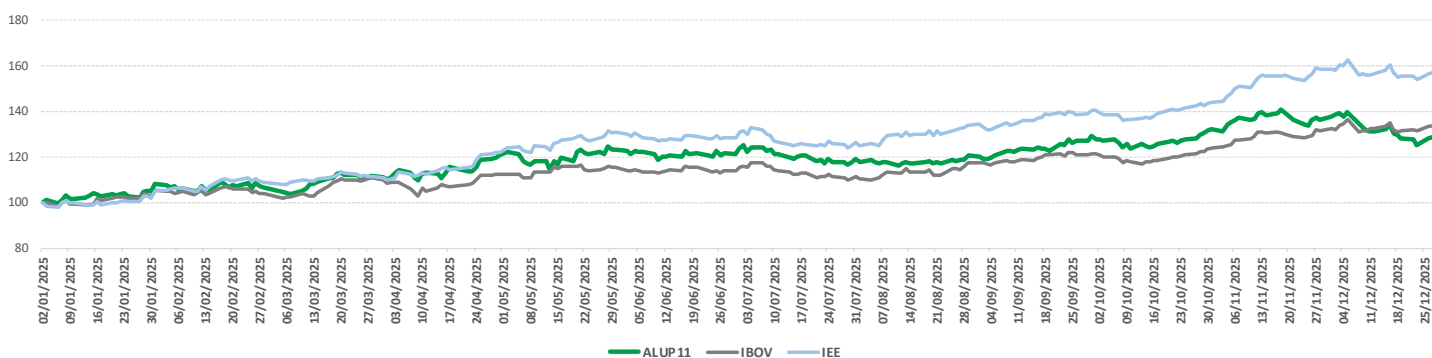
PROJETO	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	2024	2025
 <b>ECP</b> Transmissão de Energia Central Paulista S.A.	0,38	R\$ 0,26	R\$ 1,06	R\$ 6,36	R\$ 55,56	R\$ 29,38	R\$ 15,74	R\$ 30,24	R\$ 8,07	R\$ 130,91
 <b>AP</b> Transmissão de Energia Alto Paranaíba S.A.	-	-	-	-	R\$ 20,97	R\$ 21,27	R\$ 50,17	R\$ 31,34	-	R\$ 123,75
 <b>PC</b> Transmissão de Energia Ponta Grossa S.A.	-	-	R\$ 1,32	R\$ 1,25	R\$ 3,02	R\$ 2,93	R\$ 3,77	R\$ 4,01	R\$ 2,57	R\$ 13,73
 <b>CN</b> Transmissão Centro Norte	US\$ 0,03	US\$ 0,10	US\$ 0,33	US\$ 0,47	US\$ 0,23	US\$ 0,61	US\$ 1,27	US\$ 2,89	US\$ 0,92	US\$ 4,99
 <b>ES</b> Transmissão de Energia do Espírito Santo S.A.	-	-	-	-	-	-	US\$ 0,02	US\$ 0,44	-	US\$ 0,46
 <b>EL</b> Transmissão de Energia do Estado de São Paulo S.A. E.S.P.	US\$ 0,01	US\$ 0,11	US\$ 0,11	US\$ 0,25	US\$ 0,19	US\$ 0,33	US\$ 0,53	US\$ 0,93	US\$ 0,48	US\$ 1,98
 <b>SED</b> Transmissão de Energia do Estado de São Paulo S.A. E.S.P.	-	-	-	-	US\$ 0,41	US\$ 0,01	US\$ 0,23	US\$ 3,35	-	US\$ 4,00
 <b>EP</b> Transmissão de Energia do Espírito Santo S.A. E.S.P.	-	US\$ 0,02	-	US\$ 0,01	US\$ 0,01	US\$ 0,04	US\$ 0,03	US\$ 0,02	US\$ 0,03	US\$ 0,10
 <b>SA</b> Transmissão de Energia do Estado de São Paulo S.A. E.S.P.	-	-	-	US\$ 8,47	US\$ 0,18	US\$ 0,18	US\$ 6,08	US\$ 3,05	US\$ 8,47	US\$ 9,49
 <b>ER</b> Transmissão de Energia do Estado de São Paulo S.A. E.S.P.	-	-	-	-	US\$ 0,06	US\$ 0,01	US\$ 0,09	US\$ 0,28	-	US\$ 0,44
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>R\$ 0,38</b>	<b>R\$ 0,26</b>	<b>R\$ 2,38</b>	<b>R\$ 7,62</b>	<b>R\$ 79,55</b>	<b>R\$ 53,58</b>	<b>R\$ 69,67</b>	<b>R\$ 65,59</b>	<b>R\$ 10,64</b>	<b>R\$ 268,39</b>
<b>TOTAL (US\$)</b>	<b>US\$ 0,04</b>	<b>US\$ 0,23</b>	<b>US\$ 0,44</b>	<b>US\$ 9,20</b>	<b>US\$ 1,08</b>	<b>US\$ 1,18</b>	<b>US\$ 8,25</b>	<b>US\$ 10,96</b>	<b>US\$ 9,90</b>	<b>US\$ 21,46</b>

### 6. Mercado de Capitais

A Alupar foi registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 no dia 23 de abril de 2013. Suas UNITS são negociadas sob o código ALUP11 e são compostas por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais (1 UNIT = 1 ON + 2 PN).

As Units da Alupar (B3: ALUP11) encerraram 2025 cotadas a R\$ 31,75, uma valorização de 29,07%, em relação ao fechamento de 2024. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) apresentou uma valorização de 61,23% e o índice Ibovespa uma valorização de 34,13%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 10,5 bilhões.

#### Gráfico de Desempenho das Units da Alupar (ALUP11) comparado com o Ibovespa (IBOV) e Índice de empresas de Energia Elétrica (IEE):



Ao longo de 2025, as Units da Alupar apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 27,6 milhões, em linha com o volume médio diário de R\$ 27,8 milhões registrado em 2024.

## 7. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados o principal pilar da estratégia de crescimento e perenidade da Companhia e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano. A Alupar é uma Companhia que está permanentemente preocupada com o bem-estar de seus colaboradores.

A seguir, apresentamos os dados relativos à equidade do nosso corpo funcional, em conformidade com o Art. 133, § 6º da Lei 6.404/76:

Contratações e desligamentos por gênero	2025		2024	
	Número de contratações	Número de desligamentos	Número de contratações	Número de desligamentos
Homens	179	134	142	127
Mulheres	66	54	50	39

Quadro funcional por gênero e nível funcional	2025			2024		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Diretoria (inclui presidente, vice-presidente e diretores)	16	1	17	17	1	18
Superintendência	0	2	2	2	2	4
Gerência	25	10	35	20	12	32
Coordenação/Supervisão/Especialistas	76	31	107	61	28	89
Serviços Auxiliares	15	10	25	21	7	28
Administrativo/Técnico-Operacional	591	186	777	555	180	735
<b>Total</b>	<b>723</b>	<b>240</b>	<b>963</b>	<b>676</b>	<b>230</b>	<b>906</b>

Composição dos níveis funcionais por gênero	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria (inclui presidente, vice-presidente e diretores)	94,12%	5,88%	94,44%	5,56%
Superintendência	0,00%	100,00%	50,00%	50,00%
Gerência	71,43%	28,57%	62,50%	37,50%
Coordenação/Supervisão/Especialistas	71,03%	28,97%	68,54%	31,46%
Serviços Auxiliares	60,00%	40,00%	75,00%	25,00%
Administrativo/Técnico-Operacional	76,06%	23,94%	75,51%	24,49%
<b>Total</b>	<b>75,08%</b>	<b>24,92%</b>	<b>74,61%</b>	<b>25,39%</b>

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens por nível funcional	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria (inclui presidente, vice-presidente e diretores)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Superintendência	100,00%	100,00%	98,40%	160,50%
Gerência	131,70%	142,30%	102,80%	102,10%
Coordenação/Supervisão/Especialistas	99,40%	86,10%	103,00%	86,90%
Serviços Auxiliares	100,90%	81,60%	71,20%	64,50%
Administrativo/Técnico-Operacional	115,50%	86,10%	116,80%	84,30%

Em 2025 seguimos com avanços em diferentes frentes visando o desenvolvimento e bem-estar de nossos colaboradores:

- No desenvolvimento e retenção de pessoas chave;
- Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas;
- Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria;
- Prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar 2025.

## 8. Sustentabilidade

Reforçamos nosso compromisso com uma atuação responsável e sustentável, assegurando não apenas o pleno atendimento à legislação ambiental e às condicionantes dos processos de licenciamento, mas também a incorporação das melhores práticas de mercado e das expectativas crescentes da sociedade em relação à agenda ESG.

Nosso modelo de gestão integra sustentabilidade à estratégia do negócio nos segmentos de transmissão, geração e comercialização de energia, promovendo eficiência operacional, geração de valor compartilhado e desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde atuamos. Seguimos investindo na expansão e modernização de ativos que ampliam a oferta de energia renovável e fortalecem a infraestrutura elétrica do país, contribuindo para a transição energética e para o desenvolvimento sustentável de longo prazo.

### Programas Ambientais

Mantemos e aprimoramos nossos programas ambientais, estruturados para prevenir, mitigar e compensar impactos decorrentes de nossas atividades:

- Programa de Proteção da Área de Preservação Permanente e Reposição Florestal;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Monitoramento e Manejo de Fauna e Flora;
- Plano de Compensação Ambiental;
- Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; e
- Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social.

### Biodiversidade

Reconhecemos que os potenciais impactos sobre a biodiversidade variam conforme o tipo de ativo, geração ou transmissão, e a fase do empreendimento, implantação ou operação. Durante a fase de implantação, contamos com equipes técnicas especializadas que acompanham as obras, monitoram fornecedores e garantem a conformidade com as exigências do licenciamento ambiental.

Na fase de operação, implementamos ações permanentes de prevenção, mitigação e compensação, conforme estabelecido nos respectivos Planos Básicos Ambientais (PBA) de cada unidade. Essas ações contemplam tanto a gestão de impactos negativos quanto a potencialização de impactos positivos, promovendo a conservação da biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas nas áreas de influência dos empreendimentos.

### Clima

Adotamos um modelo estruturado de gestão e aprimoramento contínuo das emissões de gases de efeito estufa (GEE), com foco na qualificação do inventário corporativo e na definição de iniciativas de redução. Utilizamos um sistema especializado para a gestão das emissões, que amplia a escalabilidade da agenda climática e ESG, além de aumentar a acurácia e a rastreabilidade das informações reportadas.

A melhoria contínua dos processos de contabilização fortalece a governança e a confiabilidade do inventário. Pelo segundo ano consecutivo, participamos do Programa Brasileiro GHG Protocol, com nova obtenção do Selo Ouro, que reconhece o mais alto nível de qualidade na elaboração e verificação das informações.

Como parte do nosso compromisso com o ODS 13 — Ação contra a Mudança Global do Clima, seguimos implementando iniciativas de descarbonização e soluções voltadas ao mercado:

- Continuidade da campanha “Vá de Etanol” para a frota flex, incentivando a redução de emissões diretas;
- Comercialização de créditos de carbono; e
- Emissão e comercialização de I-RECs, certificando a origem renovável da energia.



Também participamos voluntariamente pelo terceiro ano do CDP, uma iniciativa global que reúne informações sobre a gestão da sustentabilidade de empresas e governos em todo o mundo, reforçando o nosso compromisso com a transparência de nossas informações ambientais. No ciclo de reporte realizado em 2025, com dados referentes a 2024, obtivemos nota C no questionário de Mudanças Climáticas, resultado que orienta nossa agenda de evolução contínua na gestão climática.

### Social

No pilar social, a Alupar reafirma seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, e sustentável. Nossa atuação vai além da geração e transmissão de energia, buscamos promover desenvolvimento social e geração de valor compartilhado nas regiões onde operamos.

Investimos em iniciativas que ampliam o acesso à cultura, ao esporte e a oportunidades de desenvolvimento humano, apoiando projetos que promovem transformação social e fortalecimento comunitário, como centros de criação artística, programas de incentivo cultural e ações voltadas à formação e inclusão social.

Adicionalmente, conduzimos ações educativas e informativas com foco no diálogo permanente com as comunidades, acompanhando e mitigando eventuais impactos decorrentes de nossos empreendimentos e fortalecendo relações baseadas em transparência e confiança.

Em 2025, destinamos R\$ 4,5 milhões a projetos sociais por meio de mecanismos de incentivo fiscal:

- Lei de Incentivo à Cultura;
- Lei de Incentivo ao Esporte;
- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; e
- Fundo de Amparo ao Idoso.

### Programa de Diversidade e Inclusão

Contamos com um Programa de Diversidade e Inclusão chamado Alento, que tem por princípio a empatia cognitiva, escuta ativa, educação, engajamento, ética e eficácia social. Algumas das ações estão destacadas abaixo:

- Contratação de consultoria especializada em Diversidade e Inclusão;
- Realização de letramentos sobre temas de Diversidade com nossos colaboradores; e
- Ações internas em datas de sensibilização de Diversidade.

Realizamos o censo corporativo, essencial para embasar nosso Planejamento Estratégico de Diversidade e Inclusão.

## 9. Cenário Macroeconômico

Ao longo de 2025, a economia brasileira atravessou um período de transição marcado pela desaceleração gradual da atividade após o desempenho resiliente observado no ano anterior. O primeiro trimestre ainda refletiu inércia positiva do consumo das famílias, sustentado por um mercado de trabalho robusto, com taxa de desemprego em patamar historicamente baixo e crescimento real da massa salarial. No entanto, sinais de moderação começaram a emergir na indústria e nos serviços mais sensíveis ao crédito, à medida que condições financeiras mais restritivas ao longo dos trimestres anteriores continuaram a produzir efeitos defasados sobre decisões de investimento e consumo durável.

No campo inflacionário, o início do ano foi caracterizado por inflação em trajetória de arrefecimento, favorecida pela normalização de preços administrados e pela dissipação de choques específicos do período anterior. Ainda assim, a inflação de serviços permaneceu pressionada, refletindo a rigidez típica desse segmento e a sustentação da demanda doméstica, especialmente em itens ligados ao mercado de trabalho. Ao longo do primeiro semestre, as expectativas de inflação para horizontes mais longos oscilaram, em parte influenciadas por ruídos fiscais e por revisões nas projeções globais de juros, mantendo-se acima do centro da meta e impondo cautela à condução da política monetária.

No segundo semestre, a atividade perdeu fôlego de forma mais clara, com desaceleração do crédito para pessoas físicas e jurídicas, spreads elevados e maior seletividade das instituições financeiras. O mercado de trabalho começou a apresentar acomodação, com menor ritmo de geração líquida de vagas e estabilização da massa salarial real. Esse ambiente contribuiu para a consolidação da queda da inflação, embora a descompressão da inflação de serviços tenha ocorrido de maneira mais lenta. No plano fiscal, a percepção dos agentes permaneceu sensível à trajetória das contas públicas e à capacidade de cumprimento das metas anunciadas, o que impactou prêmios de risco, câmbio e, por consequência, a dinâmica inflacionária.

O cenário externo também exerceu papel relevante. A manutenção de juros elevados nas economias avançadas ao longo da maior parte do período, combinada a incertezas geopolíticas e à desaceleração moderada da China, manteve a volatilidade nos mercados financeiros e limitou o espaço para uma flexibilização mais rápida das condições domésticas. A valorização ou depreciação do real, em diferentes momentos do ano, refletiu fluxos globais e percepção de risco local, influenciando preços de bens comercializáveis e expectativas. Esse contexto reforçou a necessidade de calibragem cuidadosa da taxa Selic, ponderando o hiato do produto em abertura gradual e a convergência da inflação às metas.

No balanço de riscos para a inflação, o período encerra-se com vetores em ambas as direções: de um lado, a desaceleração da atividade, a moderação do crédito e a acomodação do mercado de trabalho favorecem a convergência; de outro, a persistência da inflação de serviços, a sensibilidade das expectativas e as incertezas fiscais e externas mantêm o cenário assimétrico. A percepção atual do mercado aponta para continuidade do ciclo de redução da taxa básica de juros em ritmo cauteloso, condicionado à consolidação da desinflação e à ancoragem das expectativas, com espaço limitado para movimentos abruptos diante do ambiente ainda desafiador.

## 10. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que contratamos a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela KPMG foram contratados para o período de 2024 – 2025, e renovados para 2026. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2025 corresponde ao montante de R\$ 2.686.028,14 referente ao serviço relacionado à auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício de 2025 e das Informações Trimestrais (“ITR”) da Alupar Investimento S.A. e suas controladas e controlada em conjunto.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

## 11. Balanço Social

	Consolidado							
	31/12/2025			31/12/2024				
<b>Base de cálculo</b>								
Receita líquida (RL)	4.397.883			4.002.104				
Lucro operacional (LO)	3.114.519			2.892.636				
Folha de pagamento bruta (FPB)	261.896			239.263				
Valor adicionado total (VAT)	4.394.795			4.093.659				
<b>Indicadores sociais internos</b>								
		% sobre				% sobre		
		FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
Encargos sociais compulsórios	45.678	17,44%	1,04%	1,04%	42.722	17,86%	1,07%	1,04%
Assistência Médica e Vale Transporte	21.282	8,13%	0,48%	0,48%	19.463	8,13%	0,49%	0,48%
Previdência Privada	2.882	1,10%	0,07%	0,07%	3.173	1,33%	0,08%	0,08%
Educação	645	0,25%	0,01%	0,01%	274	0,11%	0,01%	0,01%
Auxílio alimentação	15.688	5,99%	0,36%	0,36%	13.276	5,55%	0,33%	0,32%
Outros	4.045	1,54%	0,09%	0,09%	2.708	1,13%	0,07%	0,07%
	90.220	34,45%	2,05%	2,05%	81.616	34,11%	2,04%	1,99%
<b>Indicadores sociais externos</b>								
		% sobre				% sobre		
		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Doações e contribuições	2.786	0,09%	0,06%	0,06%	2.609	0,09%	0,07%	0,06%
Projetos de incentivo à cultura	4.545	0,15%	0,10%	0,10%	6.540	0,23%	0,16%	0,16%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	30.588	0,98%	0,70%	0,70%	28.990	1,00%	0,72%	0,71%
Tributos excluídos encargos sociais	1.015.844	32,62%	23,10%	23,11%	508.022	17,56%	12,69%	12,41%
	1.053.763	33,83%	23,96%	23,98%	546.161	18,88%	13,65%	13,34%
<b>Indicadores ambientais</b>								
		% sobre				% sobre		
		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Investimentos relacionados à atividade da empresa								
Projetos de preservação ambiental	788	0,03%	0,02%	0,02%	2.308	0,08%	0,06%	0,06%
Projetos de educação ambiental em comunidades	831	0,03%	0,02%	0,02%	1.030	0,04%	0,03%	0,03%
Licenças ambientais	467	0,01%	0,01%	0,01%	662	0,02%	0,02%	0,02%
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Manejo de vegetação	3.337	0,11%	0,08%	0,08%	6.202	0,21%	0,15%	0,15%
	5.423	0,17%	0,12%	0,12%	10.201	0,35%	0,25%	0,25%
<b>Indicadores do corpo funcional</b>								
Empregados no final do período	933				906			
Escolaridade dos empregados								
Superior e extensão universitária	533				486			
Ensino médio	373				420			
Faixa etária dos empregados								
Abaixo de 30 anos	112				106			
De 30 até 50 anos	557				567			
Acima de 50 anos	264				233			
Admissões durante o ano	204				170			
Mulheres que trabalham na empresa	240				230			
Negros que trabalham na empresa	273				277			
Portadores de deficiências físicas	-				-			
Estagiários	12				6			
<b>Informações relevantes quanto ao período da cidadania empresarial</b>								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,0				23,0			
Acidentes de trabalho	-				-			

## ■ DESEMPENHO TRANSMISSÃO (IFRS)

### RECEITA LÍQUIDA DE TRANSMISSÃO (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita de Operação de Manutenção	175,0	174,2	154,6	12,7%	675,0	632,3	6,8%
Receita de Transmissão de Energia (RAP)	-	34,6	-	-	34,6	-	-
Parcela Variável (PV)	(2,7)	(5,4)	(2,8)	91,9%	(12,8)	(9,6)	33,3%
Remuneração do Ativo Contratual	442,5	468,9	407,8	15,0%	1.747,6	1.636,0	6,8%
Correção Monetária do Ativo Contratual	(5,5)	136,6	310,9	(56,1%)	650,9	852,1	(23,6%)
Receita de Infraestrutura	228,2	237,9	100,0	138,0%	810,4	440,9	83,8%
<b>Receita Bruta de Transmissão</b>	<b>837,6</b>	<b>1.046,8</b>	<b>970,5</b>	<b>7,9%</b>	<b>3.905,7</b>	<b>3.551,6</b>	<b>10,0%</b>
Tributos e Contribuições (PIS/COFINS)	(68,4)	(75,0)	(67,6)	11,0%	(303,7)	(268,0)	13,3%
Encargos Regulatórios	(13,0)	(18,2)	(12,9)	41,2%	(62,7)	(63,7)	(1,5%)
<b>Receita Líquida de Transmissão</b>	<b>756,2</b>	<b>953,6</b>	<b>890,0</b>	<b>7,1%</b>	<b>3.539,3</b>	<b>3.220,0</b>	<b>9,9%</b>

No 4T25 a Receita Líquida totalizou R\$ 953,6 mm, 7,1% superior aos R\$ 890,0 mm apurados no 4T24, principalmente pelo aumento de R\$ 76,3 mm na Receita Bruta, composto por:

▪ **Receita de Infraestrutura: +R\$ 137,9 mm**, principalmente em razão de:

✓ **Receitas de investimentos em novos projetos: +R\$ 144,0 mm**, principalmente na transmissora TECP que no 4T25 registrou uma receita de infraestrutura de R\$ 151,3 mm, frente aos R\$ 10,5 mm registrados no mesmo período do ano anterior;

✓ **Receitas de investimentos em reforços e melhorias: +R\$ 18,7 mm**, principalmente na transmissora EATE que registrou no 4T25 uma receita de infraestrutura de R\$ 17,8 mm e não teve valor contabilizado no 4T24;

✓ **ELTE: -R\$ 24,8 mm** dado que não houve receita registrada neste trimestre em função da entrada em operação comercial integral do ativo (RBNI no trecho sul em maio/2025 e do trecho norte em julho/2025).

▪ **Receita de Remuneração do Ativo de Concessão: -R\$ 113,3 mm**, basicamente em razão da redução de R\$ 174,4 mm na Correção Monetária do Ativo Contratual, decorrente das variações do Índice Geral de Preços Mercado ("IGP-M") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), abaixo:

✓ **Índice Geral de Preços Mercado ("IGP-M")**: 4T25: 0,32% | 4T24: 3,48%

✓ **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA")**: 4T25: 0,75% | 4T24: 1,40%;

Nota: Período de apuração de setembro a novembro de cada ano

Seguem os impactos na Correção Monetária do Ativo Contratual do 4T25 em razão das variações nos índices macroeconômicos:

IGP-M	EATE	ENTE	STN	ETEP	ECTE	OUTRAS	TOTAL
4T24	43,4	20,3	19,7	9,6	8,7	27,5	129,1
4T25	3,6	1,7	1,7	0,8	0,7	2,4	11,0
<b>TOTAL</b>	<b>(39,8)</b>	<b>(18,6)</b>	<b>(17,9)</b>	<b>(8,8)</b>	<b>(8,0)</b>	<b>(25,1)</b>	<b>(118,2)</b>

IPCA	TECP	TPE	TCC	ETB	ESTE	OUTRAS	TOTAL
4T24	-	39,5	26,8	21,2	18,6	75,6	181,8
4T25	20,6	21,9	14,9	11,8	10,3	46,2	125,6
<b>TOTAL</b>	<b>20,6</b>	<b>(17,6)</b>	<b>(12,0)</b>	<b>(9,4)</b>	<b>(8,3)</b>	<b>(29,4)</b>	<b>(56,2)</b>

- **Receita de Transmissão de Energia (RAP): +R\$ 32,0 mm**, principalmente pelo **aumento de R\$ 34,6 mm na transmissora TCE**, em função da entrada em operação comercial do ativo em outubro/2025.
- **Receita de Operação e Manutenção: +R\$ 19,7 mm**, sendo as maiores variações:
  - ✓ **STN: +R\$ 8,5 mm**, principalmente por efeito não-recorrente, ocorrido no 4T24, relacionado à remensuração dos saldos do Ativo Contratual de exercícios anteriores, o que não ocorreu neste trimestre;
  - ✓ **EBTE: +R\$ 2,0 mm**, principalmente pela incorporação da linha de transmissão 230kV Dardanelos pela EBTE em dezembro/2024;
  - ✓ **TBO (Rialma IV): +R\$ 1,1 mm**, em razão da conclusão da aquisição desta transmissora em julho/2025 com a consequente incorporação dos resultados a partir do 3T25 e;
  - ✓ **Demais transmissoras: +R\$ 10,0 mm**, em razão dos reajustes pela inflação dos custos de O&M.

## EBITDA E MARGEM EBITDA DE TRANSMISSÃO (IFRS)

**Totalizou R\$ 708,4 mm no 4T25**, um aumento de 1,8% comparado aos R\$ 695,7 mm apurados no 4T24.

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Operacional Líquida	756,2	953,6	890,0	7,1%	3.539,3	3.220,0	9,9%
(-) Custos Operacionais	(152,4)	(230,0)	(206,6)	11,3%	(792,9)	(607,5)	30,5%
(-) Despesas Operacionais	(20,4)	(31,0)	(43,0)	(27,8%)	(121,5)	(63,5)	91,2%
(-) Equivalência Patrimonial	321,3	10,2	53,6	(80,9%)	301,2	149,0	102,1%
(+) Depreciação/Amortização	(1,4)	(5,6)	(1,6)	243,5%	(10,7)	(6,6)	62,5%
<b>EBITDA (ICVM 156/22)</b>	<b>906,0</b>	<b>708,4</b>	<b>695,7</b>	<b>1,8%</b>	<b>2.936,9</b>	<b>2.704,5</b>	<b>8,6%</b>

Além da variação da Receita Líquida já detalhada na seção "RECEITA LÍQUIDA DE TRANSMISSÃO (IFRS)", as principais variações no EBITDA foram:

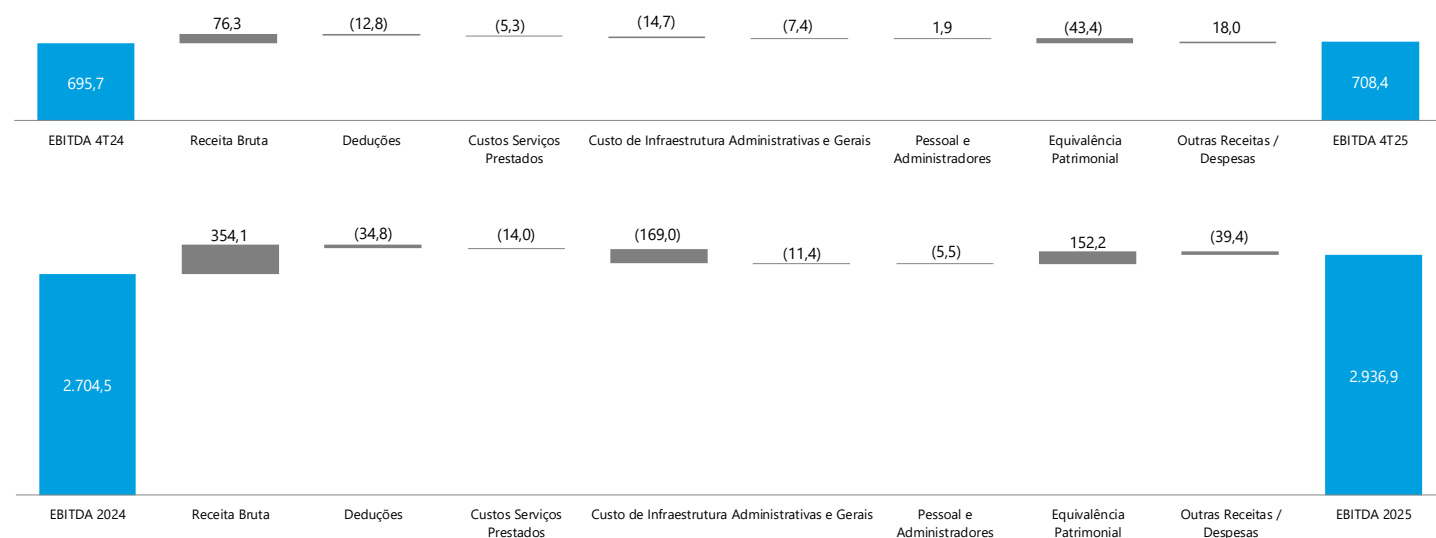
**Aumento de R\$ 14,7 mm no Custo de Infraestrutura**, que totalizou R\$ 170,3 mm neste trimestre, comparado aos R\$ 155,6 mm registrados no 4T24. Segue abaixo as principais variações:

- ✓ **Transmissoras em implantação no Brasil: +R\$ 87,8 mm**, principalmente em decorrência da evolução da implantação da TECP (+R\$ 79,5 mm);
- ✓ **Transmissoras em implantação no Peru: +R\$ 3,2 mm**, principalmente em decorrência da evolução da implantação da TSA (+R\$ 9,0 mm);
- ✓ **Investimentos em Reforços em Transmissoras no Brasil: +R\$ 13,0 mm**, principalmente em decorrência da evolução da implantação de reforço na EATE relativo à substituição de bancos de capacitores (+R\$ 12,4 mm);
- ✓ **ELTE: -R\$ 88,3 mm** em decorrência da conclusão dos investimentos no projeto ao final do 2T25.

Redução de **R\$ 43,4 mm na conta de Equivalência Patrimonial**, decorrente, exclusivamente, do resultado da TNE, que registrou um lucro de R\$ 28,6 mm neste trimestre frente aos R\$ 102,2 mm registrados no mesmo período do ano passado. Essa redução se deu, por: (i) redução de **R\$ 584,2 mm na Receita Líquida**, principalmente pela redução de **R\$ 724,8 mm na Receita de Infraestrutura**; (ii) redução de **R\$ 564,1 mm no Custo de Infraestrutura** e; (iii) aumento de **R\$ 91,3 mm no Resultado Financeiro** razão da entrada em operação do ativo em setembro de 2025 e;

Aumento de **R\$ 18,0 mm na conta de Outras Receitas/Outras Despesas**, principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 13,7 mm na linha Outras Receitas, em razão da contabilização, no 4T24, de um saldo negativo de R\$ 12,2 mm, na transmissora Transirapé, decorrente de revisão tarifária periódica sobre as receitas de reforços e melhorias (RBNI) e; (ii) redução de R\$ 4,3 mm na conta Outras Despesas dado que no 4T24 foi contabilizado uma despesa R\$ 4,2 mm na transmissora EBTE em razão de provisões para gastos fundiários.

### EVOLUÇÃO E FORMAÇÃO DO EBITDA DO 4T25 E 2025 (R\$ MM)



## LUCRO LÍQUIDO DE TRANSMISSÃO (IFRS)

Totalizou **R\$ 434,3 mm** no 4T25, comparado aos R\$ 467,7 mm apurados no 4T24, impactado principalmente por:

**Aumento de R\$ 12,7 mm no EBITDA**, conforme descrito nas seções “EBITDA E MARGEM EBITDA DE TRANSMISSÃO (IFRS)”;

**Redução de R\$ 34,5 mm no Resultado Financeiro**, principalmente por:

- **Despesas Financeiras: -R\$ 15,0 mm**, principalmente pelo impacto positivo de variação cambial da transmissora TCE conforme descrito na seção “LUCRO LÍQUIDO DE TRANSMISSÃO (REGULATÓRIO)” além da redução do IPCA que atingiu 1,08% neste trimestre comparado a 1,92% no 4T24 e;

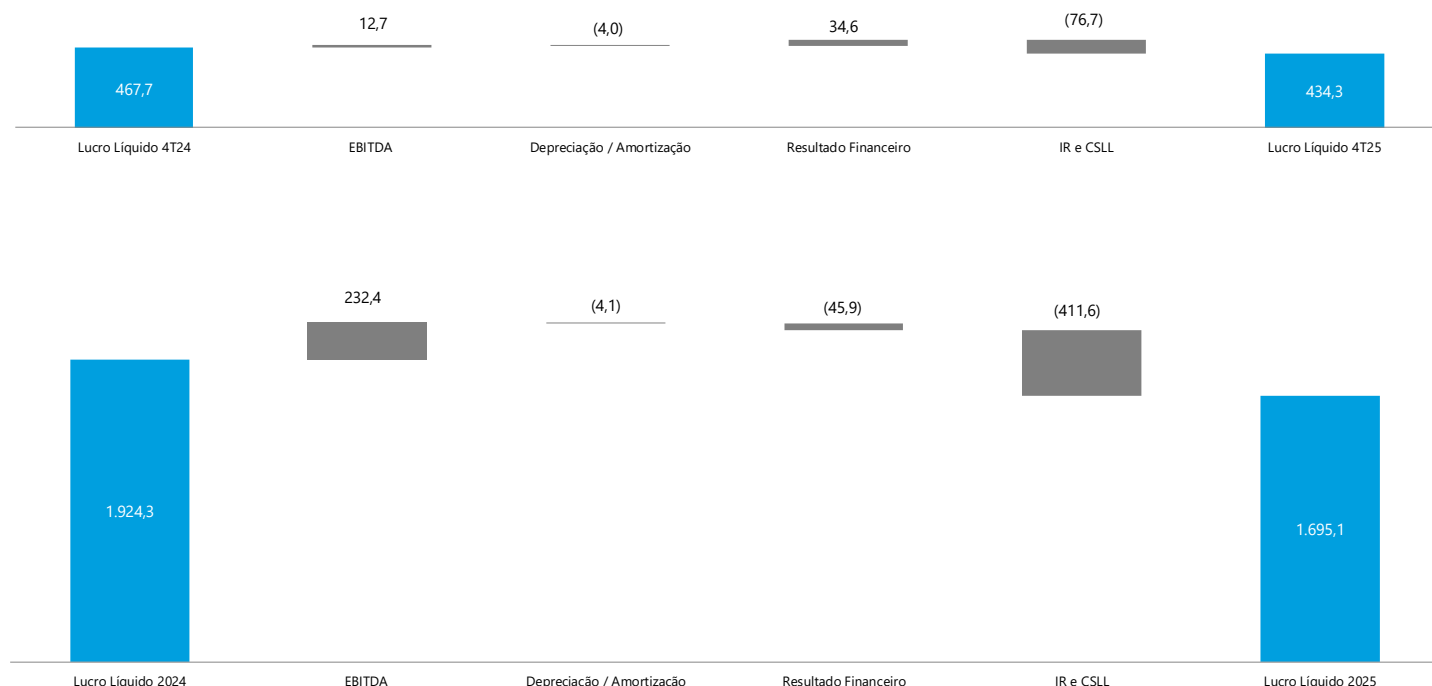
- **Receitas Financeiras: +R\$ 15,2 mm**, em razão do aumento do CDI que atingiu 3,53% neste trimestre comparado a 2,63% no 4T24.

**Aumento de R\$ 76,7 mm em impostos (IR/CSLL)**, principalmente por:

- ✓ **TME e ETVG: +R\$ 50,6 mm** dado o impacto positivo não-recorrente ocorrido no 4T24, em ambas as transmissoras, associado à obtenção do Laudo Constitutivo pela Sudam, respectivamente, em outubro e dezembro de 2024 e;

- ✓ **TECP: +R\$ 24,7 mm** em razão do aumento no resultado decorrente dos investimentos realizados na implantação do projeto.

## FORMAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO 4T25 E 2025 (R\$ MM)



## ■ DESEMPENHO GERAÇÃO

Os números consolidados do segmento de Geração da Alupar contemplam os resultados das Geradoras, da Comercializadora e eliminações *Intercompany*.

### INDICADORES CONSOLIDADOS SOCIETÁRIOS (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Líquida	208,7	211,6	234,9	(9,9%)	865,1	788,9	9,7%
Custos Operacionais	(50,2)	(59,7)	(59,7)	-	(222,4)	(200,4)	11,0%
Depreciação / Amortização	(46,0)	(45,5)	(43,2)	5,3%	(174,2)	(169,0)	3,1%
Compra de Energia	(43,7)	(50,7)	(62,0)	(18,2%)	(151,0)	(119,3)	26,6%
Despesas Operacionais	(14,5)	(14,9)	(12,7)	18,0%	(60,6)	(43,9)	38,1%
<b>EBITDA (Res. 156/22)</b>	<b>100,4</b>	<b>86,3</b>	<b>100,5</b>	<b>(14,1%)</b>	<b>431,0</b>	<b>425,4</b>	<b>1,3%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>48,1%</b>	<b>40,8%</b>	<b>42,8%</b>	<b>(2,0 p.p.)</b>	<b>49,8%</b>	<b>53,9%</b>	<b>(4,1 p.p.)</b>
Resultado Financeiro	(39,8)	(36,2)	(61,7)	(41,4%)	(160,5)	(220,8)	(27,3%)
<b>Lucro Líquido Consolidado</b>	<b>14,3</b>	<b>(10,2)</b>	<b>(16,6)</b>	<b>(38,4%)</b>	<b>62,2</b>	<b>16,0</b>	<b>289,3%</b>
Dívida Líquida	1.590,3	1.623,4	1.816,8	(10,6%)	1.623,4	1.816,8	(10,6%)
Dívida Líquida/EBITDA <sup>1</sup>	3,6x	3,8x	4,3x		3,8x	4,3x	

(1) EBITDA dos últimos 12 meses

### RECEITA LÍQUIDA DE GERAÇÃO (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Suprimento de Energia	232,3	237,4	257,2	(7,7%)	943,6	855,7	10,3%
Outras Receitas Operacionais	0,1	0,1	1,0	(86,7%)	12,6	4,9	155,4%
<b>Receita Bruta de Geração</b>	<b>232,4</b>	<b>237,5</b>	<b>258,2</b>	<b>(8,0%)</b>	<b>956,1</b>	<b>860,6</b>	<b>11,1%</b>
Trib. e Contrib. (PIS/COFINS/ICMS/ISS)	(21,9)	(24,1)	(21,4)	12,7%	(83,9)	(65,0)	29,1%
Encargos Regulatórios	(1,8)	(1,8)	(1,9)	(1,5%)	(7,1)	(6,6)	7,2%
<b>Receita Líquida de Geração</b>	<b>208,7</b>	<b>211,6</b>	<b>234,9</b>	<b>(9,9%)</b>	<b>865,1</b>	<b>788,9</b>	<b>9,7%</b>

### FORMAÇÃO DA RECEITA BRUTA DE GERAÇÃO DO 4T25

FATURAMENTO GERADORAS / COMERCIALIZAÇÃO (4T25)	ENERGIA (MWh)	PREÇO (R\$/MWh)	FATURAMENTO (R\$ mm)
<b>1. LONGO PRAZO - FATURAMENTO DE CONTRATOS BILATERAIS</b>	<b>819.615</b>	<b>304,6</b>	<b>249,7</b>
1.1 ACR	524.347	232,5	121,9
1.2 ACL	153.246	303,4	46,5
1.3 ACL - COMERCIALIZAÇÃO	142.022	572,2	81,3
1.4 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			0,0
<b>2. SPOT / CCEE – SAZONALIZAÇÃO</b>			<b>6,9</b>
<b>3. TOTAL GERAÇÃO BRUTO</b>			<b>256,5</b>
4. COMERCIALIZAÇÃO ALUPAR/ACE			70,7
<b>5. TOTAL GERAÇÃO / COMERCIALIZAÇÃO</b>			<b>327,3</b>
6. ELIMINAÇÕES			(89,7)
<b>7. GERAÇÃO CONSOLIDADO</b>			<b>237,5</b>



### VARIAÇÃO DA RECEITA CONSOLIDADA DE GERAÇÃO

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado			
	4T25	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Contrato Bilateral ACR	524.347	232,5	121.924	109.579	77,9	8.537					633.926	205,8	130.461
Contrato Bilateral ACL	153.246	303,4	46.488								153.246	303,4	46.488
Comercialização	142.022	250,4	35.560	96.671	183,6	17.747					238.693	223,3	53.307
Partes Relacionadas	163.304	279,9	45.704	206.423	213,3	44.020	369.727	242,7	(89.724)				
CCEE/Ajustes / Ressarcimentos			6.854			437							7.291
Outras Receitas Operacionais			-										
<b>Total</b>			<b>256.530</b>			<b>70.741</b>			<b>(89.724)</b>				<b>237.547</b>

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado			
	4T24	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Contrato Bilateral ACR	524.969	221,5	116.302	112.989	85,4	9.654					637.958	197,4	125.956
Contrato Bilateral ACL	202.893	322,4	65.413								202.893	322,4	65.413
Comercialização	143.995	252,7	36.385	189.289	115,9	21.940					333.284	175,0	58.325
Partes Relacionadas	198.789	266,1	52.895	11.150	119,0	1.327	209.939	258,3	(54.222)				
Reclassificação			-										-
CCEE/Ajustes / Ressarcimentos			6.845			642							7.487
Outras Receitas Operacionais			997										997
<b>Total</b>			<b>278.837</b>			<b>33.563</b>			<b>(54.222)</b>				<b>258.178</b>

<b>Variações</b>			<b>(22.307)</b>			<b>37.178</b>			<b>(35.502)</b>				<b>(20.631)</b>
------------------	--	--	-----------------	--	--	---------------	--	--	-----------------	--	--	--	-----------------

Faturamento	PCH Queluz			PCH Lavrinhas			UHE Ferreira Gomes			EÓLICAS EDVs			EAP I			EAP II			UFV Pitombeira			Demais Geradoras			Geração Combinado (Ativos)				
	4T25	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Valor		
Contrato Bilateral ACR							239.894	162,9	39.085	88.100	229,2	20.195								196.353	62,644	524.347	121.924						
Contrato Bilateral ACL																	33.049	226,7	7.493	120.197	38,995	153.246	46.488						
Comercialização	46.368	247,4	11.471	46.368	273,9	12.701	22.080	187,7	4.145	16.473	276,5	4.555							10.733	250,4	2.688	142.022	35.560						
Partes Relacionadas							88.099	277,2	24.423				29.944	285,3	8.543	8.628	272,1	2.348	36.633	283,6	10.390	163.304	45.704						
CCEE/Ajustes/Ressarcimentos			1.055			1.228			5.599			(4.123)			500				460			1.912						6.854	
Outras Receitas Operacionais																													
<b>Total</b>			<b>12.526</b>			<b>13.929</b>			<b>73.252</b>			<b>20.627</b>			<b>8.783</b>			<b>10.796</b>		<b>13.301</b>		<b>103.551</b>	<b>982.919</b>	<b>256.530</b>					

Faturamento	PCH Queluz			PCH Lavrinhas			UHE Ferreira Gomes			EÓLICAS EDVs			EAP I			EAP II			UFV Pitombeira			Demais Geradoras			Geração Combinado (Ativos)				
	4T24	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Valor		
Contrato Bilateral ACR							238.428	154,8	36.900	88.100	218,1	19.213								198.441	60,189	524.969	116.302						
Contrato Bilateral ACL	23.184	488,7	11.330	23.184	488,7	11.330											32.899	217,3	7.150	123.626	35,603	202.893	65.413						
Comercialização	39.210	276,1	10.825	39.210	276,1	10.825	22.080	198,4	4.381	21.775	242,8	5.287							20.232	245,3	4.962	1.488	105	143.995	36.385				
Partes Relacionadas							148.483	288,8	42.879				29.999	189,3	5.678	8.646	217,3	1.879	11.661	210,9	2.459	198.789	52.895						
CCEE/Ajustes/Ressarcimentos			646			600			2.680			1.277			272				(743)		279	1.834						6.845	
Outras Receitas Operacionais																												997	
<b>Total</b>			<b>22.801</b>			<b>22.755</b>			<b>86.840</b>			<b>25.777</b>			<b>5.950</b>			<b>8.286</b>		<b>7.700</b>		<b>98.728</b>	<b>1.070.646</b>	<b>278.837</b>					
<b>Variações</b>			<b>(10.275)</b>			<b>(8.826)</b>			<b>(13.588)</b>			<b>(5.150)</b>			<b>2.833</b>			<b>2.510</b>		<b>5.601</b>		<b>4.823</b>	<b>64.404</b>	<b>(22.307)</b>					

## CUSTO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Custos dos Serviços Prestados	(33,0)	(14,5)	(44,8)	(67,6%)	(125,2)	(137,7)	(9,1%)
Compra de Energia	(43,7)	(50,7)	(62,0)	(18,2%)	(151,0)	(119,3)	26,6%
Encargos da Rede Elétrica – CUST	(14,4)	(40,6)	(13,6)	199,4%	(81,5)	(52,3)	55,9%
Recursos Hídricos – CFURH	(2,8)	(4,5)	(1,3)	236,3%	(15,7)	(10,4)	50,7%
Depreciação / Amortização	(45,4)	(44,8)	(42,8)	4,7%	(171,8)	(167,8)	2,4%
<b>Custos Totais de Geração</b>	<b>(139,2)</b>	<b>(155,2)</b>	<b>(164,6)</b>	<b>(5,7%)</b>	<b>(545,2)</b>	<b>(487,4)</b>	<b>11,9%</b>

Totalizou R\$ 155,2 mm no 4T25, ante os R\$ 164,6 mm registrados no 4T24, sendo:

**Redução de R\$ 30,3 mm nos Custos dos Serviços Prestados**, explicado basicamente pelo efeito não-recorrente de reclassificação de custos de utilização do serviço de transmissão registrados na **UHE La Virgen no montante de R\$ 26,1 mm**, anteriormente contabilizados como Custos dos Serviços Prestados para a Encargos do Uso da Rede Elétrica (CUST).

**Redução de R\$ 11,3 mm em Compra de Energia**, explicado principalmente por:

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
4T25												
Comercialização	(36.792)	263,8	(9.705)	(239.532)	227,3	(54.447)				(276.324)	232,2	(64.152)
CCEE/Ajustes			94			(24)						70
Partes Relacionadas	(191.087)	214,3	(40.945)	(178.640)	273,1	(48.779)	(369.727)	242,7	(89.724)			
Impostos			3.580			9.779						13.359
<b>Total</b>			<b>(46.976)</b>			<b>(93.471)</b>			<b>(89.724)</b>			<b>(50.723)</b>

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
4T24												
Comercialização	(235.525)	149,8	(35.270)	(121.958)	293,6	(35.812)				(357.483)	198,8	(71.082)
CCEE/Ajustes			(309)			(849)	-		-			(1.158)
Partes Relacionadas	(17.774)	74,7	(1.327)	(197.841)	267,4	(52.895)	(215.615)	251,5	(54.222)			
Impostos			2.969			7.234						10.203
<b>Total</b>			<b>(33.937)</b>			<b>(82.322)</b>			<b>(54.222)</b>			<b>(62.037)</b>

<b>Variações</b>			<b>(13.039)</b>			<b>(11.149)</b>			<b>(35.502)</b>			<b>11.314</b>
------------------	--	--	-----------------	--	--	-----------------	--	--	-----------------	--	--	---------------

Compra de Energia	UHE Foz do Rio Claro			PCH Queluz			PCH Lavrinhas			UHE Ferreira Gomes			EAP I			EAP II			UFV Pitombeira			Demais Geradoras			Geração Combinado (Ativos)			
	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	
4T25																												
Comercialização				(12.132)	263,0	(3.191)	(12.132)	263,1	(3.192)													(12.528)	265,2	(3.322)	(36.792)	263,8	(9.705)	
Partes Relacionadas	(20.263)	264,3	(5.355)							(97.896)	178,3	(17.457)	(11.851)	261,4	(3.098)	(18.264)	246,9	(4.510)	(29.937)	265,9	(7.959)				(191.087)	214,3	(40.945)	
CCEE/ Ajustes														102													94	
Impostos			485									1.457		243				397			698			300			3.580	
<b>Total</b>			<b>(4.870)</b>			<b>(3.191)</b>			<b>(3.192)</b>			<b>(16.000)</b>		<b>(2.753)</b>			<b>(4.113)</b>			<b>(7.261)</b>			<b>(5.596)</b>			<b>(46.976)</b>		

Compra de Energia	UHE Foz do Rio Claro			PCH Queluz			PCH Lavrinhas			UHE Ferreira Gomes			EAP I			EAP II			UFV Pitombeira			Demais Geradoras			Geração Combinado (Ativos)				
	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor	MWh	PPA	Valor		
4T24																													
Comercialização	(15.926)	220,7	(3.515)	(23.184)	216,6	(5.021)	(23.184)	0,0	(5.007)	(137.496)	87,6	(12.043)	(5.539)	295,5	(1.637)	(10.668)	273,3	(2.916)	(5.762)	297,3	(1.713)	(13.766)	248	(3.418)	(235.525)	149,8	(35.270)		
Partes Relacionadas																						(10.046)	22,1	(222)			(17.774)	74,7	(1.327)
CCEE/ Ajustes			169			(49,0)			(100)			(191)		274				(195)			(133)			(84)			(309)		
Impostos			317									1.876		215				415			146						2.969		
<b>Total</b>			<b>(3.029)</b>			<b>(5.070)</b>			<b>(5.107)</b>			<b>(10.358)</b>		<b>(1.148)</b>			<b>(2.696)</b>			<b>(1.922)</b>			<b>(4.607)</b>			<b>(33.937)</b>			
<b>Variações</b>			<b>(1.841)</b>			<b>1.879</b>			<b>1.915</b>			<b>(5.642)</b>		<b>(1.605)</b>			<b>(1.417)</b>			<b>(5.339)</b>			<b>(989)</b>			<b>(13.039)</b>			

**Aumento de R\$ 2,0 mm na conta Depreciação/Amortização**, explicado pela variação de R\$ 616 mil em Amortização de Intangíveis dado que a partir do 3T25 as despesas com assessoria e consultoria de meio ambiente foram reclassificadas para gastos relacionados a licenças operacionais no ativo intangível.

**Aumento de R\$ 27,1 mm nos Encargos da Rede Elétrica – CUST**, sendo principalmente basicamente pelo efeito não-recorrente de reclassificação de custos de utilização do serviço de transmissão registrados na **UHE La Virgen no montante de R\$ 26,1 mm**, conforme descrito anteriormente em “Custos dos Serviços Prestados” e;

**Aumento de R\$ 3,1 mm na conta Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH**, basicamente pelo efeito não-recorrente de reclassificação de **R\$ 1,3 na UHE La Virgen e R\$ 1,8 mm na PCH Morro Azul** de valores de exercícios anteriores contabilizados como Custos dos Serviços Prestados.

## DESPESAS OPERACIONAIS DE GERAÇÃO (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Administrativas e Gerais	(6,9)	(7,7)	(5,7)	34,7%	(24,8)	(19,7)	26,3%
Pessoal e Administradores	(8,0)	(7,6)	(7,4)	2,4%	(29,1)	(25,1)	15,8%
Outras Receitas/Outras Despesas	0,4	0,3	0,5	(26,1%)	(6,7)	0,9	-
Depreciação / Amortização	(0,6)	(0,6)	(0,4)	70,6%	(2,4)	(1,2)	91,3%
<b>Despesas Totais de Geração</b>	<b>(15,1)</b>	<b>(15,6)</b>	<b>(13,0)</b>	<b>19,5%</b>	<b>(63,0)</b>	<b>(45,1)</b>	<b>39,6%</b>

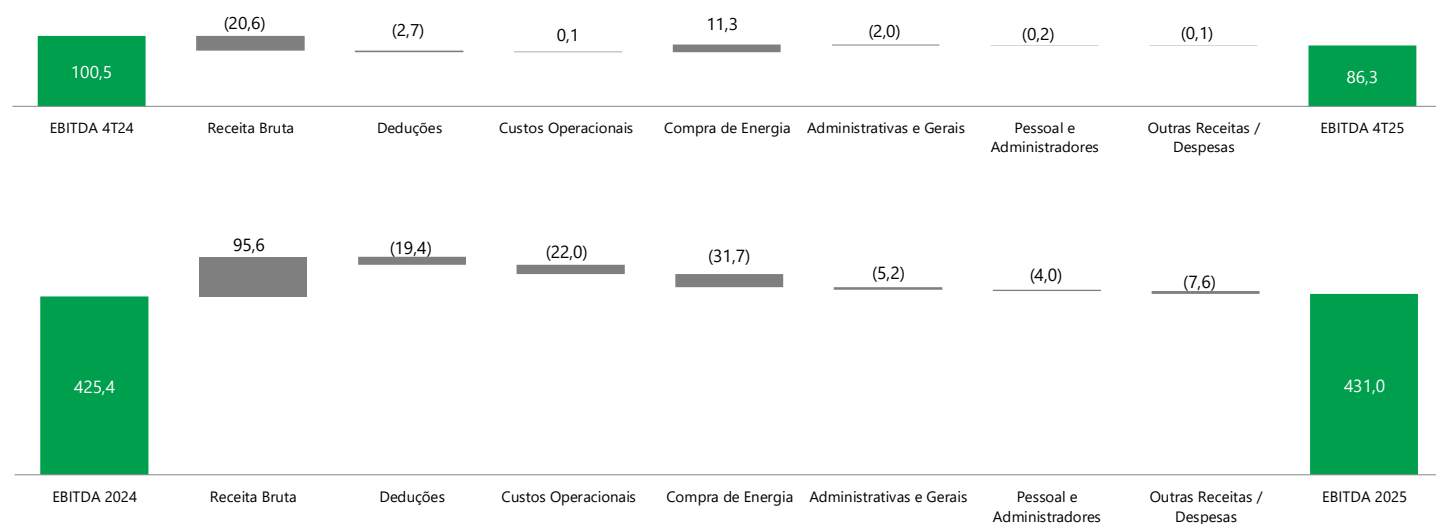
**Totalizaram R\$ 15,6 mm no 4T25**, comparado aos R\$ 13,0 mm registrados no 4T24, principalmente pelo aumento de **R\$ 2,0 mm nas Despesas Administrativas e Gerais**, sendo os principais impactos: (i) assessoria jurídica (R\$ 0,4 mm); despesas de rateios com locação (R\$ 0,3 mm); serviços de informática (R\$ 0,2 mm) e assessoria contábil/fiscal (R\$ 0,2 mm).

## EBITDA E MARGEM EBITDA DE GERAÇÃO (IFRS)

**Totalizou R\$ 86,3 mm no 4T25**, comparado aos R\$ 100,5 mm apurados no 4T24. **A margem EBITDA ficou em 40,8% neste trimestre**, comparado aos 42,8% registrados no 4T24.

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Operacional Líquida	208,7	211,6	234,9	(9,9%)	865,1	788,9	9,7%
(-) Custos Operacionais	(139,2)	(155,2)	(164,6)	(5,7%)	(545,2)	(487,4)	11,9%
(-) Despesas Operacionais	(15,1)	(15,6)	(13,0)	19,5%	(63,0)	(45,1)	39,6%
(+) Depreciação/Amortização	(46,0)	(45,5)	(43,2)	5,3%	(174,2)	(169,0)	3,1%
<b>EBITDA (ICVM 156/22)</b>	<b>100,4</b>	<b>86,3</b>	<b>100,5</b>	<b>(14,1%)</b>	<b>431,0</b>	<b>425,4</b>	<b>1,3%</b>

## EVOLUÇÃO E FORMAÇÃO DO EBITDA DO 4T25 E 2025 (R\$ MM)



## LUCRO LÍQUIDO DE GERAÇÃO (IFRS)

**Totalizou (R\$ 10,2) mm no 4T25**, frente a um resultado negativo de R\$ 16,6 mm apurados no 4T24, impactado principalmente por:

**Redução de R\$ 14,2 mm no EBITDA**, conforme descrito nas seções “EBITDA E MARGEM EBITDA DE GERAÇÃO (IFRS)”;

**Redução de R\$ 25,5 mm no Resultado Financeiro**, sendo:

✓ **Despesas Financeiras: -R\$ 23,1 mm**, principalmente pela redução de **R\$ 21,5 mm na UHE La Virgen**, em razão da variação cambial (efeito não caixa) entre os períodos (valorização de 2,98% da moeda peruana (PEN) frente ao USD e à valorização de 6,7% do BRL frente ao PEN);

✓ **Receitas Financeiras: +R\$ 2,5 mm**, em razão do aumento do CDI que atingiu 3,53% neste trimestre comparado a 2,63% no 4T24.

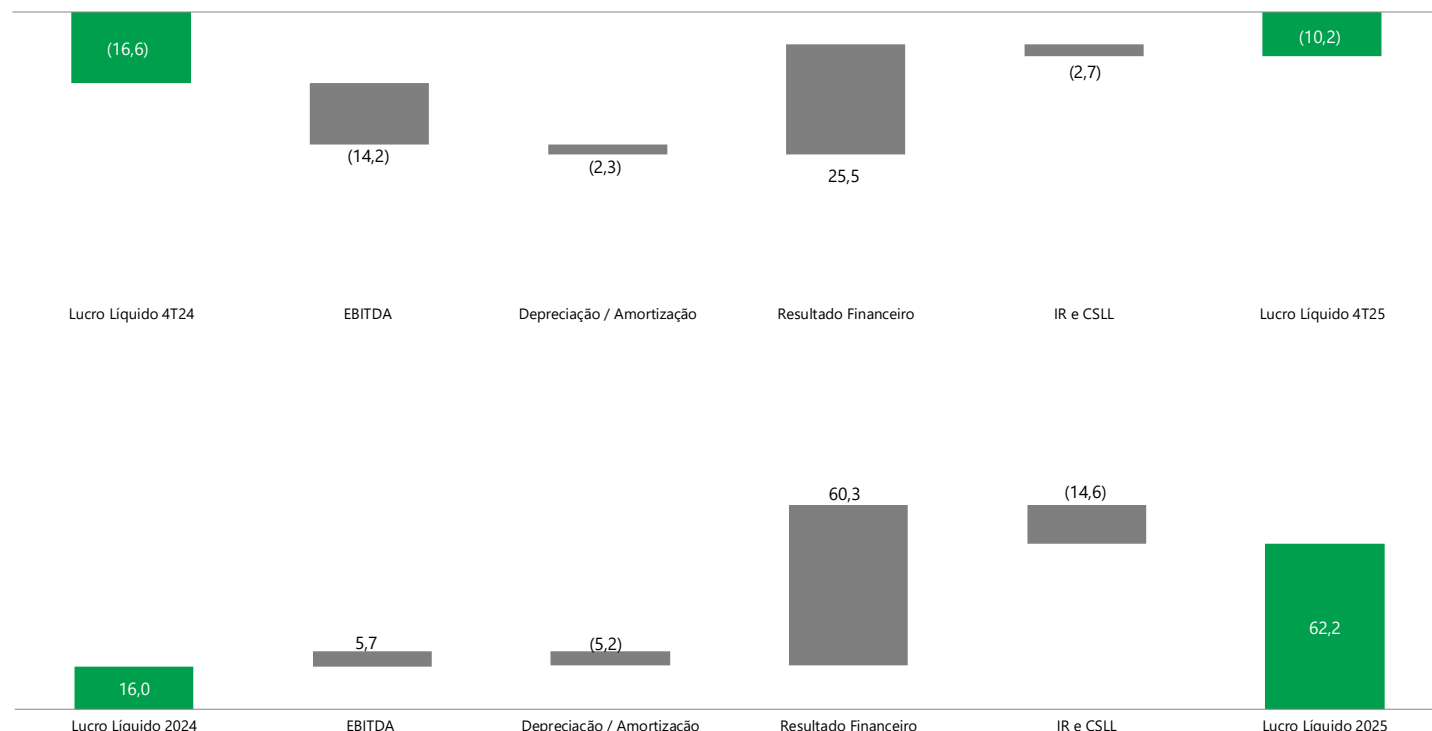
**Aumento de R\$ 2,7 mm em impostos (IR/CSLL)**, sendo principalmente:

**La Virgen: +R\$ 6,2 mm na**, em função do aumento nas provisões de impostos diferidos decorrentes da utilização de depreciação acelerada na apuração de resultado fiscal de 2025.

**Ferreira Gomes: +R\$ 4,6 mm na**, dado que foi contabilizado um montante inferior de impostos a pagar no 4T24 em função da distribuição de juros sobre capital próprio no período;

**UFV Pitombeira: -R\$ 8,8 mm na**, dado que no 4T24 houve uma baixa não-recorrente de impostos diferidos ativos que foram constituídos ao longo de 2024 e não foram efetivados.

## FORMAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO 4T25 E 2025 (R\$ MM)



## COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA PELA ACE:

### COMPRA DE ENERGIA PELA ALUPAR COMERCIALIZADORA

As compras de energia pela Alupar Comercializadora totalizaram R\$ 79,7 mm no 4T25, frente a R\$ 79,8 mm no 4T24, sendo:

- (i) 39,9 MW da UHE Ferreira Gomes no submercado norte: R\$ 24,4 mm;
- (ii) 101,4 MW no mercado: totalizando R\$ 51,0 mm;
- (iii) 17,5 MW dos parques eólicos AW São João (EAP I) e AW Santa Régia (EAP II): R\$ 10,9 mm;
- (iv) 9,0 MW da UFV Pitombeira: R\$ 1,8 mm;
- (iv) Ajustes na CCEE e crédito de PIS/Cofins: R\$ 8,4 mm.

### VENDA DE ENERGIA PELA ALUPAR COMERCIALIZADORA

A comercializadora Alupar registrou um faturamento de R\$ 54,8 mm no 4T25, ante os R\$ 31,0 mm registrados no 4T24, sendo:

- (i) 49,6 MW no Leilão 004/2023 30º - Leilão de Energia Existente - A-1: R\$ 8,5 mm, conforme os itens (i) e (ii) da seção compras;
- (ii) 30,9 MW para o mercado referente a energia comprada: R\$ 10,5 mm, conforme item (ii) da seção compras;
- (iii) venda para as usinas da Alupar e para ACE de 79,9 MW: R\$ 36,0 mm, conforme itens (ii) e (iii) da seção compras;
- (iv) liquidação positiva na CCEE: totalizando R\$ 0,2 mm.

## ELIMINAÇÕES INTERCOMPANY:

No 4T25 as eliminações entre operações "intercompany" totalizaram R\$ 89,7 mm, conforme detalhado abaixo:

### VISÃO GERAL DAS ELIMINAÇÕES EM SUPRIMENTO DE ENERGIA NO 4T25 (R\$ MM)

			MONTANTE (R\$ MM)
FERREIRA GOMES	←	→	ALUPAR 41,9
UFV PITOMBEIRA	←	→	ACE 16,6
UFV PITOMBEIRA	←	→	ALUPAR 1,8
EAPs	←	→	ALUPAR 18,5
ALUPAR	←	→	ACE 3,0
VERDE 8	←	→	ALUPAR 2,6
FOZ DO RIO CLARO	←	→	ALUPAR 5,4
<b>Eliminações Totais</b>			<b>89,7</b>

## ■ DESEMPENHO CONSOLIDADO (IFRS)

As informações abaixo refletem, além dos resultados consolidados dos segmentos de Transmissão e Geração detalhados ao longo das sessões acima, o resultado consolidado das Holdings Alupar, Windepar, Transminas, Alupar Chile, Alupar Peru, Alupar Colômbia e Apaete.

### RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA (IFRS)

#### RECEITA LÍQUIDA POR SEGMENTO (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
<b>(A) Receita Bruta</b>	<b>1.070,0</b>	<b>1.284,3</b>	<b>1.228,7</b>	<b>4,5%</b>	<b>4.861,9</b>	<b>4.412,2</b>	<b>10,2%</b>
Transmissão	837,6	1.046,8	970,5	7,9%	3.905,7	3.551,6	10,0%
Geração	232,4	237,5	258,2	(8,0%)	956,1	860,6	11,1%
<b>(B) Deduções</b>	<b>(106,6)</b>	<b>(120,7)</b>	<b>(105,4)</b>	<b>14,5%</b>	<b>(464,0)</b>	<b>(410,1)</b>	<b>13,1%</b>
<b>Receita Líquida (A-B)</b>	<b>963,4</b>	<b>1.163,7</b>	<b>1.123,3</b>	<b>3,6%</b>	<b>4.397,9</b>	<b>4.002,1</b>	<b>9,9%</b>

### CUSTO DOS SERVIÇOS CONSOLIDADO (IFRS)

#### CUSTOS DOS SERVIÇOS POR SEGMENTO (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Transmissão	(152,4)	(230,0)	(206,6)	11,3%	(792,9)	(607,5)	30,5%
Geração	(139,2)	(155,2)	(164,6)	(5,7%)	(545,2)	(487,4)	11,9%
<b>Custos Totais</b>	<b>(291,6)</b>	<b>(385,2)</b>	<b>(371,2)</b>	<b>3,8%</b>	<b>(1.338,1)</b>	<b>(1.095,0)</b>	<b>22,2%</b>

#### COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Custos dos Serviços Prestados	(78,7)	(69,8)	(94,8)	(26,4%)	(308,9)	(307,4)	0,5%
Compra de Energia	(43,7)	(50,7)	(62,0)	(18,2%)	(151,0)	(119,3)	26,6%
Encargos da Rede Elétrica (CUST)	(14,4)	(40,6)	(13,6)	199,4%	(81,5)	(52,3)	55,9%
Recursos Hídricos (CFURH)	(2,8)	(4,5)	(1,3)	236,3%	(15,7)	(10,4)	50,7%
Custo de Infraestrutura	(106,2)	(170,3)	(155,6)	9,5%	(602,4)	(433,5)	39,0%
Depreciação / Amortização	(45,8)	(49,3)	(43,9)	12,3%	(178,5)	(172,1)	3,8%
<b>Custos Totais</b>	<b>(291,6)</b>	<b>(385,2)</b>	<b>(371,2)</b>	<b>3,8%</b>	<b>(1.338,1)</b>	<b>(1.095,0)</b>	<b>22,2%</b>

## DESPESAS OPERACIONAIS (IFRS)

### DESPESAS OPERACIONAIS POR SEGMENTO (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Transmissão	300,9	(20,8)	10,6	-	179,7	85,5	110,2%
Geração	(15,1)	(15,6)	(13,0)	19,5%	(63,0)	(45,1)	39,6%
Holding	(20,5)	(10,9)	(14,6)	(25,2%)	(62,0)	(54,9)	13,0%
<b>Despesas Totais</b>	<b>265,2</b>	<b>(47,3)</b>	<b>(17,0)</b>	<b>177,9%</b>	<b>54,7</b>	<b>(14,5)</b>	<b>-</b>

### COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS OPERACIONAIS

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Administrativas e Gerais	(23,7)	(36,0)	(26,1)	38,1%	(88,8)	(64,1)	38,6%
Pessoal e Administradores	(30,6)	(20,8)	(26,7)	(22,0%)	(118,1)	(108,4)	8,9%
Equivalência Patrimonial	321,3	10,2	53,6	(80,9%)	301,2	149,0	102,1%
Outras Receitas / Outras Despesas	0,1	1,5	(16,3)	-	(32,3)	15,1	-
Depreciação / Amortização	(1,9)	(2,2)	(1,6)	40,8%	(7,2)	(6,1)	18,8%
<b>Despesas Totais</b>	<b>265,2</b>	<b>(47,3)</b>	<b>(17,0)</b>	<b>177,9%</b>	<b>54,7</b>	<b>(14,5)</b>	<b>-</b>

## EBITDA E MARGEM EBITDA CONSOLIDADO (IFRS)

**Totalizou R\$ 782,6 mm no 4T25**, em linha com os R\$ 780,5 mm apurados no 4T24. A margem EBITDA ajustada ficou em 78,8% neste trimestre.

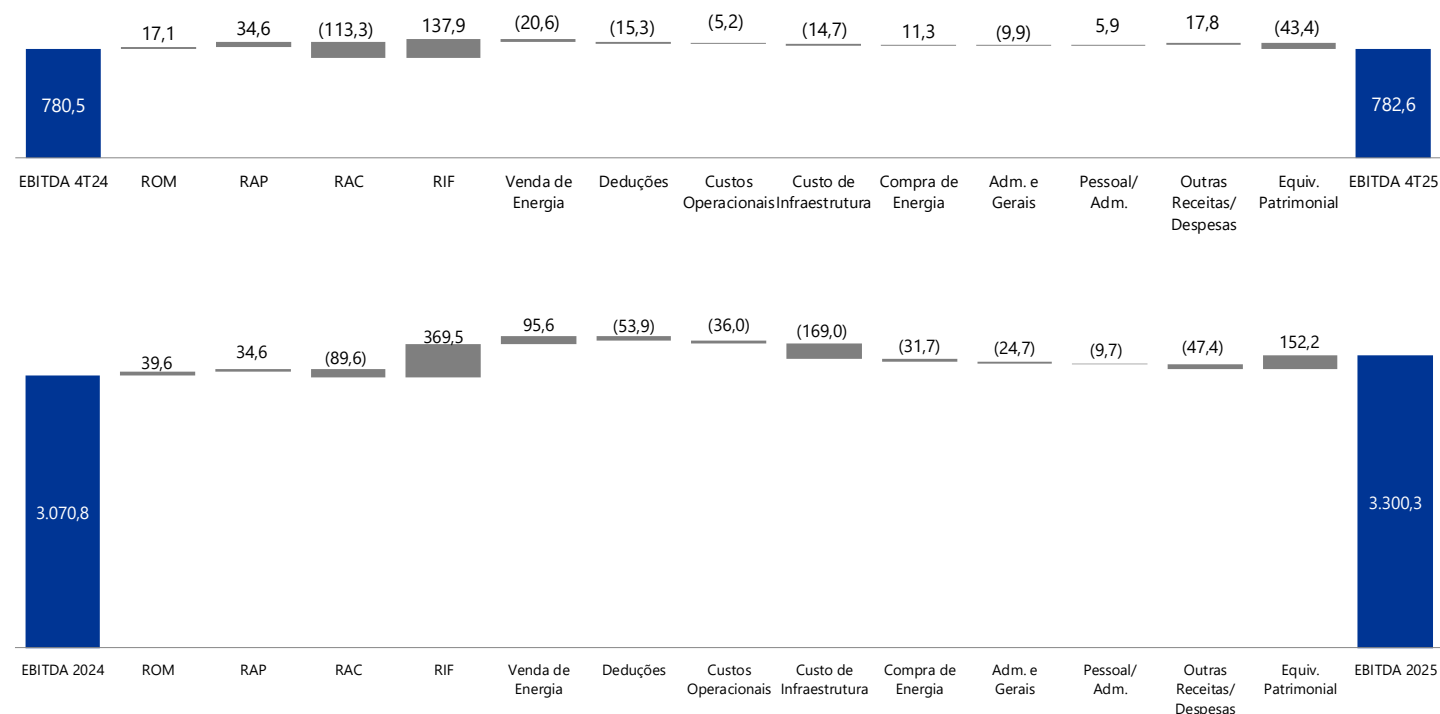
## EBITDA POR SEGMENTO (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Transmissão	906,0	708,4	695,7	1,8%	2.936,9	2.704,5	8,6%
Geração	100,4	86,3	100,5	(14,1%)	431,0	425,4	1,3%
Holding	(21,8)	(12,1)	(15,6)	(22,9%)	(67,6)	(59,1)	14,5%
<b>EBITDA (ICVM 156/22)</b>	<b>984,6</b>	<b>782,6</b>	<b>780,5</b>	<b>0,3%</b>	<b>3.300,3</b>	<b>3.070,8</b>	<b>7,5%</b>

## COMPOSIÇÃO DO EBITDA (IFRS)

Em R\$ MM	3T25	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Operacional Líquida	963,4	1.163,7	1.123,3	3,6%	4.397,9	4.002,1	9,9%
(-) Custos Operacionais	(291,6)	(385,2)	(371,2)	3,8%	(1.338,1)	(1.095,0)	22,2%
(-) Despesas Operacionais	(56,0)	(57,5)	(70,6)	(18,6%)	(246,4)	(163,5)	50,7%
(-) Equivalência Patrimonial	321,3	10,2	53,6	(80,9%)	301,2	149,0	102,1%
(+) Depreciação/Amortização	(47,7)	(51,5)	(45,4)	13,3%	(185,8)	(178,2)	4,3%
<b>EBITDA (ICVM 156/22)</b>	<b>984,6</b>	<b>782,6</b>	<b>780,5</b>	<b>0,3%</b>	<b>3.300,3</b>	<b>3.070,8</b>	<b>7,5%</b>

## FORMAÇÃO DO EBITDA CONSOLIDADO DO 4T25 E 2025 (IFRS, R\$ MM)



Notas: ROM – Receita de Operação e Manutenção / RAC – Receita de Remuneração do Ativo da Concessão / RIF – Receita de Infraestrutura



### RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO (IFRS)

Totalizou **R\$ 178,5 mm** no 4T25, comparado aos R\$ 271,7 mm apurados no 4T24, impactado principalmente por:

▪ **Despesas Financeiras: +R\$ 33,9 mm**, principalmente por:

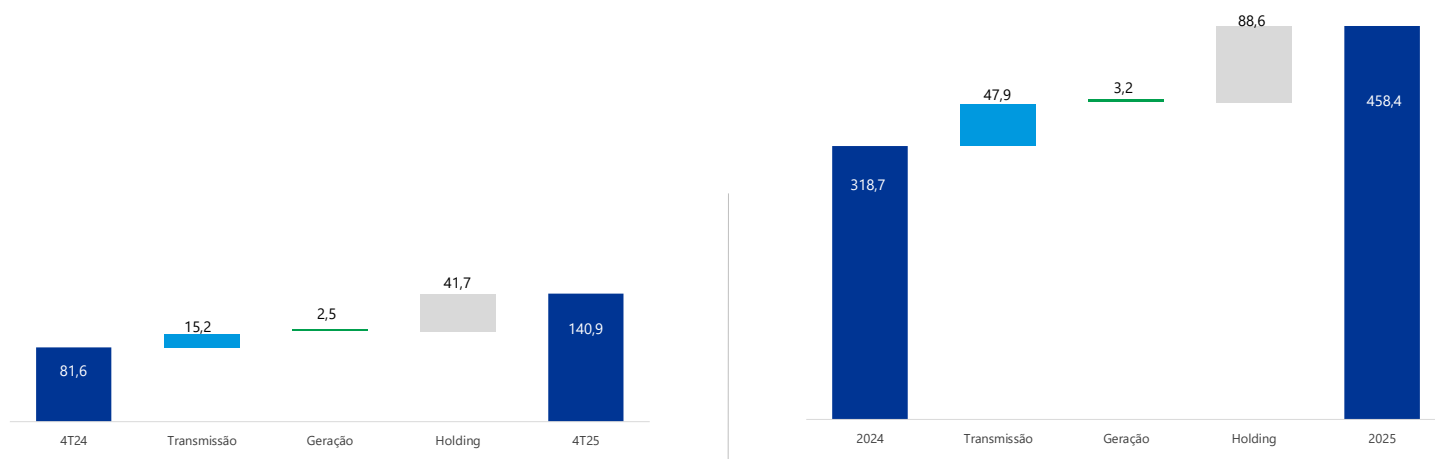
✓ **TRANSMISSÃO: +R\$ 19,4 mm**, conforme descrito na seção "LUCRO LÍQUIDO DE TRANSMISSÃO (IFRS)";

✓ **GERAÇÃO: +R\$ 23,1 mm**, conforme descrito na seção "LUCRO LÍQUIDO DE GERAÇÃO (IFRS)" e;

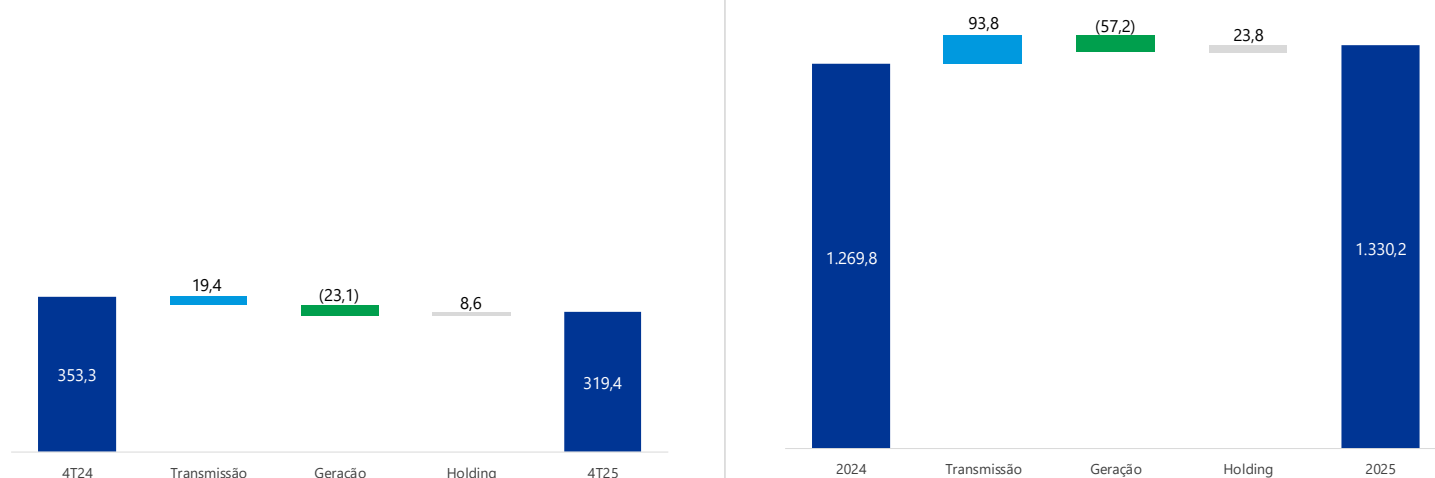
▪ **Receitas Financeiras: +R\$ 59,3 mm**, em razão de: (i) aumento de R\$ 21,7 mm nas Receitas de Aplicações Financeiras devido à variação do CDI que atingiu 3,53% neste trimestre comparado a 2,63% no 4T24 e (ii) aumento de R\$ 37,6 mm em Outras Receitas Financeiras, principalmente pelo crescimento de R\$ 27,3 mm no segmento Holding devido ganho sem efeito caixa de marcação a mercado relativa ao Swap da VIII Emissão de Debêntures da Alupar Holding (swap de IPCA + 6,5% para 96,35% CDI).

### RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MM)

#### RECEITA FINANCEIRA



#### DESPESA FINANCEIRA



### LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO (IFRS)

Totalizou **R\$ 282,5 mm** no 4T25, um aumento de 22,7% comparado aos R\$ 230,3 mm apurados no 4T24, impactado principalmente por:

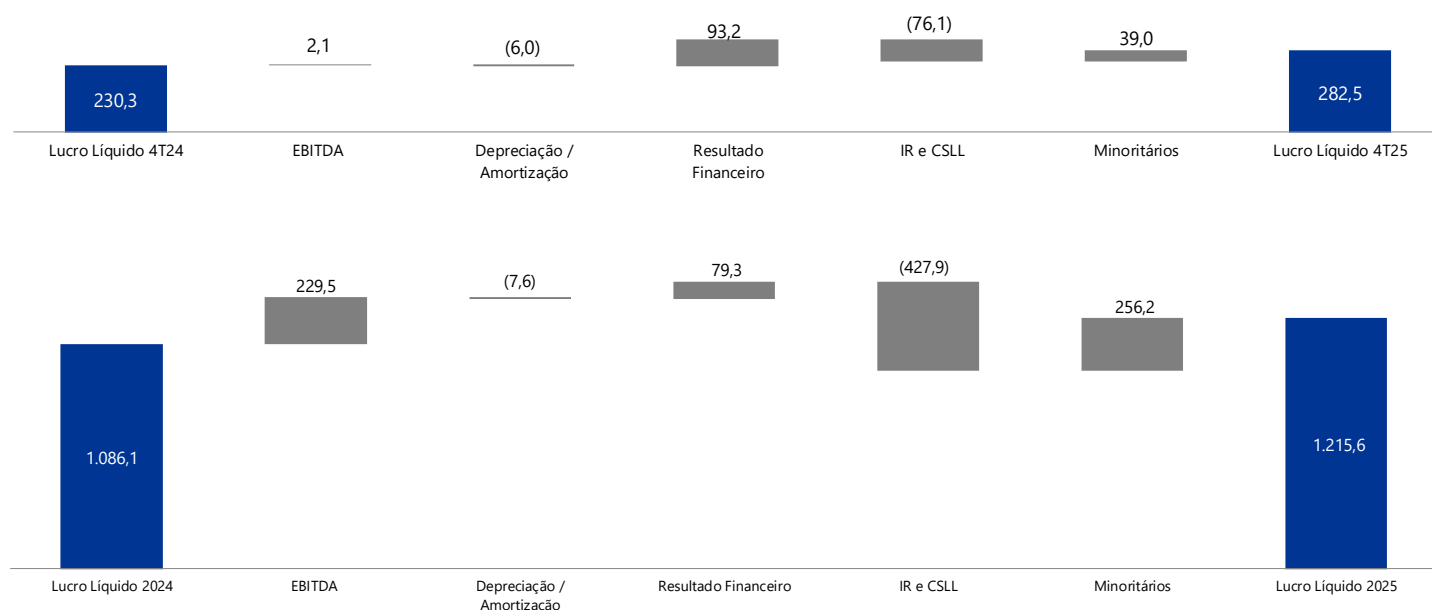
**Aumento de R\$ 2,1 mm no EBITDA**, conforme descrito nas seções “EBITDA E MARGEM EBITDA CONSOLIDADOS (IFRS)”;

**Redução de R\$ 93,2 mm no Resultado Financeiro**, conforme descrito nas seções “RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO (IFRS)”;

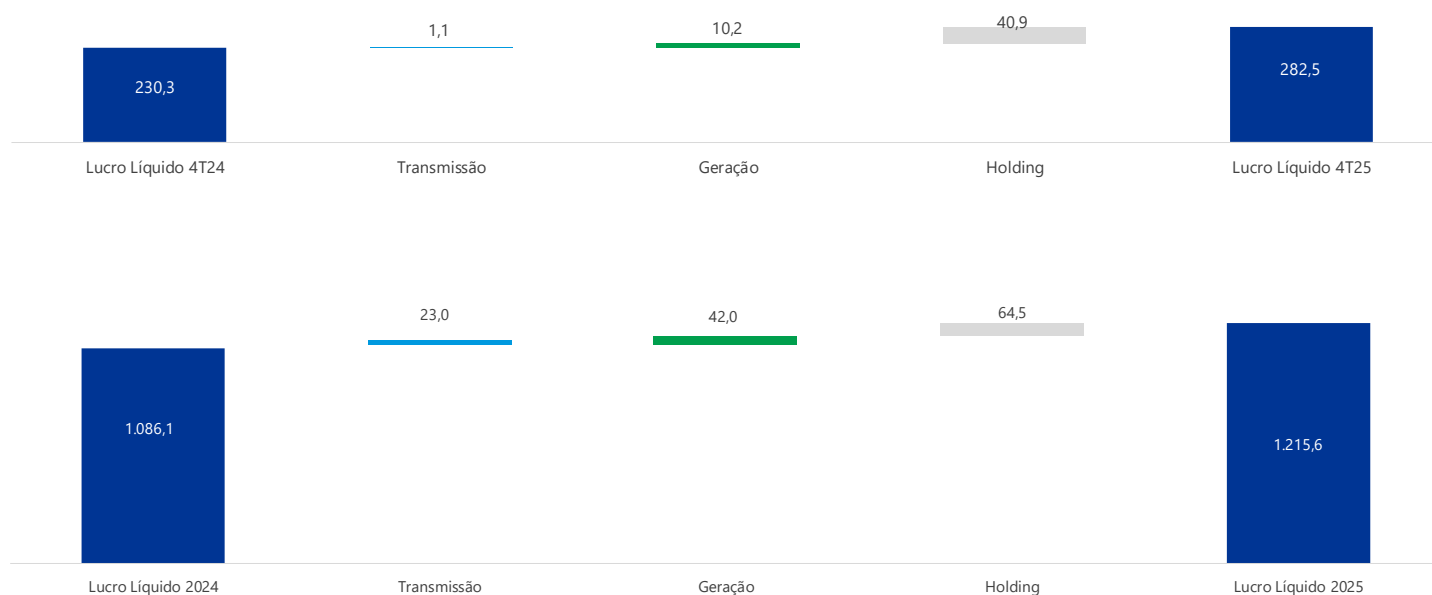
**Aumento de R\$ 76,1 mm em impostos (IR/CSLL)**, sendo principalmente em razão do aumento de **R\$ 76,7 mm no segmento de Transmissão**, conforme descrito na seção “LUCRO LÍQUIDO DE TRANSMISSÃO (IFRS)”.

**Redução de R\$ 39,0 mm na % Minoritários**, principalmente em função da redução de R\$ 34,5 mm no segmento de Transmissão, devido à variação do lucro líquido do segmento conforme descrito nas seções “LUCRO LÍQUIDO DE TRANSMISSÃO (IFRS)”.

### FORMAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO 4T25 E 2025 (R\$ MM)



### IMPACTO DOS SEGMENTOS SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DO 4T25 E 2025 (R\$ MM)



## ■ DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO 4T25

### DIVIDENDOS:

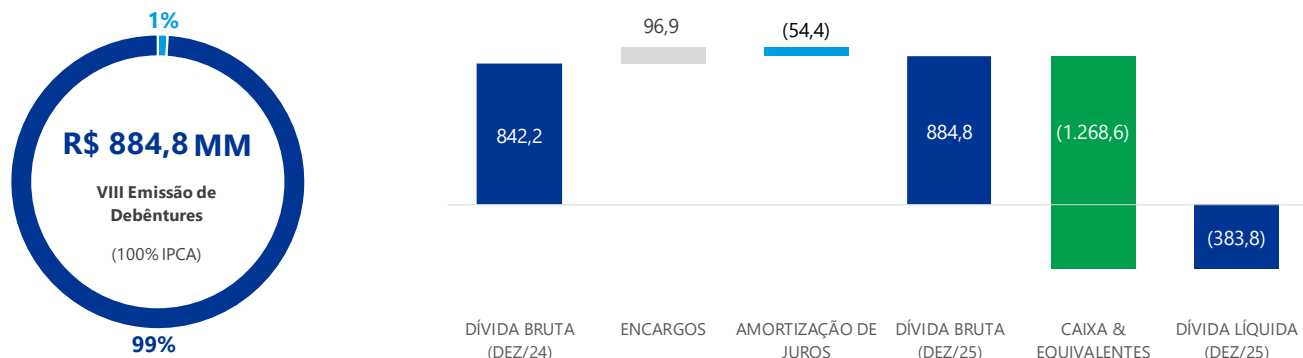
Em 05 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia recomendou, para aprovação em AGO, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 9,9 mm, correspondente à R\$ 0,01 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a R\$ 0,03 por Unit será pago em até 60 dias da deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2026.

Com esta distribuição, a Companhia totaliza **R\$ 356,0 em dividendos pagos/anunciados relativos ao exercício social de 2025** equivalente a **50,8% do Lucro Líquido Regulatório do ano** (excluindo a Reserva Legal Obrigatória) e correspondentes a **R\$ 0,36 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia e a R\$ 1,08 por Unit**.

## ■ ENDIVIDAMENTO NO 4T25

### ENDIVIDAMENTO DA ALUPAR HOLDING

Em dez/25, a dívida bruta da Alupar – Holding totalizou R\$ 884,8 mm, ante os R\$ 842,2 mm registrados em dez/24.



A VIII emissão de debêntures da Alupar – Holding é indexada por IPCA (com swap para 96,35% CDI), com um perfil bem alongado, sendo seus vencimentos entre 2032 e 2034.

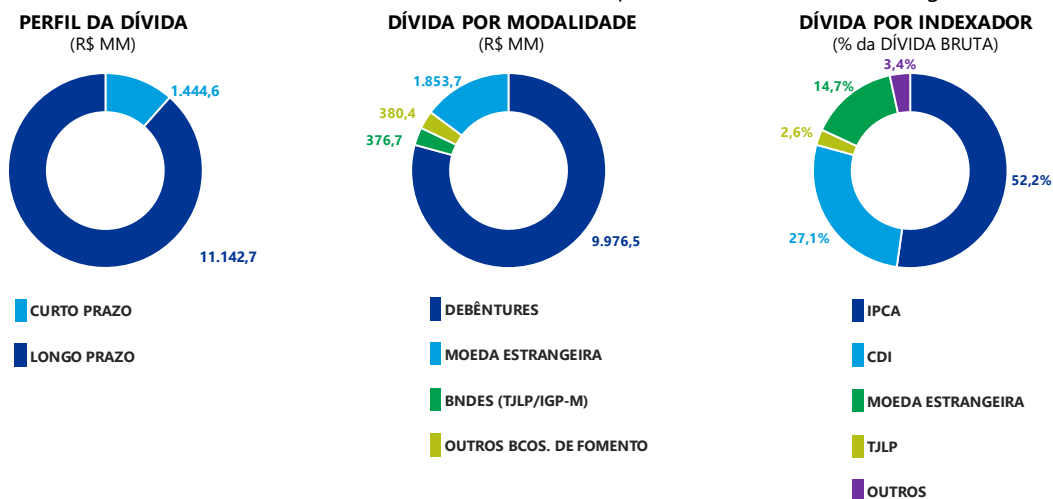
As disponibilidades e investimentos de curto prazo da Alupar - Holding totalizaram R\$ 1.268,6 mm, ante os R\$ 1.313,6 mm registrados em dez/24. Esta variação é explicada principalmente por:

- ✓ Pagamento de dividendos no montante de R\$ 290,6 mm;
- ✓ Pagamento de juros da VIII emissão de debêntures, no montante de R\$ 54,4 mm;
- ✓ Aportes de R\$ 380,0 mm realizados nos projetos, sendo os principais: (i) R\$ 180,4 mm na TNE; (ii) R\$ 138 mm na ELTE; (iii) R\$ 24,9 mm na Alupar Colômbia; (iv) R\$ 19,4 mm na Alupar Chile; (v) R\$ 7,8 mm na Alupar Peru e; (vi) R\$ 4,8 mm na ACE; (vii) R\$ 4,5 mm na SED (Chile) e;
- ✓ Recebimento de dividendos das subsidiárias no montante total de R\$ 685,2 mm.

## ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

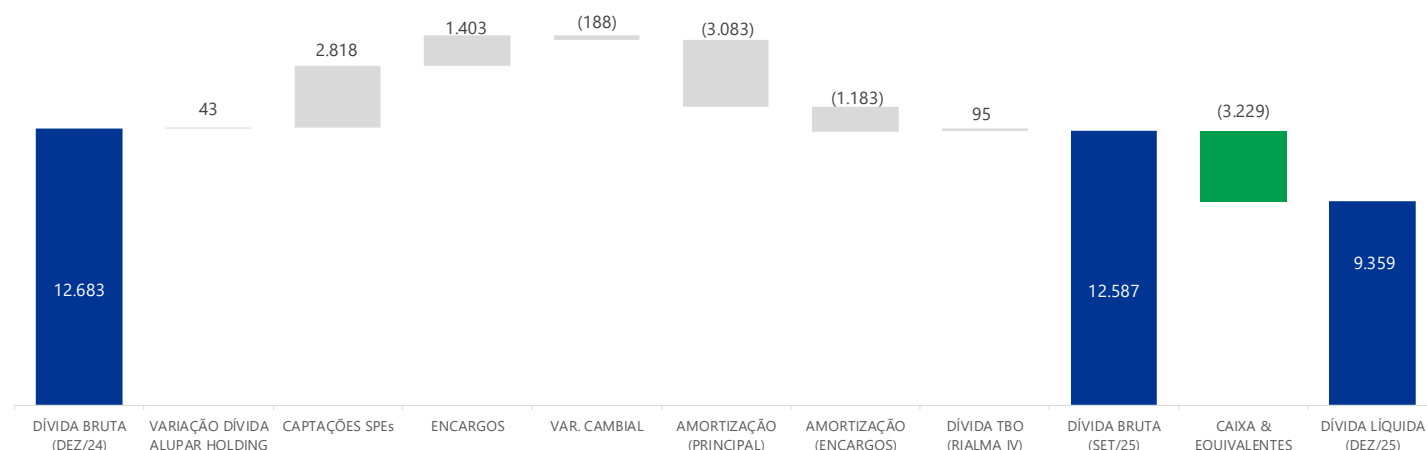
### PERFIL DA DÍVIDA CONSOLIDADA 4T25

O perfil de dívida consolidada da Alupar é bastante alongado, compatível com a natureza de baixo risco de negócios da Companhia, previsibilidade de receitas e forte geração de caixa operacional dos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica. **A dívida líquida neste trimestre totalizou R\$ 9.358,7 mm**, um aumento de 2,4% comparado aos R\$ 9.138,8 mm registrados em dez/24.



Da dívida de curto prazo, 4,5% ou R\$ 64,4 mm são referentes a empréstimos ponte.

### MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA 4T25 (R\$ MM)

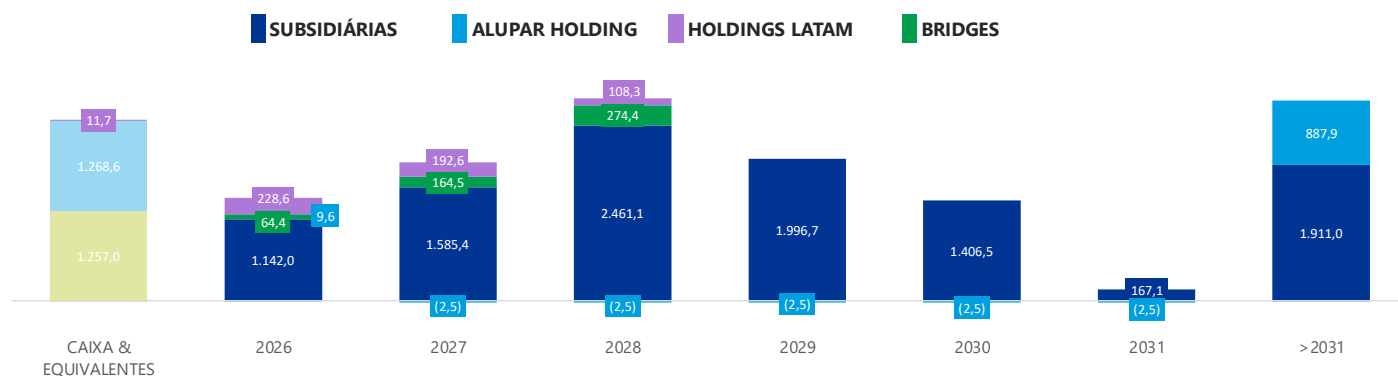


Da dívida bruta consolidada: (i) R\$ 884,8 mm referem-se à Alupar – Holding; (ii) R\$ 10.704,9 mm estão alocados nas empresas operacionais; (iii) R\$ 904,9 mm referem-se aos projetos em implantação (TSA: R\$ 110,7 mm; SED / TES / TEL / Alupar Peru: R\$ 465,4 mm; TECP: R\$ 273,0 mm e; TPC: R\$ 55,7 mm) e; (iv) R\$ 92,7 mm refere-se a dívida incorporada em razão da aquisição do ativo TBO (Rialma IV) em julho/25.

No 4T25, as emissões de debêntures corresponderam a **79,3% da dívida total**, sendo:

- ✓ **Alupar – Holding: R\$ 884,8 mm;**
- ✓ **Subsidiárias em operação R\$ 8.763,0 mm e;**
- ✓ **Transmissoras em implantação: R\$ 328,7mm, sendo:**
  - ✓ TECP: R\$ 273,0 mm e;
  - ✓ TPC: R\$ 55,7 mm.

### CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA 4T25 (R\$ MM)



BRIDGES	2026	2027	2028
TSA	R\$ 0,6	R\$ 110,1	-
TEL	R\$ 30,2	-	-
SED	R\$ 31,1	-	-
TES	R\$ 2,5	-	-
TECP	R\$ 0,0	R\$ 49,8	R\$ 223,2
TPC	(R\$ 0,0)	R\$ 4,6	R\$ 51,2
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 60,4</b>	<b>R\$ 164,5</b>	<b>R\$ 274,4</b>

## Fitch Ratings

- ✓ Corporativo (escala nacional) **AAA**
- ✓ Escala Internacional **BB+**

Para mais informações sobre o Endividamento da Alupar - Holding, favor verificar as Notas Explicativas 17 "Empréstimos e Financiamentos" e 18 "Debêntures" das demonstrações financeiras do 4T25.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 – São Paulo – SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## Aos Administradores e Acionistas da Alupar Investimento S.A.

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Alupar Investimento S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com

essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.5 e 9 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 20.440.175 mil, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão.</p> <p>A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo contratual da concessão inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, conseqüentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.</p> <p>Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual da concessão;</li><li>(ii) Entendimento do processo e avaliação do desenho dos controles internos relevantes utilizados pela Companhia, no curso da auditoria, relacionados a mensuração do ativo contratual da concessão;</li><li>(iii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão.</li><li>(iv) Por meio de base amostral, realizamos a inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício, bem como, análise qualitativa dos gastos realizados nos projetos de construção.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de

auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O

## Alupar Investimento S.A.

### Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>		<b>1.415.588</b>	<b>1.406.319</b>	<b>6.225.759</b>	<b>6.244.064</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	53.730	3.238	685.881	807.229
Investimentos de curto prazo	6	1.214.898	1.310.358	2.387.700	2.571.896
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	155.040	165.134
Contas a receber de clientes	8	27.031	22.033	186.798	283.923
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	26	81.995	59.251	161.544	134.668
Outros tributos compensáveis	15	41	-	89.802	73.676
Estoques		-	-	10.472	9.766
Despesas pagas antecipadamente		50	-	10.900	9.961
Depósitos judiciais e Cauções	20	-	-	-	120
Ativo contratual da concessão	9	-	-	2.254.400	2.098.105
Instrumentos financeiros derivativos	28	32.529	-	64.631	-
Outros ativos circulantes		5.314	11.439	218.591	89.586
		<b>8.888.868</b>	<b>7.900.151</b>	<b>25.888.557</b>	<b>24.444.972</b>
<b>Não circulante</b>					
<u>Realizável a longo prazo</u>		<u>76.646</u>	<u>50.253</u>	<u>18.700.173</u>	<u>17.702.192</u>
Contas a receber de clientes	8	-	-	188.110	121.676
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	26	-	-	16.880	10.084
Outros tributos compensáveis	15	-	-	6.140	6.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	12.781	173.786	110.608
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	7.302	26.543
Despesas pagas antecipadamente		-	-	5.661	7.215
Depósitos judiciais e Cauções	20	645	749	39.846	15.536
Ativo contratual da concessão	9	-	-	18.185.775	17.336.317
Outros ativos não circulantes		76.001	36.723	76.673	67.935
Investimentos em controladas e controlada em conjunto	10	8.766.170	7.801.361	854.363	372.762
Propriedades para investimento		8.960	8.960	8.960	8.960
Imobilizado	12	1.467	1.074	5.878.065	5.996.226
Intangível	13	35.625	38.503	446.996	364.832
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.304.456</b>	<b>9.306.470</b>	<b>32.114.316</b>	<b>30.689.036</b>

## Alupar Investimento S.A.

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>263.765</b>	<b>224.903</b>	<b>2.544.363</b>	<b>3.053.989</b>	
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	428.606	549.204
Debêntures	18	9.612	6.944	1.016.041	1.419.847
Fornecedores	14	31.976	28.374	190.734	195.371
Obrigações com empregados		7.110	7.237	47.332	47.338
Imposto de renda e contribuição social a pagar	26	-	-	49.329	61.455
Encargos regulatórios	15	-	-	44.798	42.230
Outros tributos a pagar	15	3.896	5.042	111.078	97.495
Passivo de arrendamento		121	165	5.995	9.413
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	16	-	-	195.594	182.459
Dividendos a pagar	27	207.678	136.335	286.810	212.516
Adiantamentos de clientes		-	-	6.619	35.871
Passivo contratual com clientes	19	-	-	28.156	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	37.591	4.516	72.734
Opções de compra de ações outorgadas		3.372	3.211	11.817	11.274
Provisões	20	-	-	93.940	98.085
Outros passivos circulantes		-	4	22.998	18.697
<b>Não circulante</b>	<b>876.797</b>	<b>841.436</b>	<b>16.993.439</b>	<b>15.911.544</b>	
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	2.182.247	2.068.616
Debêntures	18	875.212	835.301	8.960.457	8.645.404
Passivo de arrendamento		368	233	18.089	37.142
Adiantamentos de clientes		-	-	37.263	27.884
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	-	-	1.991	1.991
Encargos regulatórios	15	-	-	31.290	23.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	16	-	3.333.016	2.881.281
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	16	-	-	1.641.233	1.562.107
Passivo contratual com clientes	19	-	-	560.782	459.892
Provisões	20	1.201	5.902	212.315	193.391
Outros passivos não circulantes		-	-	14.756	10.586
<b>Total do Passivo circulante e não circulante</b>	<b>1.140.562</b>	<b>1.066.339</b>	<b>19.537.802</b>	<b>18.965.533</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>9.163.894</b>	<b>8.240.131</b>	<b>12.576.514</b>	<b>11.723.503</b>	
Capital social subscrito e integralizado	21.b	4.023.099	3.673.568	4.023.099	3.673.568
(-) Gastos com emissão de ações		(65.225)	(65.225)	(65.225)	(65.225)
Reserva de capital	21.d	67.360	67.360	67.360	67.360
Reservas de lucros	21.c	4.954.277	4.444.247	4.964.166	4.444.247
Dividendo adicional proposto		9.889	15.809	-	15.809
Ajuste de avaliação patrimonial	21.e	174.494	104.372	174.494	104.372
Participação dos acionistas não controladores	11	-	-	3.412.620	3.483.372
<b>Total do Passivo</b>		<b>10.304.456</b>	<b>9.306.470</b>	<b>32.114.316</b>	<b>30.689.036</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Alupar Investimento S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Receitas	196.822	138.699	2.226.416	1.746.384	
Remuneração financeira do ativo de concessão	-	-	2.171.467	2.255.720	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23</b>	<b>196.822</b>	<b>138.699</b>	<b>4.397.883</b>	<b>4.002.104</b>
Custo dos serviços prestados	<b>24</b>	(236.911)	(175.448)	(735.664)	(661.485)
Custo de infraestrutura	<b>24</b>	-	-	(602.444)	(433.488)
<b>Custo do serviço</b>		<b>(236.911)</b>	<b>(175.448)</b>	<b>(1.338.108)</b>	<b>(1.094.973)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>(40.089)</b>	<b>(36.749)</b>	<b>3.059.775</b>	<b>2.907.131</b>
Despesas administrativas e gerais	<b>24</b>	(43.435)	(42.704)	(214.122)	(178.570)
Outras receitas	<b>23</b>	-	(10)	6.452	22.058
Outras despesas	<b>24</b>	-	-	(38.779)	(6.986)
Resultado de equivalência patrimonial	<b>10</b>	1.250.909	1.138.893	301.193	149.003
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>1.167.385</b>	<b>1.059.430</b>	<b>3.114.519</b>	<b>2.892.636</b>
Despesas financeiras	<b>25</b>	(146.838)	(82.854)	(1.330.243)	(1.269.807)
Receitas financeiras	<b>25</b>	195.012	106.334	458.406	318.688
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>1.215.559</b>	<b>1.082.910</b>	<b>2.242.682</b>	<b>1.941.517</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>26</b>	-	-	(149.470)	(146.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>26</b>	-	3.180	(360.019)	64.967
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.215.559</b>	<b>1.086.090</b>	<b>1.733.193</b>	<b>1.859.906</b>
Atribuído aos acionistas controladores				1.215.559	1.086.090
Atribuído aos acionistas não controladores	<b>11</b>			517.634	773.816
Lucro básico e diluído por ação ON	<b>22</b>			1,24	1,16
Lucro básico e diluído por ação PN	<b>22</b>			1,24	1,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Alupar Investimento S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.215.559</b>	<b>1.086.090</b>	<b>1.733.193</b>	<b>1.859.906</b>	
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>70.122</b>	<b>58.435</b>	<b>70.280</b>	<b>67.894</b>	
<b>Itens que podem ser reclassificados para o resultado:</b>					
Ajustes acumulados de conversão	21	1.593	64.709	1.207	74.168
Resultado de equivalência patrimonial	21	47.557	21.200	-	-
Hedge de fluxo de caixa	21	33.767	(40.255)	75.133	(13.350)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(12.795)	12.781	(6.060)	7.076
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.285.681</b>	<b>1.144.525</b>	<b>1.803.473</b>	<b>1.927.800</b>	
Atribuído aos acionistas controladores			1.285.681	1.144.525	
Atribuído aos acionistas não controladores			517.792	783.275	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Alupar Investimento S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 11)	Total consolidado
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos						
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>3.310.783</b>	<b>(65.225)</b>	<b>67.360</b>	<b>366.186</b>	<b>213.859</b>	<b>3.416.641</b>	-	-	<b>45.937</b>	<b>7.355.541</b>	<b>3.273.249</b>	<b>10.628.790</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.086.090	-	1.086.090	773.816	1.859.906
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	58.435	58.435	9.459	67.894
<u>Transação de capital com os sócios</u>												
Aumento de capital com reservas (nota 21)	362.785	-	-	-	-	(362.785)	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(1.990)	-	-	-	-	(1.990)	(573.152)	(575.142)
Dividendos intercalares (nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	(199.678)	-	(199.678)	-	(199.678)
Dividendos obrigatórios (nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	(58.268)	-	(58.268)	-	(58.268)
Dividendos adicionais (nota 21)	-	-	-	-	-	-	15.809	(15.809)	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>												
Destinação para reservas (nota 21)	-	-	-	54.305	-	758.030	-	(812.335)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.673.568</b>	<b>(65.225)</b>	<b>67.360</b>	<b>420.491</b>	<b>211.869</b>	<b>3.811.887</b>	<b>15.809</b>	-	<b>104.372</b>	<b>8.240.131</b>	<b>3.483.372</b>	<b>11.723.503</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>3.673.568</b>	<b>(65.225)</b>	<b>67.360</b>	<b>420.491</b>	<b>211.869</b>	<b>3.811.887</b>	<b>15.809</b>	-	<b>104.372</b>	<b>8.240.131</b>	<b>3.483.372</b>	<b>11.723.503</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.215.559	-	1.215.559	517.634	1.733.193
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	70.122	70.122	(386)	69.736
<u>Transação de capital com os sócios</u>												
Aumento de capital com reservas (nota 21)	349.531	-	-	-	-	(349.531)	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(588.000)	(588.000)
Dividendos intercalares (nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	(346.109)	-	(346.109)	-	(346.109)
Dividendos adicionais (nota 21)	-	-	-	-	-	-	(5.920)	(9.889)	-	(15.809)	-	(15.809)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>												
Destinação para reservas (nota 21)	-	-	-	60.778	-	798.783	-	(859.561)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.023.099</b>	<b>(65.225)</b>	<b>67.360</b>	<b>481.269</b>	<b>211.869</b>	<b>4.261.139</b>	<b>9.889</b>	-	<b>174.494</b>	<b>9.163.894</b>	<b>3.412.620</b>	<b>12.576.514</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Alupar Investimento S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
	1.215.559	1.082.910	2.242.682	1.941.517
Lucro antes dos tributos sobre o lucro				
<b>Ajustes no lucro para:</b>				
Depreciação e amortização	24 292	565	185.792	178.155
Resultado de equivalência patrimonial	10 (1.250.909)	(1.138.893)	(301.193)	(149.003)
Encargos financeiros sobre dívidas e juros de arrendamento	25 e 24 97.303	83.980	1.384.246	1.270.023
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	23 -	-	89.063	70.787
Variações monetárias e cambiais líquidas	25 (6.379)	(6.551)	(87.435)	14.980
Receitas financeiras	25 (176.137)	(102.885)	(376.838)	(251.013)
Baixas de ativo imobilizado e intangível	12 e 13 7.555	-	18.928	(2.705)
Remuneração financeira do ativo de concessão	23 -	-	(2.398.500)	(2.488.062)
Receita de infraestrutura	23 -	-	(810.945)	(440.865)
Receita de operação e manutenção	23 -	-	(662.246)	(622.688)
Instrumentos financeiros derivativos	25 (36.354)	2.664	(36.299)	2.557
Ganho pelo resultado da revisão tarifária, líquido de impostos	23 -	-	-	(19.437)
Perda pelo resultado da revisão tarifária, líquido de impostos	24 -	-	27.604	41
Provisão (estorno) de ressarcimento, de contingências e outros	(4.747)	1.233	18.878	26.260
	<b>(153.817)</b>	<b>(76.977)</b>	<b>(706.263)</b>	<b>(469.453)</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>				
Contas a receber de clientes	(4.998)	(7.247)	30.691	(64.448)
Ativo contratual da concessão	9 -	-	2.929.708	2.754.434
Depósitos judiciais	104	(5)	(18.690)	(395)
Tributos a compensar	(22.785)	(10.783)	(49.660)	(29.671)
Despesas pagas antecipadamente	(50)	11	615	3.166
Estoques	-	-	(706)	512
Outros ativos	18.718	(2.070)	(160.045)	8.208
	(9.011)	(20.094)	2.731.913	2.671.806
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	3.602	15.256	(4.637)	3.751
Encargos regulatórios	-	-	10.608	9.829
Salários, férias e encargos sociais	(127)	562	(6)	1.684
Tributos a recolher	(1.146)	(12.916)	1.457	(2.926)
Passivo contratual com clientes	-	-	129.046	189.370
Provisões	46	(2.068)	14.067	(39.158)
Adiantamentos de clientes	-	-	(19.873)	36.316
Outros passivos	(2)	(357)	4.631	4.290
	2.373	477	135.293	203.156
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>				
	(160.455)	(96.594)	2.160.943	2.405.509
Imposto de renda e contribuição social recolhidos				
	-	(42)	(142.870)	(130.258)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>				
	<b>(160.455)</b>	<b>(96.636)</b>	<b>2.018.073</b>	<b>2.275.251</b>



## Alupar Investimento S.A.

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aporte de capital nas investidas	10	(344.649)	(278.600)	(180.408)	-
Pagamento pela aquisição de investimentos, líquido do caixa adquirido		-	-	(79.205)	-
Empréstimo com partes relacionadas	27	(35.345)	(14.635)	-	-
Pagamentos pela liquidação de derivativos		(19.372)	-	(19.372)	(9.848)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos		-	-	-	43.368
Resgate de aplicações financeiras		1.007.276	1.431.774	5.279.515	4.971.120
Investimentos em aplicações financeiras		(735.679)	(1.685.600)	(4.708.387)	(5.448.795)
Dividendos recebidos	10	685.151	788.556	-	-
Aquisições de imobilizado	12	(757)	(107)	(90.997)	(95.656)
Aquisições de intangível	13	(4.766)	(9.751)	(10.813)	(35.849)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>551.859</b>	<b>231.637</b>	<b>190.333</b>	<b>(575.660)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital recebidos		-	-	-	1.819
Dividendos pagos		(290.580)	(397.993)	(875.624)	(951.952)
Empréstimo com partes relacionadas		4.130	5.000	-	-
Arrendamentos pagos		(104)	(208)	(8.900)	(11.735)
Ingresso de dívidas	17 e 18	-	824.669	2.818.434	3.367.588
Juros pagos de empréstimos e debêntures	17 e 18	(54.358)	(82.907)	(1.183.034)	(1.123.089)
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	17 e 18	-	(648.500)	(3.083.279)	(3.024.863)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(340.912)</b>	<b>(299.939)</b>	<b>(2.332.403)</b>	<b>(1.742.232)</b>
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		-	-	2.649	26.661
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>50.492</b>	<b>(164.938)</b>	<b>(121.348)</b>	<b>(15.980)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>					
Saldo no início do exercício		3.238	168.176	807.229	823.209
Saldo no final do exercício		53.730	3.238	685.881	807.229
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>50.492</b>	<b>(164.938)</b>	<b>(121.348)</b>	<b>(15.980)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Alupar Investimento S.A.

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Receitas</b>					
Receitas de contrato com clientes	23	218.587	154.389	4.861.877	4.412.201
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	50.483	210.011
Outras receitas	23	-	(10)	6.452	24.241
Impairment de ativos financeiros		(2)	-	(2.130)	-
		218.585	154.379	4.916.682	4.646.453
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos serviços prestados	24	(236.911)	(175.448)	(248.215)	(182.002)
Custo de construção	24	-	-	(614.114)	(444.107)
Serviços de terceiros, materiais e outros	24	(7.102)	(6.895)	(280.470)	(246.601)
		(244.013)	(182.343)	(1.142.799)	(872.710)
<b>(-) Depreciação e amortização</b>					
	24	(292)	(565)	(187.177)	(179.650)
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.250.909	1.138.893	301.193	149.003
Receitas financeiras		209.087	116.534	506.896	350.563
		1.459.996	1.255.427	808.089	499.566
<b>Valor adicionado a distribuir</b>					
		<b>1.434.276</b>	<b>1.226.898</b>	<b>4.394.795</b>	<b>4.093.659</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>					
Remuneração direta	30	23.205	23.358	171.676	157.647
Benefícios	30	3.802	4.263	44.542	38.894
F.G.T.S	30	1.645	1.689	12.465	10.558
		28.652	29.310	228.683	207.099
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		38.797	25.845	1.036.885	544.107
Estaduais		-	-	8.712	(7.486)
Municipais		2.316	2.530	3.460	3.565
		41.113	28.375	1.049.057	540.186
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>					
Juros e variações cambiais		145.401	81.217	1.300.896	1.414.078
Aluguéis	24 e 11	2.114	269	22.647	16.016
Outras despesas financeiras	25	1.437	1.637	60.319	56.374
		148.952	83.123	1.383.862	1.486.468
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Dividendos	21	355.998	273.755	355.998	273.755
Lucros retidos		859.561	812.335	859.561	812.335
Participação de acionistas não controladores		-	-	517.634	773.816
		1.215.559	1.086.090	1.733.193	1.859.906
		<b>1.434.276</b>	<b>1.226.898</b>	<b>4.394.795</b>	<b>4.093.659</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### 1. Contexto operacional

A Alupar Investimento S.A. ("Companhia" ou "Alupar") é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura, inclusive, podendo prestar serviços de garantias às suas subsidiárias na obtenção de empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures pelas subsidiárias.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. e atua no negócio de transmissão e geração de energia elétrica, através de suas controladas e controlada em conjunto, que ficam majoritariamente localizadas no Brasil e também na Colômbia, Peru e Chile. Nas concessões e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão ou autorizações, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do poder concedente e dos órgãos reguladores.

#### • Transmissão de energia elétrica:

O transporte de energia é uma atividade regulada e independente dentro da cadeia produtiva do setor elétrico, sendo considerado um monopólio natural. No entanto, existem diferentes modelos de negócios na indústria elétrica nos países onde operamos.

No Brasil e no Peru, os contratos de concessão estabelecem que a transmissora deve construir e operar a infraestrutura, cuja propriedade deve ser revertida ao poder concedente ao término das concessões, com duração de 30 anos e sem opção de renovação. Especificamente, no Peru o prazo de 30 anos começa a contar do início da operação comercial. Neste modelo de contrato, a prestação do serviço está vinculada à infraestrutura. Na Colômbia e no Chile, as transmissoras são proprietárias da infraestrutura que constroem, por isso não há vínculo contratual com o poder concedente em relação a infraestrutura, o vínculo contratual está relacionado a prestação do serviço. Esses contratos não possuem prazo para término definido.

Independentemente do modelo adotado, as transmissoras devem prestar o serviço em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pela regulamentação, recebendo a remuneração correspondente. As receitas provêm de tarifas regulamentadas, geradas pela disponibilização da infraestrutura de transmissão para o sistema interligado nacional, sem influência da oferta e demanda de eletricidade ou do volume consumido pelos usuários finais. No entanto, como há um limite máximo para essa receita, eventuais períodos de indisponibilidade da infraestrutura podem resultar em descontos.

De maneira geral, as receitas das transmissoras são compostas por dois componentes: o primeiro remunera o investimento realizado na infraestrutura, enquanto o segundo cobre as despesas de administração, operação e manutenção necessárias para garantir a prestação do serviço com qualidade e eficiência. Essas receitas são reajustadas anualmente com base em índices inflacionários. No caso das concessões na Colômbia, Peru e Chile, as receitas são dadas em dólares americanos e convertidas para a moeda funcional no momento do faturamento.

No Brasil, os contratos de concessão incluem mecanismos que podem modificar a receita pela revisão de aspectos relacionados ao custo de capital de terceiros e aos custos operacionais, segundo parâmetros regulatórios. Os contratos firmados entre 1999 e 2006 possuem o mecanismo de "degrau", que reduz a receita em 50% a partir do 16º ano de operação. Já os contratos firmados a partir de 2006, o mecanismo de degrau foi substituído por um modelo de revisão das receitas a cada cinco anos. Além disso, as receitas de reforços e melhorias também sofrem revisão a cada cinco anos. Na Colômbia e Chile, as receitas são revisadas a cada cinco anos a partir do 26º ano de contrato.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

A tabela a seguir apresenta os nossos ativos do segmento de transmissão:

Ativos	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão		Início da operação	Extensão da linha (km)	Subestação (Qtde)	Índice de reajuste	RAP (R\$) (a)	CAPEX (R\$) (b)
		Início	Fim						
<b>Localizadas no Brasil</b>									
ECTE	088/2000	01/11/00	01/11/30	26/03/02	253	-	IGP-M	87.872	171.092
ETEP	043/2001	12/06/01	12/06/31	25/08/02	323	-	IGP-M	90.902	169.272
EATE	042/2001	12/06/01	12/06/31	10/03/03	924	-	IGP-M	452.590	826.930
ENTE	085/2002	11/12/02	11/12/32	12/02/05	464	-	IGP-M	228.918	499.844
ERTE	083/2002	11/12/02	11/12/32	15/09/04	179	-	IGP-M	47.619	135.070
STN	005/2004	18/02/04	18/02/34	01/01/06	541	-	IGP-M	194.433	686.505
AETE	008/2004	18/02/04	18/02/34	19/08/05	193	-	IGP-M	43.821	104.568
Transleste	009/2004	18/02/04	18/02/34	18/12/05	150	-	IGP-M	37.705	130.543
Lumitrans	007/2004	18/02/04	18/02/34	03/10/07	51	-	IGP-M	24.632	101.977
Transudeste	005/2005	04/03/05	04/03/35	23/02/07	140	-	IGP-M	27.835	90.523
Transirapé	012/2005	15/03/05	15/03/35	23/05/07	65	-	IGP-M	46.346	189.694
STC	006/2006	27/04/06	27/04/36	08/11/07	195	-	IPCA	38.995	248.003
ETES	006/2007	20/04/07	20/04/37	12/12/08	107	-	IPCA	20.620	96.254
EBTE	011/2008	16/10/08	16/10/38	30/06/11	775	-	IPCA	77.595	742.089
ESDE	025/2009	19/11/09	19/11/39	06/02/13	-	1	IPCA	19.261	83.736
TME	023/2009	19/11/09	19/11/39	22/11/11	348	-	IPCA	72.482	309.380
ETEM	005/2010	12/07/10	12/07/40	16/12/11	235	-	IPCA	20.534	96.394
ETVG	018/2010	23/12/10	23/12/40	23/12/12	-	1	IPCA	30.701	109.649
TNE	003/2012	25/01/12	28/09/51	16/09/25	724	3	IPCA	561.697	3.982.483
ETSE	006/2012	10/05/12	10/05/42	01/12/14	-	2	IPCA	37.748	213.876
ELTE	016/2014	05/09/14	05/09/44	09/05/24	40	2	IPCA	90.934	844.204
ETAP	013/2016	02/09/16	02/09/46	06/04/19	20	1	IPCA	77.439	178.551
ETC	020/2016	02/09/16	02/09/46	23/09/19	-	1	IPCA	44.969	159.461
ETB	011/2016	29/09/16	29/09/46	16/10/20	446	-	IPCA	195.076	873.638
TBO	003/2022	31/03/22	31/03/52	14/06/23	-	2	IPCA	21.736	133.226
TECP	015/2023	29/09/16	29/09/46	22/12/23	-	1	IPCA	79.437	498.500
TAP	002/2024	29/09/16	29/09/46	Pré Operacional	551	-	IPCA	264.349	2.597.200
EDTE	015/2016	01/12/16	01/12/46	20/01/20	170	-	IPCA	95.157	386.336
TCC	006/2017	10/02/17	10/02/47	19/03/21	288	-	IPCA	222.330	886.658
TPE	002/2017	10/02/17	10/02/47	25/10/20	541	-	IPCA	327.476	1.372.639
ESTE	019/2017	10/02/17	10/02/47	09/02/22	236	-	IPCA	153.813	608.918
TSM	037/2017	11/08/17	11/08/47	23/12/21	330	-	IPCA	149.088	909.673
TPC	018/2024	28/06/24	27/06/54	Pré Operacional	509	1	IPCA	168.543	1.168.188
<b>Localizadas na Colômbia</b>									
TCE	UPME 07-2016	22/11/16	Indefinido	Pré Operacional	235	-	IPP	152.626	987.131
TEL	UPME 07-2021	06/12/23	Indefinido	Pré Operacional	100	2	IPP	34.115	248.708
<b>Localizadas no Peru</b>									
TCN	-	30 anos		Pré Operacional	9	2	IPP	26.962	214.043
TSA	-	30 anos		Pré Operacional	177	6	IPP	329.594	2.278.764
Maravilla	-	30 anos		Pré Operacional	-	1	IPP	7.153	44.569
Puno Sur	-	30 anos		Pré Operacional	10	1	IPP	10.455	63.278
Runatullo	-	30 anos		Pré Operacional	76	2	IPP	34.115	235.503
Palca	-	30 anos		Pré Operacional	247	4	IPP	174.976	1.210.528
<b>Localizadas no Chile</b>									
TES	-	Vitalício		Pré Operacional	16	3	IPP	28.612	220.096
SED	-	06/06/24	Indefinido	Pré Operacional	-	-	IPP	106.747	802.800
<b>Total</b>					<b>9.667</b>	<b>36</b>		<b>4.958.006</b>	<b>25.910.494</b>

(a) Para os ativos operacionais, a RAP informada é a da Resolução Homologatória nº 3.481 de 15 de julho de 2025. Para os ativos pré-operacionais a RAP informada é a vencedora do leilão. (b) O CAPEX corresponde ao valor total bruto do ativo imobilizado e intangível regulatório. Para o ativos pré-operacionais corresponde ao CAPEX estimado.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### • Geração de energia elétrica:

No Brasil, a energia elétrica produzida por nossas usinas destina-se a comercialização na modalidade de produção independente, e os contratos de venda de energia são na modalidade de quantidade. A infraestrutura das hidrelétricas e das pequenas centrais hidrelétricas utilizadas na geração de energia não podem ser retiradas, alienadas, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Também é estabelecido para as UHEs e PCHs que, extinta a concessão ou a autorização, esta infraestrutura será revertida ao poder concedente mediante indenização apurada pelo órgão regulador. Essa indenização não é aplicável aos ativos de geração eólica e solar. No Peru e na Colômbia, as usinas possuem concessões definitivas com término indefinido, e os contratos de venda de energia são na modalidade de disponibilidade.

O segmento de geração também conta com uma comercializadora de energia, denominada ACE que utiliza a marca Alupar, cujo objetivo é atender aos consumidores finais, comercializando a parcela de energia descontratada do nosso portfólio de ativos. A tabela a seguir apresenta os nossos ativos do segmento de geração:

Ativos	Localização	Contrato de concessão / Autorização nº	Prazo da Outorga		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada -MW	Índice de reajuste	Preço do PPA (R\$/MWh)
			Início	Fim					
<b>Hidrelétricas</b>									
Foz	Goiás	005/2006	15/08/06	20/12/46	05/08/10	68,4	37,1	IPCA	R\$ 301,96
Ijuí	Rio Grande do Sul	006/2006	15/08/06	18/02/46	29/03/11	51,0	28,9	IPCA	R\$ 323,65
Ferreira Gomes	Amapá	002/2010	09/11/10	16/06/47	04/11/14	252,0	145,5	IPCA	R\$ 158,88
La Virgen	Junín - Perú	060/2005-EM - 029/2008-EM	12/10/05	Indefinido	15/05/21	84,0	49,3	IPP	R\$ 265,62
<b>Pequenas Centrais Hidrelétricas</b>									
Lavrinhas	São Paulo	RA nº 138/2004	07/04/04	01/09/48	03/09/11	30,0	21,4	-	-
Queluz	São Paulo	RA nº 139/2004	07/04/04	10/08/48	12/08/11	30,0	21,4	-	-
Verde 8	Goiás	RA nº 3.702/2012	24/10/12	23/11/44	31/03/19	30,0	18,7	IPCA	R\$ 316,13
Risaralda	Risaralda - Colômbia	-	06/09/11	Indefinido	10/09/16	19,9	13,2	IPP	R\$ 477,38
<b>Eólicas</b>									
EDV I	Ceará	Portaria 431/2012	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8	IPCA	R\$ 253,90
EDV II	Ceará	Portaria 428/2012	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0	IPCA	R\$ 253,90
EDV III	Ceará	Portaria 433/2012	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6	IPCA	R\$ 253,90
EDV IV	Ceará	Portaria 442/2012	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8	IPCA	R\$ 253,90
EDV X	Ceará	Portaria 435/2012	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7	IPCA	R\$ 253,90
EAP I	Rio Grande do Norte	RA nº 8.521/2020	21/01/20	21/01/55	21/07/23	23,1	20,5	IPCA	R\$ 198,40
EAP II	Rio Grande do Norte	RA nº 8.520/2020	21/01/20	21/01/55	13/09/23	35,7	12,7	IPCA	R\$ 226,72
<b>Solar</b>									
UFV Pitombeira	Ceará	RA nº 9.471/2020	24/11/20	23/11/55	16/02/24	47,3	15,3	-	-
<b>Total</b>						<b>770,1</b>	<b>434,9</b>		

## 1.1 Assuntos relevantes do exercício

### a) Incorporação da TAP pela TECP

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2025, os acionistas da controlada TECP (incorporadora) aprovaram a incorporação da também controlada TAP (incorporada), mediante a absorção do Acervo Líquido da Incorporada, resultando em um aumento de capital na TECP, no valor de R\$1.618 e emissão de 1.617.662 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 29 de abril de 2025, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2024 que formaliza a transferência da titularidade sobre os direitos, prerrogativas, obrigações e encargos da TAP, a qual deixa de existir, para a TECP. Essa incorporação teve como objetivo a integração das atividades destas Companhias, proporcionando uma maior otimização e sinergia de suas respectivas operações. Após a incorporação, a Alupar permaneceu como controladora da TECP, com percentual de participação de 99,95%.

**b) Combinação de negócios - Aquisição das ações de emissão da Rialma IV**

Em 31 de janeiro de 2025, a controlada ETAP celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição de ações de emissão da Rialma Transmissora de Energia IV S.A. ("Rialma IV"), totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 100% do seu capital social, de titularidade da Rialma Administração e Participações S.A.

A Rialma IV é um ativo de transmissão correspondente ao lote 03 do Leilão de Transmissão nº 002/2021-ANEEL, realizado em 17 de dezembro de 2021. O empreendimento, entrou em operação comercial a partir de junho de 2023, compreende as linhas de transmissão Rio das Águas - Rio Grande II (230 kV, C1), e Barreiras II – Barreiras (230 kV, C3) com extensão total de 162 km, localizadas no Estado da Bahia e com RAP anual de R\$20.638 (ciclo 2024-2025). A aquisição da Rialma IV, foi tratada sob o alcance do CPC 15 (R1) – Combinação de negócios (IFRS 3), uma vez que os direitos e obrigações embarcados no Contrato de concessão da Rialma IV, contribuem para a geração de receitas, e com isso concluímos que atende a definição de negócio.

Em 31 de julho de 2025 houve a conclusão da operação, após a aprovação das condições precedentes estipuladas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, que incluíam as aprovações do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A aquisição, se deu pelo valor (*Enterprise Value*) de R\$174.998, subtraindo-se o valor da dívida líquida na data-base de 30 de junho de 2025 de R\$93.253, e somando-se ajustes de capital de giro no valor R\$438, resultando no preço de aquisição de R\$82.183. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta mesma data, a Rialma IV passou a ser denominada com a razão social de TBO-Transmissora Barreiras Oeste S.A. ("TBO").

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor Contábil	Valor justo na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.778	2.778
Contas a receber de clientes	2.528	2.528
Outros tributos compensáveis	24	24
Despesas pagas antecipadamente	13	13
Ativo contratual da concessão (nota 9)	180.308	180.308
Imobilizado (nota 12)	41	41
Intangível - Direito de exploração (nota 13)	-	5.891
<b>Total dos ativos identificáveis</b>	<b>185.692</b>	<b>191.583</b>
Fornecedores	(396)	(396)
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	(94.509)	(94.509)
Outros tributos a pagar	(144)	(144)
Encargos regulatórios	(202)	(202)
Outros passivos circulantes	(17)	(17)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.129)	(12.129)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o Direito de exploração	-	(2.003)
<b>Total dos passivos assumidos</b>	<b>(107.397)</b>	<b>(109.400)</b>
<b>Valor total dos ativos identificáveis e passivos assumidos</b>	<b>78.295</b>	<b>82.183</b>
Valor pago		76.483
Valor a pagar		200
Valor pago retido em conta em garantia (escrow account)		5.500
<b>Contraprestação da compra</b>		<b>82.183</b>
Custos da transação da aquisição (fluxo de caixa operacional)		(1.096)
Caixa líquido adquirido da controlada (fluxo de caixa de investimento)		2.778
Contraprestação da compra pago (fluxo de caixa de investimento)		(81.983)
<b>Fluxo de caixa líquido da aquisição</b>		<b>(80.301)</b>

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nessas demonstrações contábeis foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que o trabalho do laudo de avaliação ainda não foi concluído até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis. O método de mensuração do valor justo do Contrato de concessão da TBO (Direito de exploração), foi o valor em uso considerando o nível 3 da hierarquia do valor justo, que é determinado pelo fluxo de caixa descontado, incluindo os reflexos do diferimento do imposto de renda e da contribuição social. As políticas contábeis adotadas pela TBO (adquirida) estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

A ETAP mantém parte do preço de aquisição no valor de R\$5.500 em Conta Garantia (Escrow), com o objetivo de proteção contra passivos não descobertos ou ainda não reivindicados por terceiros durante a negociação, esse valor estará disponível para resgate pelo vendedor a partir de 31 de julho de 2027. A partir dessa data, o vendedor poderá resgatar 25% do montante atualizado a cada aniversário. Qualquer contingência (obrigação ou gasto inesperado) relacionada ao período em que o vendedor era acionista da TBO, principalmente relacionado a fase de construção do empreendimento, terá seu custo descontado diretamente da Conta Garantia, enquanto houver saldo disponível.

A ETAP é a controladora direta da TBO, por isso o desdobramento do custo de aquisição apresentados a seguir foram reconhecidos no balanço individual da ETAP:

Desdobramento do custo de aquisição nas informações contábeis individuais da ETAP	Valor
Contraprestação da compra	82.183
Custo de aquisição do investimento adquirido, desdobrado em:	82.183
Valor do patrimônio líquido adquirido	78.295
Mais-valia (Direito de exploração)	5.891
Mais-valia (IR/CS Diferido)	(2.003)

A TBO contribuiu com receita bruta de R\$9.183 e lucro de R\$3.845 de 31 de julho de 2025, data de aquisição, até 31 de dezembro de 2025 na demonstração do resultado consolidada. Caso o controle da TBO tivesse sido adquirido a partir de 1º de janeiro de 2025, teria sido incluído na demonstração do resultado consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes de R\$20.249 referente às receitas e R\$3.465 referente ao lucro líquido.

### c) TNE

#### Aumentos de capital e diluição da participação da Alupar

Em atas de Assembleia Geral Extraordinária, realizadas em 10 de abril e 25 de junho de 2025, os acionistas de TNE aprovaram os aumentos de capital dessa companhia nos valores de R\$285.000 e R\$356.686, com a emissão de 171.686.747 e 214.871.623 novas ações, respectivamente, ao preço de R\$1,66. A Alupar contribuiu com aportes nos montantes de R\$59.850 e R\$74.904 – sendo este pagos em julho de 2025, com a emissão de 36.054.217 e 45.123.041 novas ações, respectivamente, o que resultou na diluição em sua participação na TNE, que passou a representar 40,89% do capital social em abril, e 35,39% do capital social em junho de 2025, o valor da diluição corresponde a R\$35.775 (nota 10). A redução progressiva da participação da Alupar na TNE está prevista no Acordo de Acionistas, celebrado entre a Alupar e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., em 31 de março de 2023.

#### Assinatura de 2º Aditivo ao Contrato de Concessão

Em 1 de julho de 2025 a controlada em conjunto da Companhia – TNE assinou o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 3/2012 – ANEEL. Com a assinatura do referido aditivo, a TNE passa a ter direito a uma RAP no valor de R\$395.660 (base março de 2019), pelo prazo de 27 anos, com início em 28 de setembro de 2024 (equivalente a três anos após a emissão da Licença de Instalação - LI pelo IBAMA, ocorrida em 28 de setembro de 2021) e término previsto para 28 de setembro de 2051, totalizando 30 anos de concessão. Considerando que o objeto do contrato de concessão permaneceu o mesmo e que houve modificação quanto a receita, a TNE reconheceu o incremento no ativo contratual no valor de R\$2.703.943, como parte do contrato original, tal incremento consiste em basicamente no valor presente da nova RAP, que aumentou cerca de 34% comparado à RAP anterior, e no aumento do prazo de concessão em cerca de 116 meses, descontado pela mesma taxa de desconto.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### Entrada em operação comercial

A TNE recebeu em 22 de setembro de 2025 do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorização para início da operação comercial devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional – SIN que confere direito ao recebimento de Receita Anual Permitida (RAP) a partir de 16 de setembro de 2025, no valor de R\$561.697 (ciclo tarifário 2025/2026).

A TNE tem protocolado um processo administrativo junto à ANEEL para pleitear o reconhecimento de um excludente de responsabilidade. O objeto do processo é justificar o atraso no cronograma de obras, ocorrido devido a impedimentos que impossibilitaram seu início no período de 28 de setembro de 2021 a 22 de setembro de 2022. Conseqüentemente, a TNE requer a readequação do cronograma e de sua Receita Anual Permitida (RAP). Enquanto não há o desfecho desse processo, a TNE reconheceu em setembro de 2025 uma perda pelo atraso na entrada em operação comercial no ativo contratual no valor de R\$669.820, uma vez também que houve o cumprimento total da obrigação de performance da construção.

#### d) ELTE – Termo de Liberação Definitivo – TLD de RBNI e Entrada em operação comercial – Trecho Norte

Em 13 de maio de 2025 a ELTE recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação Definitivo – “TLD”, autorizando, a partir de 7 de maio de 2025, o início da operação comercial do Reforço das Instalações na Subestação Manoel da Nóbrega (“RBNI”). Esse RBNI foi aprovado na Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.191/2022, publicada em 01 de dezembro de 2022 no Diário Oficial da União e adicionou uma RAP de R\$14.200, valor base ciclo 2024\_2025. O investimento das instalações foi de aproximadamente R\$105.900 (relação RAP/CAPEX: 13,4%).

Em 14 de julho de 2025, a ELTE recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os TLDs referentes ao trecho do Litoral Norte correspondentes, em conjunto, a uma RAP de R\$30.112 (ciclo tarifário 2024/2025). A ELTE já vinha recebendo receita referente a este trecho desde 4 de junho de 2025. Este trecho contempla a Subestação Domênico Rangoni 345/138 kV, instalada em uma área total de 42.714,2 m<sup>2</sup>, com capacidade total de 800 MVA, distribuída entre seis transformadores (6 + 1R) x 133 MVA. Também inclui os seccionamentos das linhas de transmissão Tijuco Preto – Baixada Santista (345 kV), com 18 km de extensão, e Vicente de Carvalho – Bertioiga II (138 kV), com 3 km de extensão. Com o início da operação de todos os trechos e reforços previstos no escopo do projeto, a RAP da ELTE totaliza R\$87.449 para o ciclo 2024/2025, consolidando integralmente a remuneração autorizada para o projeto.

#### e) Novos Projetos de Transmissão (greenfield)

Em 22 de setembro de 2025, a controlada direta Alupar Peru sagrou-se vencedora do Concurso Público do Grupo 3 do Leilão de Adjudicação de 4 novos projetos de transmissão de energia, conforme detalhado a seguir:

	<b>Grupo 3</b>
RAP Vencedora	US\$31,8 milhões (R\$173,5 milhões)
Investimento Previsto (CAPEX)	US\$220,0 milhões (R\$1.200,6 milhões)
Relação RAP/CAPEX	14,5%
Localização	Palca, La Pascana, Arequipa, Lima, Apurimac e Puno
Descrição dos Projetos	PALCA – LA PASCANA – Arequipa: 4 Novas SEs: 1x220 1x220/138 com 90 MVA 2x138 kV 1 Bay 138kV em SE Existente; 45 km de LT 220/138 kV
	PLANICIE - INDUSTRIALES – Lima: 2 Bays 220 kV em SEs Existentes; 17,4 km de LT 220 kV
	ABANCAY - ANDAHUAYLAS – Apurimac: 1 Bay 138 kV em SE Existente; 1 ampliação em SE Existente 138/60 kV e; 77 km de LT 138 KV
	SAN RAFAEL - ANANEA- Puno: 1 SE nova 138 kV; 1 ampliação em SE Existente 138/60 kV e; 108 km de LT 138 KV
Prazo de Energização Regulador	Novembro/2029
Prazo de Concessão	30 anos (a partir da entrada em operação)

Em 27 de novembro de 2025, a Alupar Peru constituiu a Transmissora de Energia Palca S.A.C. – Palca, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes dos projetos mencionados acima. A Alupar Peru é a acionista controladora com participação societária de 99% e a outra acionista é a Transmissora Sierra Azul – TSA, que possui participação de 1%.



### f) Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. – TECP - entrada em operação da Fase I

Em 30 de outubro de 2025, a controlada TECP recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os Termos de Liberação Definitivos – TLDs referentes a Fase I do projeto, correspondentes, em conjunto, a uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$16.872 (equivalente a 21,24% da RAP do ciclo tarifário 2025/2026).

### g) Constituição da Alupar Australia PTY LTD (Alupar Australia)

Em 13 de outubro de 2025, a Companhia constituiu uma empresa proprietária limitada por ações, a Alupar Australia PTY LTD, registrada em New South Wales - Austrália, com o objeto de participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 100%.

### h) Restrições nas operações das usinas eólicas e solares (*Curtailement*)

Primeiramente cabe contextualizar que as controladas da Companhia possuem o parque eólico Energia dos Ventos, com contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) na modalidade de quantidade, a usina eólica EAP II, que conta um acordo de autoprodução por equiparação, e a usina eólica EAP I e a usina solar Pitombeira que atualmente estão descontratadas.

Historicamente, o aumento da incidência de restrições de operação por razões sistêmicas impactou geradores eólicos com contratos no ACR e de Energia de Reserva (CER), gerando obrigações de ressarcimento às contrapartes por descumprimento de compromissos contratuais. Diante da origem sistêmica de tais restrições, o Despacho ANEEL nº 2.303/2019 suspendeu os ressarcimentos previstos até a regulamentação do tema, consolidada posteriormente pelas Resoluções Normativas (REN) nº 927/2021 e nº 1.030/2022.

O arcabouço regulatório estabeleceu três marcos de elegibilidade:

- Até março/2021: Restrito a usinas no ACR/CER com pedidos de reconhecimento protocolados na ANEEL;
- Abril/2021 a outubro/2021: Aplicável a todas as usinas no ACR/CER; e
- A partir de outubro/2021: Abrangência geral a todas as usinas afetadas, independentemente do ambiente de comercialização.

As metodologias de cálculo foram definidas pelo Despacho nº 1.151/2022 (para eventos até outubro/2021) e pela REN nº 1.109/2024 (para eventos posteriores).

Em 25 de novembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para o tratamento dos eventos de cortes ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de sua publicação. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, os titulares de usinas eólicas e solares poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada à (i) renúncia do direito de discutir na via administrativa, arbitral ou judicial compensações pretéritas e à (ii) desistência de eventual ação judicial em curso.

Em decorrência desse novo ordenamento:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu os lançamentos de ressarcimentos de contratos regulados ainda não reapurados, aguardando regulamentação integral; e
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia e suas controladas não deliberaram formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269/2025 e de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais por parte da Companhia e suas controladas ocorrerão somente após as próximas deliberações por parte do regulador. Conseqüentemente, nenhum ganho relativo à compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações, foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

---

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

#### 2.2. Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia e suas controladas.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 5 de março de 2026.

#### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

#### 2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão de transmissão de energia elétrica (notas explicativas nº 9, nº 13 e nº 23) – premissas para reconhecimento do contrato de concessão como Ativo Contratual ou Ativo Intangível; premissas para definição da taxa de desconto do componente de financiamento significativo; premissas para determinar o momento de satisfação de cada obrigação de performance; premissas para determinação do preço à vista individual de cada obrigação de performance ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 12) e intangível (nota explicativa nº 13) - definição das vidas úteis e principais premissas em relação à redução ao valor recuperável;
- Provisões (nota explicativa nº 20) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 26) e Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 16) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes ao ativo contratual da concessão e a alíquota média efetiva;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 28.3) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo; e
- Instrumentos financeiros derivativos e Hedge accounting (nota explicativa nº 28.3) - julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. As premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 2.5. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o Real brasileiro, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. Para fins de apresentação, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. Adicionalmente, não existe uma moeda funcional das demonstrações contábeis consolidadas, e sim uma moeda de apresentação, pois cada sociedade incluída nessas demonstrações contábeis consolidadas, tem sua própria moeda funcional, que foi convertida para a moeda de apresentação que é o Real brasileiro.

### 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotados pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2025, descritos na nota explicativa nº 4.

#### 3.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Os investimentos da Companhia em suas controladas e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e nas consolidadas apenas a controlada em conjunto.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Nas operações com controladas, os lucros não realizados são totalmente eliminados nas operações de venda/prestação de serviços da controladora para a controlada (*downstream*), os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados/serviços prestados forem realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original. Nas demonstrações individuais da Companhia, a eliminação do lucro não realizado é feita no resultado de equivalência patrimonial, deduzindo-se cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder da controlada, em contrapartida da conta de investimento (como se fosse uma devolução de parte desse investimento), até sua efetiva realização do ativo na controlada.

Estas demonstrações contábeis incluem as seguintes sociedades:

# Notas explicativas às demonstrações contábeis

Sociedades ('denominação')	Atividade	País	Moeda funcional	Participação 31/12/25 (%)		Participação 31/12/24 (%)	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas:</b>							
ACE Comercializadora Ltda. ('ACE')	Comercializadora	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
AF Energia S.A. ('AF')	Prestadora de serviços	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Água Limpa S.A. ('Água Limpa')	Geração	Brasil	BRL	99,99	-	99,99	-
Alupar Australia PTY LTD ('Alupar Australia')	Holding	Australia	AUD	100,00	-	-	-
Eolica do Agreste Potiguar III S.A. ('EAP III')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Eolica do Agreste Potiguar IV S.A. ('EAP IV')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Eolica do Agreste Potiguar V S.A. ('EAP V')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Eolica do Agreste Potiguar VI S.A. ('EAP VI')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Eolica do Agreste Potiguar VII S.A. ('EAP VII')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. ('ELTE')	Transmissão	Brasil	BRL	99,99	-	99,99	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. ('ETAP')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
↳ Transmissora Barreiras Oeste S.A. ('TBO')	Transmissão	Brasil	BRL	-	100,00	-	-
Empresa de Transmissão Baiana S.A. ('ETB')	Transmissão	Brasil	BRL	65,00	-	65,00	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A. ('ETC')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ('ETEM')	Transmissão	Brasil	BRL	62,79	-	62,79	-
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ('ETES')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. ('ETVG')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes Energia S.A. ('Ferreira Gomes')	Geração	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Geração de Energia Termoeletrica e Part. S.A. ('GET')	Geração	Brasil	BRL	51,00	-	51,00	-
Iracema Energia Geração Distribuída S.A. ('Iracema')	Geração	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ('Lavrinhas')	Geração	Brasil	BRL	61,00	-	61,00	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ('Queluz')	Geração	Brasil	BRL	68,83	-	68,83	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ('STN')	Transmissão	Brasil	BRL	51,00	-	51,00	-
Transmissora do Alto Parnaíba S.A. ('TAP')	Transmissão	Brasil	BRL	-	-	100,00	-
Transmissora Caminho do Café S.A. ('TCC')	Transmissão	Brasil	BRL	65,70	-	65,70	-
Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. ('TECP')	Transmissão	Brasil	BRL	99,95	-	99,94	-
Transmissora Paraíso do Café S.A. ('TPC')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. ('TME')	Transmissão	Brasil	BRL	60,00	-	60,00	-
Transmissora Paraíso De Energia S.A. ('TPE')	Transmissão	Brasil	BRL	65,70	-	65,70	-
Transminas Holding S.A. ('Transminas')	Holding	Brasil	BRL	70,02	-	70,02	-
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	Transmissão	Brasil	BRL	65,70	-	65,70	-
Sincro Energia del Desierto SpA ('SED')	Transmissão	Chile	CLP	80,00	20,00	80,00	20,00
UFV Pitombeira S.A.	Geração	Brasil	BRL	99,99	-	99,99	-
Verde 8 Energia S.A. ('Verde 8')	Geração	Brasil	BRL	85,00	-	85,00	-
(a) Apaete Participações em Transmissão S.A. ('Apaete')	Holding	Brasil	BRL	36,96	-	36,96	-
(a) ↳ Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ('AETE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	32,06	-	32,06
Alupar Chile Inversiones SpA ('Alupar Chile')	Holding	Chile	CLP	100,00	-	100,00	-
↳ Transmissora de Energia de Santiago SPV ('TES')	Transmissão	Chile	CLP	-	100,00	-	-
Alupar Colombia S.A.S ('Alupar Colombia')	Holding	Colômbia	COP	100,00	-	100,00	-
↳ Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. ('Risaralda')	Geração	Colômbia	COP	0,19	99,79	0,19	99,79
↳ Transmissora Colombiana de Energia S.A.S. ESP ('TCE')	Transmissão	Colômbia	COP	-	100,00	-	100,00
↳ Transmissora de Energia de los Llanos SAS ESP ('TEL')	Transmissão	Colômbia	COP	-	100,00	-	100,00
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ('Alupar Peru')	Holding	Perú	PEN	100,00	-	100,00	-
↳ La Virgen S.A.C ('La Virgen')	Geração	Perú	PEN	2,98	88,69	2,98	88,69
↳ Transmissora Sierra Azul S.A.C ('TSA')	Transmissão	Perú	PEN	-	100,00	-	100,00
↳ Transmissora de Energia Palca S.A.C ('Palca')	Transmissão	Perú	PEN	-	100,00	-	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A. ('Foz')	Geração	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
↳ Ijuí Energia S.A. ('Ijuí')	Geração	Brasil	BRL	49,00	51,00	49,00	51,00
↳ Eolica do Agreste Potiguar I S.A. ('EAP I')	Geração	Brasil	BRL	20,90	79,10	20,90	79,10
(c) ↳ Eolica do Agreste Potiguar II S.A. ('EAP II')	Geração	Brasil	BRL	28,46	71,54	28,46	71,54
Windepar Holding S.A. ('Windepar')	Holding	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
↳ Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
↳ Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
↳ Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
↳ Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
↳ Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
(b) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ('EATE')	Transmissão	Brasil	BRL	50,02	-	50,02	-
(b) ↳ Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ('EBTE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	25,51	-	25,51
(b) ↳ Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ('ESTE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	50,02	-	50,02
(b) ↳ Companhia Transmissora de Energia Elétrica ('Lumitrans')	Transmissão	Brasil	BRL	15,00	40,01	15,00	40,01
(b) ↳ Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ('STC')	Transmissão	Brasil	BRL	20,00	40,01	20,00	40,01
(b) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ('ECTE')	Transmissão	Brasil	BRL	50,02	-	50,02	-
(b) ↳ Empresa de Transmissão Serrana S.A. ('ETSE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	50,02	-	50,02
(b) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ('ENTE')	Transmissão	Brasil	BRL	50,01	-	50,01	-
(b) ↳ Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ('EDTE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	25,06	-	25,06
(b) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ('ETEP')	Transmissão	Brasil	BRL	50,02	-	50,02	-
(b) ↳ Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ('ESDE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	50,02	-	50,02
(b) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ('ERTE')	Transmissão	Brasil	BRL	21,96	28,05	21,96	28,05
(b) Companhia Transleste de Transmissão ('Transleste')	Transmissão	Brasil	BRL	-	33,71	-	33,71
(b) Companhia Transudeste de Transmissão ('Transudeste')	Transmissão	Brasil	BRL	-	33,71	-	33,71
(b) Companhia Transirapé de Transmissão ('Transirape')	Transmissão	Brasil	BRL	-	33,71	-	33,71
<b>Controlada em conjunto:</b>							
Transnorte Energia S.A. ('TNE')	Transmissão	Brasil	BRL	35,39	-	49,62	-

BRL = Real brasileiro, CLP = Peso chileno, PEN = Novo sol peruano, COP = Peso colombiano e AUD = Dólar australiano

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

- (a) O controle da Apaete é exercido pela Alupar por meio da participação de 51% das ações ordinárias (direito a voto). E o controle da AETE é exercido pela Alupar por meio da Apaete, dado que a Apaete detém 86,75% das ações ordinárias da AETE. As decisões relevantes nestas sociedades são tomadas pela maioria absoluta dos votos.
- (b) O controle do bloco denominado Transmissoras Brasileiras de Energia ("TBE") é exercido pela Alupar, uma vez que o presidente do conselho de administração desse bloco é indicado pela Alupar e este possui voto qualificado.
- (c) O controle da EAP II é exercido pela Alupar uma vez que o conselho de administração é formado por três membros, sendo dois membros indicados pela Alupar. O acionista não controlador detém opção de venda (*Put Option*) da totalidade de suas ações, sendo seu capital investido remunerado ao IPCA. A opção pode ser exercida a qualquer momento.

### 3.2. Combinação de negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

### 3.3. Moeda estrangeira

#### (a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Se houver vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a data da transação é a data de cada pagamento ou recebimento antecipado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

#### (b) Controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de controlada no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa controlada no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

### 3.4. Instrumentos financeiros

#### (a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### (i) Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### (ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### (b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 28.3.

### (c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos futuros e swaps, para proteger-se contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e preço de commodities. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção podem ser classificados como: (i) Hedge de valor justo; (ii) Hedge de fluxo de caixa; e (iii) Hedge de investimento líquido.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia e suas controladas formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Administração avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge, são atualmente registrados como hedge de fluxo de caixa.

O derivativo designado como instrumento de proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de proteção não mais atenda aos critérios de contabilização, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

A efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido deve possuir valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

### 3.5. Contratos de Concessão de Transmissão de energia elétrica

As controladas da Companhia que possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica devem aplicar o ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, para reconhecer, mensurar e apresentar esses contratos. Para que um contrato de concessão esteja abrangido pelo ICPC 01 (IFRIC 12), devem ser cumpridos os dois critérios seguintes:

- O Poder Concedente da concessão controla ou regula quais os serviços que o operador deve prestar com a infraestrutura, a quem os deve prestar e a que preço; e
- O Poder Concedente da concessão controla, através da propriedade, o direito de usufruto ou de outra forma qualquer interesse residual na infraestrutura no final do prazo do contrato.

Os contratos de concessão firmados no Brasil e no Peru cumprem os critérios acima, portanto estão divididos em dois modelos contábeis, descritos a seguir:

#### (a) Modelo de ativo contratual e ativo financeiro

O modelo de ativo contratual é aplicável aos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil. Neste modelo, dado o arcabouço regulatório brasileiro, os contratos de concessão possuem o direito incondicional de receber caixa, independentemente do uso efetivo da infraestrutura pelos usuários ao longo do prazo de concessão.



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

O registro do ativo contratual se inicia na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de performance de construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica, sendo a receita associada a essa obrigação de performance reconhecida ao longo do tempo da construção, e cujo o recebimento de caixa estará condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente após a entrada em operação comercial e iniciando a obrigação de performance de operar e manter, à medida em que essa obrigação de performance é cumprida, a Receita Anual Permitida (RAP) é faturada contra os usuários do sistema, conforme informado pelo documento Aviso de Crédito (AVC), emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e dessa forma, a RAP faturada, que corresponde a uma parcela do saldo do ativo contratual, se torna ativo financeiro, sendo esse montante transferido para a rubrica de Contas a receber. Os reforços, melhorias, expansões e substituições geram novas receitas, esses casos são tratados como novos contratos. O ativo contratual da concessão também inclui os valores decorrentes do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão, e após cumprida a obrigação de performance de Operação & Manutenção por todo o período do contrato. As controladas da Companhia, que tem direito a isso, consideram que o valor da indenização deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão. O valor do ativo indenizável é obtido quando a construção da infraestrutura é finalizada.

### (b) Modelo de ativo intangível

O modelo de ativo intangível é aplicável aos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica firmados no Peru. Embora o regime tarifário seja determinado anualmente pelo Governo Peruano durante a vigência da concessão, o contrato de concessão não estabelece qualquer obrigação por parte do Governo Peruano de se encarregar do pagamento das obrigações atribuídas a cada usuário do sistema, dessa forma, o contrato de concessão não possui nenhum mecanismo que garanta ao concessionário o direito incondicional de receber caixa. Nestas circunstâncias, o concessionário assume o risco de exigência na recuperabilidade do investimento.

O registro do ativo intangível se inicia na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de performance de construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica, sendo a receita associada a essa obrigação de performance reconhecida ao longo do tempo da construção. Os reforços, melhorias, expansões, substituições e manutenções significativas que gerem novas receitas são registradas como adições ao ativo intangível, caso não gerem benefícios econômicos futuros são registrados no resultado. O ativo intangível originado pelo contrato de concessão é amortizado pelo método linear ao longo do prazo do prazo de concessão.

Para os contratos de concessão firmados na Colômbia e no Chile que não estão sob o alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), uma vez que a vida útil dos ativos é superior ao contrato de concessão, e conseqüentemente, as transmissoras possuem interesse residual relevante ao final do contrato, foram tratados sob o escopo do CPC 27 (IAS 16) e CPC 06 (IFRS 16).

## 3.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12 e nos saldos contábeis das respectivas Unidades de Cadastro (UC). Para os ativos localizados no Brasil, observam-se as taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674/2015, limitadas ao prazo de autorização dos parques eólicos. Tais taxas refletem a vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A receita com a venda de energia elétrica gerada na fase de comissionamento, ou seja, que foi produzida para trazer o ativo imobilizado para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração, é reconhecida no resultado, líquida de seus custos, quando aplicável.

### 3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

#### (a) Direito de exploração – Uso do Bem Público (“UBP”)

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com início a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” ajustada ao valor presente por uma taxa de desconto. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

#### (b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios, que corresponde ao montante da contraprestação transferida que supera o valor do patrimônio líquido da adquirida. Os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

### (c) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei nº 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (*GSF – Generation Scaling Factor*) incorrido no período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo remanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

### (d) Desenvolvimento de projetos

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem ser reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

## 3.8. Redução ao valor recuperável ("impairment")

### (a) Ativos financeiros e Ativo de contrato

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

### (b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### 3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### (a) Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01 (IFRIC 12).

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. O reconhecimento inicial é feito em contrapartida ao Imobilizado, intangível ou Custo de construção - este para as transmissoras que aplicam o "ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão".

As licenças prévias, de instalação e operação, obtidas na fase do planejamento, construção e instalação dos empreendimentos, são reconhecidas como custo do item que gere maior impacto ambiental, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das torres (transmissoras), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação obtidas após a entrada em operação comercial, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

#### (b) Provisão para desmobilização de ativos

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

#### (c) Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### (d) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 3.10. Benefícios a empregados

### (a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### (b) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

## 3.11. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social corrente e o imposto de renda e contribuição social diferido. Os ativos e passivos tributários são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais, e a despesa com imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando se relaciona ao reconhecimento inicial de uma combinação de negócios e a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, caso em que é reconhecida no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As alíquotas e leis tributárias utilizadas para calcular os valores dos tributos sobre o lucro são aquelas vigentes na data do relatório nos países onde a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável, e estão descritos na nota explicativa nº 26.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado sobre o lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro antes dos impostos na demonstração do resultado do exercício devido a diferenças permanentes relacionadas a itens de receita ou despesa que não são tributáveis ou dedutíveis, e a diferenças temporárias relacionadas a itens de receita ou despesa que serão tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto devido no período corrente é calculado utilizando as alíquotas de imposto vigentes ao final do período.

A Companhia e suas controladas compensam ativos e passivos fiscais correntes quando estão sujeitos à tributação pela mesma autoridade tributária e avaliam periodicamente as posições adotadas nas declarações de impostos em relação a situações em que as leis tributárias estão sujeitas a interpretação e, quando apropriado, reconhecem provisões para os valores que esperam pagar às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos incluídos no balanço patrimonial e as respectivas bases tributárias utilizadas para determinar o lucro tributável. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, incluindo prejuízos fiscais, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis contra os quais possam ser compensados.

A Companhia e suas controladas aplicam a exceção prevista nos parágrafos 39 e 44 da CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro para o reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias relacionadas em investimentos em controladas e controlada em conjunto.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

A Companhia e suas controladas compensam ativos e passivos fiscais diferidos quando estão sujeitos à tributação pela mesma autoridade tributária. Além disso, elas revisam o valor contábil dos ativos fiscais diferidos em cada data de encerramento e reduzem esse valor quando não for mais provável que haja lucros tributáveis suficientes para permitir o uso total ou parcial do ativo fiscal diferido.

### 3.12. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Encargos regulatórios" e "Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos", respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

### 3.13. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito.

As controladas da Companhia que possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram suas receitas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15). Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil e Perú possuem duas obrigações de performance, sendo: (i) construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e (ii) operar e manter disponível a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados na Colômbia e Chile possuem a obrigação de performance de operar e manter disponível a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Ao cumprir tais obrigações de performance, as transmissoras de energia recebem uma receita teto, denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão, sendo reajustada anualmente por um índice inflacionário definido em contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) pode ser reduzida por não atender certo desempenho técnico-operacional, sendo que tais descontos são tratados como contraprestação variável.

Nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil, a Receita Anual Permitida (RAP) é uma receita global, exigindo julgamento da Administração para estimar o preço de venda individual e alocar a cada obrigação de performance do contrato. O preço de venda individual das obrigações de performance foi estimado na data do leilão computando-se o valor presente de todos os desembolsos previstos com custos de construção e custos de operação & manutenção (O&M). Ao subtrair esses custos do valor presente da RAP (acrescida do ativo indenizável, se houver), obtém-se o fluxo de caixa líquido do projeto. A razão entre esse fluxo de caixa líquido e o valor presente da RAP permitiu calcular a margem de lucro única do projeto. Essa margem é aplicada uniformemente para mensurar tanto a receita da atividade de construção quanto da atividade de O&M. A taxa de desconto utilizada para trazer os fluxos a valor presente baseou-se no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), refletindo o componente significativo de financiamento.

#### (a) Receita de infraestrutura de transmissão de energia elétrica

A receita de infraestrutura está associada a obrigação de performance de construção (implantação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica), sendo cumprida ao longo do tempo, portanto, foi adotado o método de insumo para o reconhecimento de receita, que consiste na razão entre os custos incorridos em relação aos custos totais. Para os contratos de concessão firmados do Brasil, a receita de infraestrutura, registrada em contrapartida ao Ativo Contratual, é mensurada utilizando-se o método de custo esperado mais margem, sendo a receita reconhecida corresponde aos custos de construção incorridos acrescidos da margem de lucro e efetuando-se o gross-up dos tributos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (RGR/TFSEE), quando aplicável. A receita de Infraestrutura

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

é corrigida por índice inflacionário. Para os contratos de concessão firmados no Peru, a receita de Infraestrutura, registrada em contrapartida ao Ativo Intangível, é mensurada utilizando-se o método de abordagem de custo mais margem, sendo que a margem aplicada é próxima a zero.

### (b) Remuneração financeira dos ativos da concessão de transmissão de energia elétrica

A receita de remuneração financeira está associada ao componente de financiamento significativo existente na receita de Infraestrutura, refletido em uma taxa de desconto. Esta receita é reconhecida através do método da taxa efetiva de juros, aplicando-se a taxa de desconto nominal (acrescida do índice de reajuste do contrato, IGP-M ou IPCA) sobre o saldo do Ativo Contratual da Concessão. A metodologia para mensurar a taxa de desconto é o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As taxas nominais, definidas na data de cada leilão e mantidas fixas até o final do contrato, situam-se no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

### (c) Receitas de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica

As receitas de Operação e Manutenção (O&M), que geralmente têm início após a conclusão da fase de construção, estão associadas a obrigação de performance de operar e manter disponível as instalações de transmissão de energia elétrica. A receita O&M é reconhecida mensalmente conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível. Para os contratos de concessão firmados no Brasil, a receita de O&M é mensurada aplicando-se a margem de lucro sobre os custos operacionais estimados e efetuando-se o gross-up dos tributos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (RGR/TFSEE), quando aplicável. Os custos operacionais estimados consideram o percentual de 1% a 4% ao ano sobre o custo total empregado na construção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é corrigida por índice inflacionário. Para os contratos de concessão firmados no Peru, Colômbia e Chile a receita de O&M corresponde ao valor da RAP faturada naquele mês. As receitas de Operação e Manutenção são registradas em contrapartida ao Contas a receber.

### (d) Contraprestação variável - Parcela variável (PV)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A Parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências.

Em função da dificuldade de previsão da entrada em operação de cada projeto, a Parcela variável por atraso na entrada em operação (PVA) e a Parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Administração avalia que a sua ocorrência é provável.

### (e) Receita de suprimento de energia elétrica

Na Companhia e em suas controladas, a receita de suprimento de energia elétrica refere-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia entregue e com preços especificados nos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

### (f) Prestação de serviços - Receita de Comissão de Aval de Fiança

A receita de Comissão de aval de fiança refere-se a garantia dada pela Alupar às Instituições Financeiras para determinados contratos de empréstimos firmados por suas controladas, a qual é cobrada mensalmente um percentual sobre os montantes da dívida em aberto.

### (g) Receita de juros

A receita de juros decorrente de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### (h) Passivo contratual da concessão

Os pagamentos recebidos de clientes sem o cumprimento das obrigações de performance são registrados como Passivo contratual. A realização do passivo contratual será consistente com o cumprimento das obrigações de desempenho e consequentemente, o reconhecimento da receita.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 3.14. Arrendamentos

#### Arrendatário

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizam como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que são os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazo de vencimento próximo ao prazo do arrendamento, acrescido do risco de crédito ("spread bancário") obtido através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

#### Arrendador

Para os contratos de concessão que não estão sob o alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), os mesmos foram tratados como arrendamento. Tais contratos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, logo estes contratos são classificados como arrendamentos operacionais. A receita é reconhecida no resultado pelo método linear durante os prazos do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e contratação de um arrendamento operacional são incluídos na quantia escriturada do ativo arrendado e são contabilizados no resultado pelo método linear durante a vigência do contrato.

### 3.15. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada pelos órgãos de governança ou está fundamentada em obrigações previstas no Estatuto Social.

O estatuto social da Companhia e suas controladas estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e intercalares, que posteriormente estarão sujeitos a aprovação da Assembleia.

### 3.16. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

### 3.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

### 3.18. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

### 3.19. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

### 3.20. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento e classificam juros recebidos e dividendos recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

### 3.21. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis aplicável as companhias abertas por força da legislação doméstica, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 4. Novas normas vigentes e não vigentes

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez a alteração a seguir, que é válida para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

- **Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21):** esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis:** o IFRS 18 substituirá a IAS 1 (CPC 26) para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva. No Brasil, o CPC 51 está em discussão para alinhamento com a Lei 6.404/76. A norma introduz categorias obrigatórias na DRE (operacional, investimento, financiamento, impostos e operações descontinuadas) e novas diretrizes de agregação.

A Companhia e suas controladas avaliaram preliminarmente os seguintes impactos: (i) Apresentação da DRE: há a intenção de transitar da apresentação por "função" para "natureza", visando maior detalhamento dos gastos operacionais; (ii) Fluxo de Caixa: o ponto de partida do método indireto será alterado para o "Lucro Operacional". A classificação atual de juros pagos (financiamento) e recebidos (investimento) já cumpre os requisitos da norma; (iii) Medidas de Desempenho (MPMs): como o EBITDA reportado equivale ao subtotal operacional ("OPDAI") definido pela norma, não se preveem conciliações adicionais para medidas não previstas no padrão.

A Companhia e suas controladas monitoram as discussões regulatórias para assegurar plena aderência quando da adoção.

- **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações:** emitida em 2024, esta norma permite que subsidiárias qualificadas (sem responsabilidade pública e com controladora reportando em IFRS) adotem divulgações reduzidas, mantendo integralmente os critérios de reconhecimento e mensuração das IFRS. O objetivo é simplificar o reporte financeiro. Vigência em 1ª de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia e suas controladas são negociados publicamente, as mesmas não são elegíveis para a aplicação do IFRS 19.
- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos de Energia Renovável:** as alterações (vigentes em 2026) tratam de contratos cuja entrega depende de fatores naturais. Para a Companhia, que opera UHEs (ACR), parques eólicos, PCHs e ativo solar, a norma é relevante devido à intermitência dessas fontes. Como a Companhia e suas controladas não utilizam derivativos de preço e não aplicam marcação a mercado, classificando seus contratos como "uso próprio" (*own-use*), o impacto esperado é a manutenção deste tratamento. As novas regras protegem tal classificação mesmo diante da variabilidade de volume inerente às fontes renováveis. A Companhia e suas controladas revisarão suas divulgações para atender aos novos requisitos de transparência sobre sua exposição a esses contratos.
- **Alterações IFRS 9 e 7 (CPC 48/40):** atualizam a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Incluem regras para baixa de passivos (pagamentos eletrônicos), critérios para fluxos ESG, ativos sem direito a regresso e novas divulgações para ativos ao valor justo por outros resultados abrangentes. Vigência: em 1º de janeiro de 2026. A Companhia e suas controladas não estimam impactos materiais, mas monitoram a formalização das revisões pelo CPC.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média CDI		Controladora		Remuneração média CDI		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	1.193	491	-	-	106.918	51.127
Certificados de depósitos bancários	96,50%	99,80%	51.274	2.562	97,50%	99,83%	107.550	146.490
Fundos de investimento	-	-	-	-	97,52%	97,30%	365.680	417.219
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	124	-	20,00%	20,00%	3.802	4.271
Moeda estrangeira	-	-	1.139	185	-	-	101.931	188.122
<b>Total</b>			<b>53.730</b>	<b>3.238</b>			<b>685.881</b>	<b>807.229</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a Administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

### 6. Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Descrição da carteira</b>				
Operações compromissadas	356.112	540.415	630.349	1.034.595
Títulos públicos do Governo Brasileiro (LFT)	797.230	708.928	1.567.340	1.402.885
Títulos privados	61.556	61.042	190.011	134.576
Outros	-	(27)	-	(160)
<b>Total</b>	<b>1.214.898</b>	<b>1.310.358</b>	<b>2.387.700</b>	<b>2.571.896</b>

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e cuja a remuneração média corresponde a 100,26% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (99,63% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A carteira de Títulos públicos do Governo Brasileiro está relacionada a investimentos em Letra Financeira do Tesouro (LFT), indexados à Selic.

### 7. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimento	97,75%	99,20%	155.040	165.134
			<b>155.040</b>	<b>165.134</b>

Os títulos e valores mobiliários referem-se a depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia. Estas contas consistem na manutenção de aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado						
	A vencer	31/12/2025	31/12/2024	A vencer	Vencidos				31/12/2025	31/12/2024
					Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias		
Encargos de uso da transmissão	-	-	-	68.504	3.692	2.235	65.463	136.796	276.690	303.450
Venda de energia elétrica - ACR	3.200	3.200	3.200	54.086	-	-	-	-	54.086	49.196
Venda de energia elétrica - ACL	15.410	15.410	8.039	31.302	264	82	12	-	31.660	50.698
Energia de curto prazo	600	600	848	18.910	-	-	-	-	18.910	12.341
Comissão de aval (nota 28)	7.821	7.821	9.946	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas	-	-	-	(6.438)	-	-	-	-	(6.438)	(10.086)
<b>Total</b>	<b>27.031</b>	<b>27.031</b>	<b>22.033</b>	<b>166.364</b>	<b>3.956</b>	<b>2.317</b>	<b>65.475</b>	<b>136.796</b>	<b>374.908</b>	<b>405.599</b>
Circulante		27.031	22.033						186.798	283.923
Não circulante		-	-						188.110	121.676

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, mantemos uma provisão para perdas de crédito esperadas, em decorrência de possíveis perdas no contas a receber. Em particular, para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil, de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência, portanto, nenhuma provisão para perdas de crédito esperada foi reconhecida para o contas a receber e ativo de contrato, relacionados a esses contratos de concessão.

9. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>19.434.422</b>	<b>18.673.790</b>
Aquisição por combinação de negócios (nota 1.1 b)	180.225	-
Receita de operação e manutenção (nota 23)	662.246	622.688
Remuneração financeira dos ativos de concessão (nota 23)	2.398.500	2.488.062
Receita de infraestrutura (nota 23)	725.469	384.451
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica (nota 23)	-	21.620
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica (Nota 24)	(30.979)	(44)
Reclassificação do contas a receber	-	(1.711)
Realização do ativo contratual em ativo financeiro	(2.929.708)	(2.754.434)
<b>Saldo final</b>	<b>20.440.175</b>	<b>19.434.422</b>
Circulante	2.254.400	2.098.105
Não circulante	18.185.775	17.336.317

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes de perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$30.979, registrados na rubrica de "Outras despesas" no consolidado, cujo valor líquido de impostos é de R\$27.604, refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas TME e ELTE com base na Resolução Homologatória nº 3.475 de 17 de julho de 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes de ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$21.620, registrados na rubrica de "Outras receitas" no consolidado, cujo valor líquido de impostos é de R\$19.437, refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas EATE, EBTE, ERTE, STC e Transirapé com base na Resolução Homologatória nº 3.343 de 9 de julho de 2024.

**10. Investimentos em controladas e controlada em conjunto**

Apresentamos a seguir a composição e o mapa de movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor patrimonial	8.392.820	7.479.174	808.635	372.687
Adiantamento para futuro aumento de capital	92.679	100.990	45.653	-
Dividendos a receber	212.935	151.609	75	75
Lucro não realizado	35.165	35.866	-	-
Mais-valia	26.407	27.558	-	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.164	6.164	-	-
<b>Total</b>	<b>8.766.170</b>	<b>7.801.361</b>	<b>854.363</b>	<b>372.762</b>

Movimentação dos investimentos:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.801.361</b>	<b>7.091.515</b>	<b>372.762</b>	<b>223.759</b>
Aportes de capital	344.649	278.600	180.408	-
Dividendos e JCP recebidos	(685.151)	(788.556)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.250.909	1.138.893	301.193	149.003
Reserva de hedge	47.557	21.200	-	-
Ajuste de conversão cumulativa	1.593	64.709	-	-
Outros	5.252	(5.000)	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>8.766.170</b>	<b>7.801.361</b>	<b>854.363</b>	<b>372.762</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participação no resultado dos investimentos	1.216.211	1.139.431	265.418	149.003
Diluição no investimento em controladas em conjunto	35.775	-	35.775	-
Amortização da mais-valia	(1.235)	(1.234)	-	-
Lucro não realizado	158	696	-	-
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>1.250.909</b>	<b>1.138.893</b>	<b>301.193</b>	<b>149.003</b>

**Empreendimento controlado em conjunto**

A TNE é uma controlada em conjunto formada pela Companhia e pela Axia Energia. As decisões relevantes da TNE precisam ser tomadas por dois terços (66%) dos votos dos acionistas para serem aprovadas. O conselho de administração é formado por quatro membros, sendo que cada acionista pode indicar dois membros. O presidente do conselho de administração não tem voto qualificado. Apresentamos a seguir as informações resumidas da controlada em conjunto TNE:

Balço Patrimonial	31/12/2025	31/12/2024	Resultado	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	839.833	517.132	Receita líquida	3.208.409	2.317.674
Disponibilidades	230.151	306.101	Despesas de juros	(106.642)	(160.909)
Ativo não circulante	6.494.216	3.604.583	Imposto de renda e contribuição social	(458.980)	(151.610)
Passivo circulante	1.702.768	174.900	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>892.056</b>	<b>294.383</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.524.733	49.425			
Passivo não circulante	3.217.489	3.195.764			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.667.444	2.400.000			
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.413.792</b>	<b>751.051</b>			

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

As informações resumidas das controladas que possuem participação de acionistas não controladores, constam na tabela a seguir:

Sociedades	Informações contábeis em 31 de dezembro de 2025											
	Balanço Patrimonial					Resultado			Fluxo de caixa			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	LAIR	Lucro (prejuízo)	Operacional	Investimento	Financiamento	Aumento (redução)
AETE	39.672	152.126	20.087	95.475	76.236	29.135	8.548	5.510	31.123	104.514	(135.604)	33
Apaete	748	66.403	1.280	-	65.871	-	5.155	5.082	244	13.194	(19.248)	(5.810)
EATE	423.866	2.127.994	184.272	1.248.843	1.118.745	290.343	235.939	231.399	285.368	179.176	(478.039)	(13.495)
EBTE	89.970	535.202	27.033	261.120	337.019	77.300	46.201	37.831	50.829	14.024	(60.130)	4.723
ECTE	81.867	517.735	65.148	354.479	179.975	46.705	29.988	31.546	64.693	30.286	(150.284)	(55.305)
EDTE	97.067	792.378	88.163	509.549	291.733	113.940	74.509	56.070	87.224	(9)	(83.479)	3.736
ENTE	189.115	818.248	51.030	371.121	585.212	148.664	155.650	131.281	157.664	26.566	(162.530)	21.700
ERTE	38.436	153.158	16.931	16.860	157.803	39.706	34.448	32.249	37.094	(4)	(36.337)	753
ETB	317.443	1.609.429	211.716	1.192.443	522.713	232.314	128.358	91.654	158.704	(9.378)	(149.249)	77
ETEM	33.482	161.556	11.293	60.470	123.275	20.605	14.474	23.453	15.167	2.975	(18.123)	19
ETEP	99.236	389.121	46.248	220.840	221.269	55.847	34.559	28.156	65.330	14.098	(108.916)	(29.488)
La Virgen	44.530	1.106.564	43.762	516.181	591.151	120.137	37.249	26.095	63.818	(1.456)	(67.264)	(4.902)
Lavrinhas	16.947	191.275	3.847	5.275	199.100	63.863	36.547	33.324	35.867	7.821	(43.737)	(49)
Lumitrans	29.339	86.774	6.414	8.775	100.924	17.663	23.075	21.530	19.426	113	(24.948)	(5.409)
Queluz	15.725	224.639	6.069	6.592	227.703	53.106	25.794	22.904	26.377	8.897	(35.333)	(59)
Risaralda	29.553	187.241	14.811	109.480	92.503	49.390	17.023	10.072	29.757	(630)	(16.361)	12.766
STN	329.728	576.183	33.931	283.803	588.177	139.490	125.958	37.647	123.437	(171.860)	(23.820)	(72.243)
TCC	291.326	1.996.245	176.874	1.208.961	901.736	266.768	162.788	118.714	185.300	(15.744)	(169.521)	35
TME	100.675	555.192	31.906	436.287	187.674	71.492	6.436	3.939	57.280	(14.935)	(42.244)	101
TPE	417.357	2.948.894	329.036	1.795.128	1.242.087	392.616	227.404	166.461	270.364	(11.122)	(259.230)	12
Transirapé	52.666	232.326	41.837	26.214	216.941	42.271	32.691	29.957	38.207	18	(40.449)	(2.224)
Transleste	24.836	115.445	12.251	12.983	115.047	26.254	23.536	22.008	29.655	1.034	(30.570)	119
Transminas	54.687	168.830	2.189	-	221.328	-	33.606	31.418	(2.686)	41.600	(39.175)	(261)
Transudeste	16.402	79.419	7.407	8.621	79.793	16.818	13.967	12.975	16.667	-	(16.928)	(261)
TSM	194.911	1.376.869	57.041	1.078.833	435.906	182.034	99.241	73.166	106.489	(5.740)	(100.754)	(5)
Verde 8	25.118	235.291	7.935	146.989	105.485	49.921	8.249	4.185	25.985	60.406	(84.967)	1.424

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

## 11. Participação dos acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

	Participação 31/12/2025 (%)	31/12/2024	Aumento de capital	Resultado dos não controladores	Resultado dos não controladores ORA	Dividendos declarados	31/12/2025
AETE	13,25	10.019	-	730	-	(648)	10.101
Apaete	63,04	51.221	-	3.204	-	(12.897)	41.528
EATE	49,98	692.161	-	115.657	-	(248.643)	559.175
EBTE	49,00	179.073	-	18.538	-	(32.472)	165.139
ECTE	49,98	108.070	-	15.765	-	(33.888)	89.947
EDTE	49,90	123.886	-	27.979	-	(6.290)	145.575
ENTE	49,99	298.751	-	65.626	-	(71.836)	292.541
ERTE	21,95	35.450	-	7.078	-	(7.894)	34.634
ETB	35,00	158.227	-	32.078	-	(7.355)	182.950
ETEM	37,21	40.632	-	8.729	-	(3.491)	45.870
ETEP	49,98	113.048	-	14.074	-	(16.522)	110.600
GET	49,00	(526)	-	-	-	-	(526)
La Virgen	8,33	47.539	-	2.156	(386)	-	49.309
Lavrinhas	39,00	77.690	-	12.997	-	(13.030)	77.657
Lumitrans	5,00	5.102	-	1.076	-	(1.131)	5.047
Queluz	31,17	72.251	-	7.139	-	(8.416)	70.974
Risaralda	0,02	15	-	3	-	-	18
STN	49,00	283.418	-	18.448	-	(13.659)	288.207
TCC	34,30	277.725	-	40.719	-	(9.149)	309.295
TME	40,00	90.842	-	1.575	-	(17.347)	75.070
TPE	34,30	399.153	-	57.097	-	(30.214)	426.036
Transirapé	49,00	95.292	-	14.679	-	(3.670)	106.301
Transleste	49,00	59.412	-	10.784	-	(13.823)	56.373
Transminas	29,98	68.669	-	9.420	-	(11.728)	66.361
Transudeste	49,00	40.500	-	6.358	-	(7.759)	39.099
TSM	34,30	140.557	-	25.097	-	(16.138)	149.516
Verde 08	15,00	15.195	-	628	-	-	15.823
		<b>3.483.372</b>	<b>-</b>	<b>517.634</b>	<b>(386)</b>	<b>(588.000)</b>	<b>3.412.620</b>
	Participação 31/12/2024 (%)	31/12/2023	Aumento de capital	Resultado dos não controladores	Resultado dos não controladores ORA	Dividendos declarados	31/12/2024
AETE	13,25	10.807	-	2.437	-	(3.225)	10.019
Apaete	63,04	51.574	-	10.010	-	(10.363)	51.221
EATE	49,98	598.656	-	293.742	-	(200.237)	692.161
EBTE	49,00	180.118	-	21.284	-	(22.329)	179.073
ECTE	49,98	155.232	-	28.334	-	(75.496)	108.070
EDTE	49,90	106.158	-	24.622	-	(6.894)	123.886
ENTE	49,99	270.458	-	75.205	-	(46.912)	298.751
ERTE	21,95	35.302	-	7.367	-	(7.219)	35.450
ETB	35,00	136.535	-	28.415	-	(6.723)	158.227
ETEM	37,21	47.598	-	4.468	-	(11.434)	40.632
ETEP	49,98	117.028	-	21.262	-	(25.242)	113.048
GET	49,00	(526)	-	-	-	-	(526)
La Virgen	8,33	40.409	-	(2.329)	9.459	-	47.539
Lavrinhas	39,00	71.928	-	10.624	-	(4.862)	77.690
Lumitrans	5,00	4.713	-	947	-	(558)	5.102
Queluz	31,17	70.006	-	9.485	-	(7.240)	72.251
Risaralda	0,02	13	-	2	-	-	15
STN	49,00	270.320	-	50.515	-	(37.417)	283.418
TCC	34,30	249.609	-	36.457	-	(8.341)	277.725
TME	40,00	81.100	-	25.522	-	(15.780)	90.842
TPE	34,30	362.568	-	51.328	-	(14.743)	399.153
Transirapé	49,00	87.405	-	16.813	-	(8.926)	95.292
Transleste	49,00	60.513	-	14.203	-	(15.304)	59.412
Transminas	29,98	61.836	-	10.868	-	(4.035)	68.669
Transudeste	49,00	42.409	-	8.461	-	(10.370)	40.500
TSM	34,30	147.154	-	22.905	-	(29.502)	140.557
Verde 08	15,00	14.326	-	869	-	-	15.195
		<b>3.273.249</b>	<b>-</b>	<b>773.816</b>	<b>9.459</b>	<b>(573.152)</b>	<b>3.483.372</b>

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 12. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

	Consolidado								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras cívicas e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso (a)	Direito de uso	Total
Taxa média de depreciação anual (%):	-	2,13	2,17	3,45	14,29	6,25	-	8,07	2,50
Vida útil média estimada (em anos):	-	47	46	29	7	16	-	-	40
<b>Custo de aquisição</b>									
<b>Saldo em 1 de janeiro 2024</b>	<b>93.191</b>	<b>1.599.427</b>	<b>1.226.447</b>	<b>2.648.651</b>	<b>2.352</b>	<b>10.432</b>	<b>1.068.315</b>	<b>70.411</b>	<b>6.719.226</b>
Adições	799	707	1.964	14.345	920	1.055	75.866	3.056	<b>98.712</b>
Baixas	(49)	-	-	(1.099)	-	(214)	(261)	(1.072)	<b>(2.695)</b>
Transferências	9.100	-	45.811	244.350	-	-	(299.261)	-	-
Reclassificações	-	(189)	(71)	-	-	1	(65)	-	<b>(324)</b>
Ganho (perda) na conversão de balanços	711	-	200.048	61.424	184	955	91.564	526	<b>355.412</b>
Encargos financeiros capitalizados, líquidos (b)	-	-	-	-	-	-	152.979	-	<b>152.979</b>
Remensurações	-	-	-	(7.409)	-	-	-	4.538	<b>(2.871)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>103.752</b>	<b>1.599.945</b>	<b>1.474.199</b>	<b>2.960.262</b>	<b>3.456</b>	<b>12.229</b>	<b>1.089.137</b>	<b>77.459</b>	<b>7.320.439</b>
Adições	1.801	352	3.383	15.650	22	1.353	68.436	1.889	<b>92.886</b>
Baixas	(1.385)	(814)	(16.395)	(2.865)	(57)	(5)	(13.148)	(29.204)	<b>(63.873)</b>
Transferências	-	-	1.969	1.011.850	-	199	(1.014.018)	-	-
Ganho (perda) na conversão de balanços	285	-	(1.345)	57.287	33	121	(6.701)	269	<b>49.949</b>
Encargos financeiros capitalizados, líquidos (b)	-	-	-	-	-	-	(32.156)	-	<b>(32.156)</b>
Remensurações	-	-	-	(81)	-	-	(547)	(29)	<b>(657)</b>
Aquisição em combinação de negócios (nota 1.1 b)	-	-	-	-	-	48	-	-	<b>48</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>104.453</b>	<b>1.599.483</b>	<b>1.461.811</b>	<b>4.042.103</b>	<b>3.454</b>	<b>13.945</b>	<b>91.003</b>	<b>50.384</b>	<b>7.366.636</b>
<b>Depreciação acumulada</b>									
<b>Saldo em 1 de janeiro 2024</b>	-	<b>(347.802)</b>	<b>(158.850)</b>	<b>(584.539)</b>	<b>(1.685)</b>	<b>(6.434)</b>	-	<b>(30.374)</b>	<b>(1.129.684)</b>
Adições	-	(34.181)	(30.406)	(98.347)	(421)	(690)	-	(7.516)	<b>(171.561)</b>
Baixas	-	-	-	374	-	165	-	928	<b>1.467</b>
Transferências	-	-	-	(1)	252	(252)	-	-	<b>(1)</b>
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	(14.433)	(9.387)	(81)	(655)	-	122	<b>(24.434)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	<b>(381.983)</b>	<b>(203.689)</b>	<b>(691.900)</b>	<b>(1.935)</b>	<b>(7.866)</b>	-	<b>(36.840)</b>	<b>(1.324.213)</b>
Adições	-	(34.047)	(27.715)	(106.707)	(276)	(1.271)	-	(6.249)	<b>(176.265)</b>
Baixas	-	-	-	2	57	5	-	14.223	<b>14.287</b>
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	(973)	(1.120)	(22)	(81)	-	(177)	<b>(2.373)</b>
Aquisição em combinação de negócios (nota 1.1 b)	-	-	-	-	-	(7)	-	-	<b>(7)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	-	<b>(416.030)</b>	<b>(232.377)</b>	<b>(799.725)</b>	<b>(2.176)</b>	<b>(9.220)</b>	-	<b>(29.043)</b>	<b>(1.488.571)</b>
<b>Total Imobilizado em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>103.752</b>	<b>1.217.962</b>	<b>1.270.510</b>	<b>2.268.362</b>	<b>1.521</b>	<b>4.363</b>	<b>1.089.137</b>	<b>40.619</b>	<b>5.996.226</b>
<b>Total Imobilizado em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>104.453</b>	<b>1.183.453</b>	<b>1.229.434</b>	<b>3.242.378</b>	<b>1.278</b>	<b>4.725</b>	<b>91.003</b>	<b>21.341</b>	<b>5.878.065</b>



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

a) O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de linhas de transmissão, principalmente das controladas TEL e SED.

b) Encargos financeiros, líquidos elegíveis a capitalização

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os custos de empréstimos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos. A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 17 e 18.

c) Análise de Impairment

As controladas de geração da Companhia realizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a análise de indicadores de perda por *impairment* nas usinas de geração de energia eólica e solar. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão descritas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

- Para fins de definição de Unidade Geradora de Caixa foi considerado o complexo Eólica Agreste Potiguar (composto pelas controladas EAP I e EAP II), o complexo Energia dos Ventos (composto pelas controladas EDV I, II, III, IV e V) e a UVF Pitombeira, como sendo uma única fonte geradora de caixa em função da Administração monitorar a execução e performance dos complexos de forma consolidada e utilizarem a mesma estrutura administrativa e operacional;
- O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir dos fluxos de caixa projetados, descontado a uma taxa média do custo médio ponderado de capital (WACC) antes dos impostos de 9,95% a.a. do complexo Eólica Agreste Potiguar, 9,44% a.a. complexo Energia dos Ventos e 9,77% a.a. UVF Pitombeira;
- O período projetivo utilizado para elaboração dos fluxos de caixa descontados considerou o prazo de autorização determinado pelo Poder Concedente;
- O volume de energia e preço projetado no período levou em consideração a energia assegurada, os preços e período dos contratos já firmados pelas controladas e, para o período de venda a descoberto, foram consideradas as curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD); e
- Para a estimativa dos cortes de geração de energia (*curtailment*) foi considerado no período projetivo uma curva descendente no percentual dos cortes de geração de energia levando em consideração os seguintes fatores: (i) aprovação da Lei 15.269/2025 que deu provimento as usinas eólicas e solares em relação aos cortes de natureza de confiabilidade; (ii) expansão das linhas de Transmissão no Nordeste; (iii) avanço nos leilões relacionado aos projetos de armazenamento de baterias e (iv) modernização regulatória, trazendo mecanismos de compensação financeira relacionada ao consumo em horário de para baixa tensão e abertura do mercado livre.

Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização nos ativos, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excedeu o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia e suas controladas continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen e TCE que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 13. Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Controladora			Consolidado						
	Outros intangíveis	Projetos em desenvolvimento (c)	Total	Servidões	Uso do bem público	Direito de exploração (a)	Direito de extensão da outorga (b)	Outros intangíveis	Projetos em desenvolvimento (c)	Total
Taxa média de amortização anual (%):	20,00	-	-	-	2,72	3,33	3,77	6,48	-	-
<b>Custo de aquisição</b>										
<b>Saldo em 1 de janeiro 2024</b>	<b>1.274</b>	<b>28.546</b>	<b>29.820</b>	<b>85.974</b>	<b>17.225</b>	<b>88.072</b>	<b>83.544</b>	<b>18.965</b>	<b>32.612</b>	<b>326.392</b>
Adições	-	9.751	9.751	8.384	-	-	-	2.384	76.735	87.503
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(800)	(518)	(1.318)
Transferências	-	-	-	485	-	-	-	1.681	(2.166)	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	2.246	-	2.973	-	5.219
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	9.164	-	-	-	794	3.744	13.702
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.274</b>	<b>38.297</b>	<b>39.571</b>	<b>104.007</b>	<b>17.225</b>	<b>90.318</b>	<b>83.544</b>	<b>25.997</b>	<b>110.407</b>	<b>431.498</b>
Adições	69	4.697	4.766	1.377	-	-	-	4.230	90.682	96.289
Baixas	-	(7.555)	(7.555)	(1.419)	-	-	-	(3.398)	(7.634)	(12.451)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	1.105	(1.105)	-
Reclassificações	-	-	-	(342)	-	-	-	56	(316)	(602)
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	3.106	-	-	-	171	153	3.430
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	(436)	(125)	(561)
Aquisição em combinação de negócios (nota 1.1 b)	-	-	-	-	-	5.891	-	-	-	5.891
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.343</b>	<b>35.439</b>	<b>36.782</b>	<b>106.729</b>	<b>17.225</b>	<b>96.209</b>	<b>83.544</b>	<b>27.725</b>	<b>192.062</b>	<b>523.494</b>
<b>Amortização acumulada</b>										
<b>Saldo em 1 de janeiro 2024</b>	<b>(971)</b>	<b>-</b>	<b>(971)</b>	<b>-</b>	<b>(6.334)</b>	<b>(29.855)</b>	<b>(8.934)</b>	<b>(13.258)</b>	<b>-</b>	<b>(58.381)</b>
Adições	(96)	-	(96)	-	(468)	(3.022)	(3.150)	(1.685)	-	(8.325)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	716	-	716
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	-	-	-	-	(171)	-	(171)
Reclassificações	(1)	-	(1)	-	-	(505)	-	-	-	(505)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(1.068)</b>	<b>-</b>	<b>(1.068)</b>	<b>-</b>	<b>(6.802)</b>	<b>(33.382)</b>	<b>(12.084)</b>	<b>(14.398)</b>	<b>-</b>	<b>(66.666)</b>
Adições	(89)	-	(89)	-	(466)	(3.102)	(3.149)	(4.195)	-	(10.912)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	253	-	253
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	-	-	-	-	827	-	827
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(1.157)</b>	<b>-</b>	<b>(1.157)</b>	<b>-</b>	<b>(7.268)</b>	<b>(36.484)</b>	<b>(15.233)</b>	<b>(17.513)</b>	<b>-</b>	<b>(76.498)</b>
<b>Total Intangível em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>206</b>	<b>38.297</b>	<b>38.503</b>	<b>104.007</b>	<b>10.423</b>	<b>56.936</b>	<b>71.460</b>	<b>11.599</b>	<b>110.407</b>	<b>364.832</b>
<b>Total Intangível em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>186</b>	<b>35.439</b>	<b>35.625</b>	<b>106.729</b>	<b>9.957</b>	<b>59.725</b>	<b>68.311</b>	<b>10.212</b>	<b>192.062</b>	<b>446.996</b>

a) Direito de exploração

Os direitos de exploração de concessão/autorização obtidos na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	Taxa média anual de amortização	Prazo de amortização		Consolidado			
		Início	Fim	31/12/2025		31/12/2024	
				Custo	Amortização Acumulada	Custo	Amortização Acumulada
Queluz	2,22%	06/04/04	10/08/48	2.665	(1.931)	2.665	(1.847)
Lavrinhas	2,22%	06/04/04	01/09/48	5.245	(2.437)	5.245	(2.362)
ETB	3,29%	29/09/16	29/09/46	28.400	(7.781)	28.400	(6.789)
La Virgen (i)	-	-	-	6.164	-	6.164	-
TME	4,92%	13/11/19	19/11/39	1.749	(532)	1.749	(445)
AETE	6,72%	18/07/19	18/03/34	497	(229)	497	(195)
EDV I	2,82%	17/07/12	17/07/47	3.006	(935)	3.006	(840)
EDV II	2,82%	16/07/12	16/07/47	1.847	(571)	1.847	(512)
EDV III	2,82%	19/07/12	19/07/47	2.714	(866)	2.714	(780)
EDV IV	2,82%	24/07/12	24/07/47	3.933	(1.221)	3.933	(1.096)
EDV X	2,82%	19/07/12	19/07/47	2.420	(751)	2.420	(674)
STC	3,29%	27/04/06	27/04/36	8.942	(5.346)	8.942	(5.036)
Lumitrans	3,29%	18/02/04	18/02/34	9.766	(6.905)	9.766	(6.504)
Transleste	3,29%	18/02/04	18/02/34	3.814	(2.282)	3.814	(2.094)
Transudeste	3,29%	04/03/05	04/03/35	2.767	(1.641)	2.767	(1.506)
Transirapé	3,29%	15/03/05	15/03/35	4.391	(2.494)	4.391	(2.289)
EDTE	3,29%	01/12/16	01/12/46	1.752	(474)	1.752	(413)
TBO	3,70%	31/07/25	31/03/52	5.891	(88)	-	-
Outros	-	-	-	246	-	246	-
				<b>96.209</b>	<b>(36.484)</b>	<b>90.318</b>	<b>(33.382)</b>

b) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo remanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

c) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto na indústria de energia elétrica, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, aluguel de espaços físicos, licenças, viagens entre outros gastos inerentes ao processo, sendo que estes gastos são incorridos apenas após o projeto passar pela análise de viabilidade econômico-financeira. Em seguida após uma série de ritos regulatórios, os órgãos reguladores permitindo a instalação do projeto, os custos incorridos são transferidos para as respectivas Sociedades de Propósito Específico ("SPE"). Os gastos incorridos em um projeto que porventura seja descontinuado, são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

Nesta rubrica também estão reconhecidas as receitas de construção dos contratos de concessão firmados no Peru no valor total de R\$87.609, relacionados aos ativos TCN, TSA, Maravilla, Puno Sur, Runatullo e Palca.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

e) Análise de *impairment*

Para os intangíveis com vida útil definida a Companhia não identificou indicativos por meio de fontes internas e externas que pudessem afetar a avaliação da recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis efetuada em 31 de dezembro de 2025. Para os intangíveis com vida útil indefinida a Companhia testou o valor contábil em 31 de dezembro de 2025, e avaliou que nenhuma perda para recuperação é necessária.

## 14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	4.460	4.404
Compra de energia elétrica	14.807	6.289	19.642	20.751
Materiais e serviços	3.861	4.026	143.986	138.362
Compra de energia elétrica - Partes relacionadas (Nota 28)	13.308	18.059	-	-
Fornecedores em moeda estrangeira	-	-	22.646	31.854
<b>Total</b>	<b>31.976</b>	<b>28.374</b>	<b>190.734</b>	<b>195.371</b>

O saldo de fornecedores de Encargos de uso do sistema de transmissão, Materiais e serviços e Suprimento de energia elétrica, possuem em média três meses para serem pagos, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

15. Encargos regulatórios e outros tributos a pagar e compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Encargos regulatórios</b>				
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	-	-	8.233	7.390
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	11.957	7.318
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	773	825
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	53.017	47.517
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.563	1.600
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	545	830
<b>Total Encargos regulatórios</b>	-	-	<b>76.088</b>	<b>65.480</b>
Circulante	-	-	44.798	42.230
Não circulante	-	-	31.290	23.250
<b>Outros tributos a pagar</b>				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60	27	1.604	640
Programa de Integração Social - PIS	203	416	18.380	15.788
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.232	2.151	81.083	70.807
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	80	102	1.711	2.396
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	7	3.180	3.515
Imposto sobre Serviços - ISS	2.266	2.294	2.665	3.088
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	23	40	778	730
Outros	32	5	1.677	531
<b>Total Outros tributos a pagar</b>	<b>3.896</b>	<b>5.042</b>	<b>111.078</b>	<b>97.495</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
Programa de Integração Social - PIS	1	-	657	364
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4	-	3.536	2.186
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	142	349
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	-	-
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	424	420
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	37	-	940	760
Imposto Geral sobre Vendas - IGV	-	-	16.791	8.372
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	73.201	66.680
Outros	(1)	-	251	823
<b>Total Outros tributos compensáveis</b>	<b>41</b>	-	<b>95.942</b>	<b>79.954</b>
Circulante	41	-	89.802	73.676
Não circulante	-	-	6.140	6.278

**16. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos**

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo do contratual da concessão.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RGR e TFSEE diferidos	-	-	208.936	215.729
PIS e COFINS diferidos (a)	-	-	1.627.891	1.528.837
	-	-	<b>1.836.827</b>	<b>1.744.566</b>
Circulante	-	-	195.594	182.459
Não circulante	-	-	1.641.233	1.562.107

- (a) Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("Reforma Tributária"), que altera o Sistema Tributário Nacional, prevendo a substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com período de transição iniciado em 2026 e extinção definitiva dos tributos atuais em 2027.

As controladas de transmissão da Companhia possuem saldos de PIS e COFINS Diferidos reconhecidos sobre Ativos Contratuais de Concessão, cujas reversões ocorrerão majoritariamente após o período de extinção de tais tributos, em 2027. Esses passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado, com base nas taxas que tenham sido substantivamente aprovadas até a data do balanço. Embora a base constitucional para a extinção do PIS/COFINS tenha sido estabelecida, a Companhia e suas controladas avaliam que a mensuração dos efeitos contábeis de forma fidedigna ainda depende da conclusão da regulamentação infraconstitucional (Leis Complementares).

Especificamente para o setor de transmissão de energia, o regime de diferimento da CBS/IBS e as alíquotas específicas que impactarão o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ainda estão sob definição regulatória. Dessa forma, a Administração da Companhia e suas controladas entende que a aprovação substantiva para fins de mensuração contábil no seu cenário específico será alcançada ao longo do exercício de 2026, momento em que procederá com o recálculo e com os registros contábeis decorrentes desse assunto, inclusive, com o ajuste correspondente no Ativo Contratual, de modo a refletir a neutralidade regulatória esperada.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 17. Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos								Consolidado	
		Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal	Clausulas restritivas	Garantias prestadas	Custo da dívida (a.a)		Amortização (Principal/Juros)	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional - Operacionais											
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%		TJLP	2,34	Mensal	89.642	103.753
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%		TJLP	2,34	Mensal	35.983	41.660
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%		TJLP	2,34	Mensal	4.060	4.700
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%		TJLP	-	Mensal	1.141	1.320
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%		TJLP	3,17	Mensal	27.425	42.018
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%		TJLP	1,93	Mensal	-	3.273
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%		TJLP	2,22	Mensal	-	445
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%		TJLP	1,93	Mensal	-	831
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	Penhor das Ações, Direitos	TJLP	2,22	Mensal	-	182
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	ICSD >= 1,30	creditórios, Fiança, Conta	TJLP	2,18	Mensal	39.507	42.143
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	ICSD >= 1,30	Reserva	IPCA	3,70	Mensal	11.715	12.840
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	ICSD >= 1,30		TJLP	2,18	Mensal	21.581	23.279
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	ICSD >= 1,30		IPCA	3,70	Mensal	6.686	7.330
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	ICSD >= 1,30		TJLP	2,18	Mensal	32.997	35.595
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	ICSD >= 1,30		IPCA	3,70	Mensal	8.280	9.077
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	ICSD >= 1,30		TJLP	2,18	Mensal	50.633	54.621
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	ICSD >= 1,30		IPCA	3,70	Mensal	9.167	10.048
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	ICSD >= 1,30		TJLP	2,18	Mensal	27.659	29.837
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	ICSD >= 1,30		IPCA	3,70	Mensal	10.274	11.259
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	-	Penhor das Ações e Direitos creditórios	TJLP	3,50	Mensal	1.772	2.177
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-		TJLP	6,50	Mensal	-	786
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	Penhor das Ações	-	9,50	Mensal	-	172
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-		-	9,50	Mensal	-	412
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000.000	-	Fiança	IBR	4,50	Trimestral	-	104.797
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	ago/25	ago/33	(COP) 73.400.000	-		IBR	3,50	Trimestral	105.086	-
BNB	TBO	abr/24	mai/45	97.270	-		IPCA	3,96	Mensal	92.725	-
BNB - nº 35.2023.9396.30266	EAP I	dez/23	out/47	84.139	-	Penhor das Ações, Direitos creditórios, Fiança, Conta	IPCA	4,55	Mensal	67.721	69.680
BNB - nº 35.2023.9396.30267	EAP II	dez/23	out/47	97.528	-	Reserva	IPCA	4,55	Mensal	94.571	95.641
BNB - nº 35.2024.1100.31158	Pitombeira	ago/24	jul/48	125.000	-		IPCA	5,03	Mensal	123.580	126.181

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos								Consolidado	
		Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal	Clausulas restritivas	Garantias prestadas	Custo da dívida (a.a)		Amortização (Principal/Juros)	31/12/2025	31/12/2024
							Indexador	Juros (%)			
<b>Moeda nacional - Pré-Operacionais</b>											
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	out/24	out/25	(COP) 19.215.000	-		IBR	2,75	Bullet/Trimestral	-	27.667
Citibank - Nota Promissória	Alupar Colômbia	out/25	out/26	(COP) 19.776.054	-		IBR	1,60	Bullet/Mensal	28.909	-
Banco Santander S.A	Alupar Colômbia	nov/24	nov/25	(COP) 86.035.323	-		IBR	2,75	Bullet/Trimestral	-	122.298
Banco Santander S.A	Alupar Colômbia	dez/25	dez/26	(COP) 89.357.863	-		IBR	1,95	Bullet/Trimestral	130.554	-
Citibank - Nota Promissória (a)	TEL	dez/24	dez/25	(COP) 20.637.700	-		-	11,02	Bullet/Mensal	-	29.096
Citibank - Nota Promissória	TEL	dez/25	dez/26	(COP) 20.637.700	-		IBR	1,70	Bullet/Mensal	30.196	-
<b>Subtotal Moeda Nacional</b>										<b>1.051.864</b>	<b>1.013.118</b>
Circulante										276.349	361.384
Não circulante										775.515	651.734
<b>Moeda estrangeira - Operacionais</b>											
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/23	nov/26	(USD) 7.500	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75		SOFR	2,80	Bullet / Trimestral	41.481	46.739
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/24	nov/25	(USD) 5.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75		SOFR	1,80	Bullet / Semestral	-	31.330
Santander España	Alupar Perú	jan/25	jan/28	(USD) 3.500	-		SOFR	2,35	Bullet / Trimestral	19.090	-
Santander España	Alupar Perú	dez/24	dez/27	(USD) 35.000	-		SOFR	2,45	Bullet / Semestral	192.920	218.566
Santander España	Alupar Perú	jul/25	jan/28	(USD) 6.000	-		SOFR	2,35	Bullet / Trimestral	33.379	-
Santander España	Alupar Perú	nov/25	jan/28	(USD) 5.000	-		SOFR	2,35	Bullet / Trimestral	27.632	-
Citibank Del Peru S.A.	Alupar Perú	nov/25	nov/26	(USD) 10.000	-		SOFR	5,10	Bullet / Trimestral	55.484	-
BTG Chile	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 55.000	ICSD >= 1,10	Fiança, Ações, Bens e Direitos, Conta bancárias,	SOFR	3,45	Trimestral	303.447	369.893
HAITONG BANK (BTG Caiman)	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 35.000	ICSD >= 1,10	Notas promissórias	SOFR	3,45	Trimestral	100.013	121.898
<b>Moeda estrangeira - Pré-Operacionais</b>											
MUFG BANK	TCE	jul/22	jul/27	(USD) 128.190	Dívida:PL <= 85:15 ICSD >= 1,15	Fiança, Penhor das Ações, Direitos creditórios, Bens, Conta centralizadora, Notas promissórias	SOFR	2,65	Gradual/Semestral	609.571	722.386
Itaú	TSA	nov/24	nov/25	(USD) 15.000	-		SOFR	1,80	Semestral	-	93.890
Itaú	TSA	out/25	out/27	(USD) 40.000	-		SOFR	2,04	Trimestral	110.745	-
Banco BTG Chile	SED	jul/25	jul/26	(USD) 1.100	-		SOFR	1,65	Bullet / Trimestral	31.383	-
BNDES - Subcrédito Ana	SED	nov/25	nov/40	(USD) 3.748	ICSD >= 1,20 e ICP >= 15%		SOFR	1,29	Bullet / Semestral	18.486	-
BNDES - Subcrédito Illapa	SED	nov/29	nov/40	(USD) 2.608			SOFR	1,29	Bullet / Semestral	12.866	-
Banco BTG Chile	TES	jul/25	jul/26	(USD) 1.000	-		SOFR	1,65	Bullet / Trimestral	2.492	-
<b>Subtotal Moeda estrangeira</b>										<b>1.558.989</b>	<b>1.604.702</b>
Circulante										152.257	187.820
Não circulante										1.406.732	1.416.882
<b>Total</b>										<b>2.610.853</b>	<b>2.617.820</b>
Circulante										428.606	549.204
Não circulante										2.182.247	2.068.616



Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em 31 de dezembro de 2025 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$155.040 (R\$165.134 em 31 de dezembro de 2024) evidenciado na nota explicativa nº 7.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.013.118</b>	<b>1.026.649</b>	<b>1.604.702</b>	<b>1.313.129</b>	<b>2.617.820</b>	<b>2.339.778</b>
Ingresso de dívidas (Custo de captação)	408.413	291.072	300.978	365.829	709.391	656.901
Encargos financeiros	107.242	102.110	129.579	125.663	236.821	227.773
Variação cambial	-	-	(197.769)	112.566	(197.769)	112.566
Ganho e perda na conversão	10.246	22.737	(26)	226.334	10.220	249.071
Amortização do principal	(481.507)	(335.569)	(149.366)	(429.862)	(630.873)	(765.431)
Amortização do encargos	(100.157)	(93.881)	(129.109)	(108.957)	(229.266)	(202.838)
Aquisição em combinação de negócios (nota 1.1 b)	94.509	-	-	-	94.509	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.051.864</b>	<b>1.013.118</b>	<b>1.558.989</b>	<b>1.604.702</b>	<b>2.610.853</b>	<b>2.617.820</b>

Saldo a amortizar dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2025							
	Consolidado							
	R\$							
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
<b>Moeda</b>								
Dólar norte-americano	166.106	920.288	145.440	316.566	-	-	35.235	1.583.635
Pesos colombianos	200.047	9.819	12.146	13.832	14.421	13.939	31.463	295.667
Real brasileiro	77.060	73.527	62.738	65.359	68.381	54.115	363.788	764.968
(-) Custos a amortizar	(14.607)	(7.934)	(704)	(687)	(664)	(198)	(8.623)	(33.417)
	<b>428.606</b>	<b>995.700</b>	<b>219.620</b>	<b>395.070</b>	<b>82.138</b>	<b>67.856</b>	<b>421.863</b>	<b>2.610.853</b>
<b>Indexador</b>								
TJLP	62.161	58.147	48.606	50.437	52.157	37.002	25.306	333.816
IPCA	14.899	15.380	14.132	14.922	16.224	17.113	338.482	431.152
IBR	200.047	9.819	12.146	13.832	14.421	13.939	31.463	295.667
SOFR	166.106	920.288	145.440	316.566	-	-	35.235	1.583.635
(-) Custos a amortizar	(14.607)	(7.934)	(704)	(687)	(664)	(198)	(8.623)	(33.417)
	<b>428.606</b>	<b>995.700</b>	<b>219.620</b>	<b>395.070</b>	<b>82.138</b>	<b>67.856</b>	<b>421.863</b>	<b>2.610.853</b>

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 18. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostos da seguinte forma:

Emissões	Empresas	Condições contratadas das debêntures									Controladora e Consolidado	
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Cláusulas restritivas de indicadores financeiros	Garantias prestadas	Custo da dívida (a.a)		Amortização		31/12/2025	31/12/2024
							Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos		
<b>Controladora</b>												
8ª Emissão (*)	Alupar	out/24	out/34	850.000	-	Quirografia	IPCA	6,50	Bullet	Semestral	884.824	842.245
<b>Total Controladora</b>											<b>884.824</b>	<b>842.245</b>
Circulante											9.612	6.944
Não circulante											875.212	835.301
<b>Consolidado - Operacionais</b>												
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	ICSD >= 1,20	Penhor das Ações, Direitos creditórios, Fiança, Contas Reserva	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	51.791	62.112
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	ICSD >= 1,15 e ICP >= 20%		IPCA	6,47	Semestral	Semestral	134.522	187.565
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50 Dívida líquida/EBITDA >= 2,5		IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	81.348
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50 Dívida líquida/EBITDA >= 2,5	Fiança	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	-	201.604
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50 Dívida líquida/EBITDA >= 2,5		IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	60.499
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50		IPCA	5,29	Semestral	Semestral	340.945	375.756
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50		IPCA	5,34	Semestral	Semestral	860.962	923.773
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	ICSD >= 1,10		CDI	2,70	Semestral	Semestral	-	86.876
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi		CDI	1,90	Semestral	Semestral	-	105.692
6ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 338 mi	Quirografia	CDI	100,00	Único no final	Semestral	-	51.409
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 304 mi		CDI	100,00	Único no final	Semestral	-	51.409
3ª Emissão	Transirapé	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 175 mi		CDI	1,90	Semestral	Semestral	25.948	51.411
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 240 mi		CDI	1,90	Semestral	Semestral	-	51.409
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5		CDI	1,70	Único no final	Semestral	-	621.218
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50	Fiança	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	738.907	801.381
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,50		IPCA	6,53	Semestral	Semestral	1.162.716	1.261.030
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5 ICSD >= 1,20	Direitos creditórios e emergentes, Penhor das Ações, Fiança, Conta Centralizadora	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	766.115	748.956
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	Fiança, Penhor de ações, Direitos Creditórios	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	615.207	601.243

## Notas explicativas às demonstrações contábeis



Emissões	Empresas	Condições contratadas das debêntures								Controladora e Consolidado		
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Cláusulas restritivas de indicadores financeiros	Garantias prestadas	Custo da dívida (a.a)		Amortização		31/12/2025	31/12/2024
							Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos		
10ª Emissão	EATE	mai/22	mai/27	110.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi		CDI	1,80	Único no final	Semestral	13	211.695
3ª Emissão	EBTE	mai/22	mai/27	45.000	Dívida líquida <= R\$ 240 mi		CDI	1,80	Único no final	Semestral	-	45.665
5ª Emissão	ETEP	mai/22	mai/27	35.000	Dívida líquida <= R\$ 304 mi		CDI	1,80	Único no final	Semestral	-	35.506
7ª Emissão	ECTE	mai/22	mai/27	60.000	Dívida líquida <= R\$ 338 mi		CDI	1,80	Único no final	Semestral	-	60.900
5ª Emissão	ENTE	mai/22	mai/27	30.000	Dívida líquida <= R\$ 895 mi	Quirografária	CDI	1,80	Único no final	Semestral	5	30.427
1ª Emissão	TME	mai/22	mai/27	240.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5		CDI	1,70	Único no final	Semestral	-	243.069
11ª Emissão	EATE	dez/23	dez/28	310.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi		CDI	1,65	Bullet	Mensal	209.086	311.620
6ª Emissão	ENTE	dez/23	dez/28	50.000	Dívida líquida <= R\$ 895 mi		CDI	1,65	Bullet	Mensal	50.351	50.207
1ª Emissão	EAP I	jan/24	dez/39	25.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	Fiança, Penhor de ações, Direitos Creditórios	IPCA	6,40	Semestral	Semestral	26.244	25.126
1ª Emissão	EAP II	jan/24	dez/38	55.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5		IPCA	6,40	Semestral	Semestral	54.363	54.414
2ª Emissão	AETE	jun/24	jun/30	116.000	ICSD >= 1,05		CDI	1,00	Semestral	Semestral	94.122	108.783
3ª Emissão	ETAP	jun/24	jun/30	170.000	ICSD >= 1,05		CDI	1,00	Semestral	Semestral	147.298	162.563
3ª Emissão	ETC	jun/24	jun/30	110.000	ICSD >= 1,05		CDI	1,00	Semestral	Semestral	95.299	105.173
1ª Emissão	ETEM	jun/24	jun/30	30.000	ICSD >= 1,05		CDI	1,00	Semestral	Semestral	22.578	27.537
2ª Emissão	ETES	jun/24	jun/30	50.000	ICSD >= 1,05	Quirografária	CDI	1,00	Semestral	Semestral	37.632	45.899
2ª Emissão	ETVG	jun/24	jun/30	50.000	ICSD >= 1,05		CDI	1,00	Semestral	Semestral	37.624	45.888
12ª Emissão	EATE	set/24	set/29	255.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi		CDI	0,89	Bullet	Semestral	369.819	261.554
8ª Emissão	ECTE	set/24	set/29	207.000	Dívida líquida <= R\$ 338 mi		CDI	0,89	Bullet	Semestral	183.229	212.285
7ª Emissão	ENTE	set/24	set/29	47.000	Dívida líquida <= R\$ 895 mi		CDI	0,89	Bullet	Semestral	48.871	48.114
6ª Emissão	ETEP	set/24	set/29	98.000	Dívida líquida <= R\$ 304 mi		CDI	0,89	Bullet	Semestral	102.356	100.447
2ª Emissão	Foz	jan/25	jan/30	560.000	-	Fiança	CDI	0,54	Único no final	Semestral	598.086	-
9ª Emissão	ECTE	jun/25	jun/30	50.000	Dívida líquida <= R\$ 360 mi		CDI	0,67	Semestral	Semestral	50.094	-
13ª Emissão - I	EATE	jun/25	jun/30	87.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi		CDI	0,67	Semestral	Semestral	87.287	-
13ª Emissão - II	EATE	jun/25	jun/30	250.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi	Quirografária	IPCA	7,45	Semestral	Semestral	250.036	-
4ª Emissão	EBTE	jun/25	jun/30	83.000	Dívida líquida <= R\$ 240 mi		CDI	0,67	Semestral	Semestral	83.206	-
2ª Emissão	TME	jul/25	jul/30	280.000	-		CDI	0,49	Bullet	Semestral	296.768	-
3ª Emissão	Verde 8	jun/25	jun/30	140.000	-	Fiança	CDI	0,59	Bullet	Semestral	140.337	-
4ª Emissão	ETAP	jul/25	jul/30	100.000	-		CDI	0,49	Bullet	Semestral	105.896	-
14ª Emissão	EATE	nov/25	mai/30	150.000	Dívida líquida <= R\$ 2,1 bi		CDI	0,47	Bullet	Semestral	152.743	-
7ª Emissão	ETEP	nov/25	mai/27	35.000	Dívida líquida <= R\$ 304 mi	Quirografária	CDI	0,18	Bullet	Semestral	35.587	-
10ª Emissão	ECTE	nov/25	mai/30	60.000	Dívida líquida <= R\$ 360 mi		CDI	0,47	Bullet	Semestral	61.040	-
8ª Emissão	ENTE	nov/25	nov/30	30.000	Dívida líquida <= R\$ 895 mi		CDI	0,47	Bullet	Semestral	30.470	-
5ª Emissão	EBTE	nov/25	nov/30	45.000	Dívida líquida <= R\$ 240 mi		CDI	0,39	Semestral	Semestral	45.751	-

## Notas explicativas às demonstrações contábeis



Emissões	Empresas	Condições contratadas das debêntures								Controladora e Consolidado		
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Cláusulas restritivas de indicadores financeiros	Garantias prestadas	Custo da dívida (a.a)		Amortização		31/12/2025	31/12/2024
							Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos		
<b>Pré - Operacionais</b>												
2ª Emissão	ELTE	jul/24	jul/39	650.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5		IPCA	6,42	Semestral	Semestral	649.655	661.378
1ª Emissão	TECP	jul/24	jun/27	50.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	Fiança	CDI	0,62	Único no final	Semestral	50.201	50.065
2ª Emissão	TECP	mar/25	mar/28	200.000	-		CDI	0,70	Único no final	Único no final	222.825	-
1ª Emissão	TPC	mar/25	mar/28	50.000	-		CDI	0,70	Único no final	Único no final	55.689	-
<b>Total Consolidado</b>											<b>9.976.498</b>	<b>10.065.251</b>
Circulante											1.016.041	1.419.847
Não circulante											8.960.457	8.645.404

(\*) A Companhia firmou contrato de SWAP com o Banco XP, trocando a taxa de juros de IPCA+6,50% por CDI, vide detalhes na nota explicativa nº 28.3.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros e das cláusulas que geram vencimento antecipado definidos nas escrituras das debêntures. Existem emissões de debêntures cujos índices financeiros devem ser apurados de forma trimestral ou anual, e o não cumprimento de tais índices financeiros implica em vencimento antecipado não automático da dívida.

As debêntures da Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>842.245</b>	<b>665.030</b>	<b>10.065.251</b>	<b>9.434.653</b>
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	-	824.669	2.109.043	2.710.687
Encargos financeiros	96.937	83.953	1.208.378	1.099.594
Amortização do principal	-	(648.500)	(2.452.406)	(2.259.432)
Amortização do encargos	(54.358)	(82.907)	(953.768)	(920.251)
<b>Saldo final</b>	<b>884.824</b>	<b>842.245</b>	<b>9.976.498</b>	<b>10.065.251</b>

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2025							
	Controladora							
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
IPCA	11.934	-	-	-	-	-	895.266	907.200
(-) Custos a amortizar	(2.322)	(2.533)	(2.533)	(2.533)	(2.533)	(2.533)	(7.389)	(22.376)
	<b>9.612</b>	<b>(2.533)</b>	<b>(2.533)</b>	<b>(2.533)</b>	<b>(2.533)</b>	<b>(2.533)</b>	<b>887.877</b>	<b>884.824</b>

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2025							
	Consolidado							
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
CDI	384.577	340.834	758.981	855.773	1.110.484	-	-	3.450.649
IPCA	653.024	624.682	1.880.328	752.482	218.605	103.087	2.425.904	6.658.112
(-) Custos a amortizar	(21.560)	(21.321)	(17.689)	(9.202)	(7.290)	(6.350)	(48.851)	(132.263)
	<b>1.016.041</b>	<b>944.195</b>	<b>2.621.620</b>	<b>1.599.053</b>	<b>1.321.799</b>	<b>96.737</b>	<b>2.377.053</b>	<b>9.976.498</b>

## 19. Passivo contratual com clientes

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$588.938 (R\$459.892 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a receita antecipada, que foi faturada e recebida pela controlada Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ("TCE"), localizada na Colômbia, referente aos valores proporcionais do *Ingresso Anual Esperado*, equivalente a RAP no Brasil, a qual a TCE passou a ter direito a partir de dezembro de 2021, conforme Resolução CREG nº 015 de 2017.

O contrato de concessão da TCE é reconhecido como Arrendamento operacional. Do período entre 1º de dezembro de 2021 e 21 de outubro de 2025, a infraestrutura de transmissão não estava disponível para uso, todavia o órgão regulador colombiano havia autorizado o faturamento da receita a partir de 1º de dezembro de 2021, como o serviço de transmissão de energia não estava sendo executado, os valores mensais faturados, estavam sendo reconhecidos como Passivo de contrato no Balanço Patrimonial. Em 22 de outubro de 2025 a TCE entrou em operação comercial e a partir deste momento os valores faturados que ficaram acumulados no Passivo de contrato até 21 de outubro de 2025, estão sendo apropriados e reconhecidos como receita no resultado, em bases lineares de forma mensal, entre o período de 22 de outubro de 2025 até o encerramento do contrato em 1º de dezembro de 2046.

20. Provisões, Depósitos judiciais e Passivos contingentes

20.1. Provisões

	Controladora						
	31/12/2024	Adições	Atualização monetária	Baixas	Remensuração	Pagamentos	31/12/2025
Provisão para contingências (f)							
<i>Trabalhista</i>	5.902	-	46	(4.747)	-	-	1.201
<b>Total</b>	<b>5.902</b>	<b>-</b>	<b>46</b>	<b>(4.747)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.201</b>

	Controladora						
	31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Baixas	Remensuração	Pagamentos	31/12/2024
Provisão para contingências (f)							
<i>Cível e fundiário</i>	1.258	548	-	(17)	-	(1.789)	-
<i>Trabalhista</i>	5.479	685	-	(262)	-	-	5.902
<b>Total</b>	<b>6.737</b>	<b>1.233</b>	<b>-</b>	<b>(279)</b>	<b>-</b>	<b>(1.789)</b>	<b>5.902</b>

	Consolidado						
	31/12/2024	Adições	Atualização monetária	Baixas	Remensuração	Pagamentos	31/12/2025
Provisões para constituição de ativos (a)	154.074	62.321	-	(57.530)	-	-	158.865
Provisões para compensações ambientais (b)	24.915	1.074	232	(3.787)	-	-	22.434
Provisão para desmobilização (c)	14.511	-	1.487	-	-	-	15.998
Provisão do uso do bem público (d)	28.736	-	4.112	-	-	(3.140)	29.708
Provisão para ressarcimento (e)	27.607	22.808	511	-	-	(8.114)	42.812
Provisão para contingências (f)							
<i>Tributário</i>	2.313	1.605	-	-	-	-	3.918
<i>Cível e fundiário</i>	31.379	470	3.521	(4.481)	-	(1.587)	29.302
<i>Trabalhista</i>	7.941	1.298	180	(5.130)	-	(1.071)	3.218
<b>Total</b>	<b>291.476</b>	<b>89.576</b>	<b>10.043</b>	<b>(70.928)</b>	<b>-</b>	<b>(13.912)</b>	<b>306.255</b>
Circulante	98.085						93.940
Não circulante	193.391						212.315

	Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Baixas	Remensuração	Pagamentos	31/12/2024
Provisões para constituição de ativos (a)	193.238	8.638	-	(47.802)	-	-	154.074
Provisões para compensações ambientais (b)	23.936	3.670	17	(2.388)	-	(320)	24.915
Provisão para desmobilização (c)	20.479	-	1.441	-	(7.409)	-	14.511
Provisão do uso do bem público (d)	27.800	-	3.934	-	-	(2.998)	28.736
Provisão para ressarcimento (e)	2.472	25.026	109	-	-	-	27.607
Provisão para contingências (f)							
<i>Tributário</i>	2.026	-	287	-	-	-	2.313
<i>Cível e fundiário</i>	27.437	961	5.201	(431)	-	(1.789)	31.379
<i>Trabalhista</i>	6.878	1.870	24	(660)	-	(171)	7.941
<b>Total</b>	<b>304.266</b>	<b>40.165</b>	<b>11.013</b>	<b>(51.281)</b>	<b>-</b>	<b>(5.278)</b>	<b>291.476</b>
Circulante	114.891						98.085
Não circulante	189.375						193.391

- (a) As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

- (b) As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.
- (c) As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de cláusulas nos contratos de arrendamentos que determinam que as controladas EDV I, EDV X, EAP I e EAP II deverão, ao final do contrato, devolver o terreno nas mesmas condições em que receberam, à exceção das obras aterradas, como fundações e rede de água e esgoto. Os contratos de arrendamentos possuem duração de 35 anos, cujos vencimentos coincidem com os prazos de Autorização outorgados pela ANEEL demonstrados na nota explicativa nº 1. As premissas para a estimativa dos custos de desmontagem da provisão para desmobilização são baseadas utilizando a tecnologia hoje existente, a preços correntes inflacionados pelo IPCA até o fim do contrato, e descontada utilizando a taxa de desconto real de 6% a.a. em média. A provisão para desmobilização foi reconhecida inicialmente em contrapartida ao Ativo Imobilizado e qualquer mudança na estimativa de fluxo de caixa para desembolso da obrigação ou na taxa de desconto, será registrada em contrapartida ao Ativo Imobilizado, conforme determinado pelo ICPC 12/IFRIC 1. O Ajuste a valor presente é reconhecido no resultado.
- (d) O UBP (Uso do Bem Público) corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Ferreira Gomes, Foz do Rio Claro e Ijuí calculados até o final dos contratos de concessão, e reconhecidos a valor presente, cuja taxa de desconto aplicada foi de 9,9%. O UBP é pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial, reajustado anualmente pelo IPCA.
- (e) Os parques eólicos das controladas EDVs operam com os leilões de Energia de Reserva (LER) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa do leilão, incluindo aplicação de bônus ou penalidades de acordo com as faixas de desvio. Os desvios negativos de geração são apresentados como Provisão de Ressarcimento, já os desvios positivos de geração são apresentados na rubrica de Contas a Receber, ambos têm como contrapartida a Receita de Suprimento de energia elétrica. Os limites para exposições positivas e negativas de geração de energia são divididos da seguinte forma: (i) a Quadrienal cuja faixa é entre 90% a 100% ou entre 101% a 130%; e (ii) a Anual cuja faixa é de menor que 90% ou maior que 130%. A faixa Quadrienal é acumulada durante quatro anos e o saldo de energia em megawatt, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, e a faixa Anual é acumulada durante o ano e o saldo, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, ambos pelos preços megawatt/hora vigentes à época da apuração do ciclo. Diante deste cenário, temos provisões que estão em formação e provisões formadas, ou seja, que o ciclo de apuração foi finalizado.
- (f) Provisão para contingências: a Administração da Companhia e suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso. Em 31 de dezembro de 2025, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes principais assuntos:

### Tributário

As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão e supostos débitos de PIS e COFINS.

### Cível

As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de supostos serviços adicionais, originários de contratos decorrentes da implantação dos empreendimentos, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados.

### Trabalhista

A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade etc. relacionados a ex-colaboradores.

**20.2. Depósitos judiciais e Cauções**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributário	-	-	6.669	7.331
Cível	18	18	1.201	5.388
Fundiário	-	-	24.519	817
Trabalhista	627	731	1.949	2.094
Regulatório (ANEEL)	-	-	16	26
Conta em garantia	-	-	5.492	-
	<b>645</b>	<b>749</b>	<b>39.846</b>	<b>15.656</b>
Circulante	-	-	-	120
Não circulante	645	749	39.846	15.536

**20.3. Passivos contingentes**

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2025, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<b>Processos judiciais</b>				
Tributário	37	28.932	42	52.228
Cível, Ambiental e Fundiário	2.136	472.429	64	329.743
Trabalhista	21	3.468	70	5.573
Regulatório	10	18.503	3	962
	<b>2.204</b>	<b>523.332</b>	<b>179</b>	<b>388.506</b>

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R\$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Resumo dos principais processos com risco de perda possível:

**i) Tributário:**

- Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de lançamento de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas financeiras com o pagamento de juros relativos às debêntures emitidas. O valor em risco aproximado é de R\$22.233 (R\$20.500 em 31 de dezembro de 2024);
- Processo Administrativo nº 15746720203202021 - em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$12.450 (R\$11.676 em 31 de dezembro de 2024); e



- Processo Administrativo nº 19515722963201238 – em face da controlada EATE. Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - Omissão de Receitas - Período de 2007. O valor em risco aproximado é de R\$7.255 (R\$6.358 em 31 de dezembro de 2024).

### ii) Ambiental e Cível:

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$153.161 (R\$130.874 em 31 de dezembro de 2024);

A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2), no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$201 (R\$180 em 31 de dezembro de 2024);
- Execução de Título Extrajudicial nº 10022636320224013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$13.818;
- Auto de Infração Ambiental nº 016154 - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$22.437 (R\$21.471 em 31 de dezembro de 2024);
- Auto de Infração Ambiental nº 016158 - lavrado em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$9.616 (R\$9.201 em 31 de dezembro de 2024);
- Auto de Infração Ambiental nº 41971 (3200010472008) - lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$9.454 (R\$7.944 em 31 de dezembro de 2024);
- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 - proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00103807020164013100 (antigo nº 00013863320168030006) - proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados à evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo MP. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o MPE proveu a Ação Penal nº

00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de resposta à acusação. O valor em risco não pode ser estimado;

- Ação Ordinária nº 50137849720208130105 - proposta pelo proprietário das terras, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Governador Valadares. Trata-se de ação interposta em face da controlada TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A., que visa a Revogação de Liminar de Imissão Provisória na Posse c/c Manutenção na Posse, Danos Morais, Ambientais e Lucros Cessantes, vinculada à Ação de Instituição de Servidão Administrativa nº 5007124-24.2019.8.13.0105. O valor em risco aproximado é de R\$26.850 (R\$26.107 em 31 de dezembro de 2024); e
- Ações JEC – Evento “apagão 2020”: tratam-se de 2.066 ações de indenização por danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no “apagão” ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$98.137 (R\$84.000 em 31 de dezembro de 2024).

### iii) Arbitragem:

- Procedimento Arbitral: instaurado em face da ETB para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$88.050 (R\$80.342 em 31 de dezembro de 2024);
- Procedimento Arbitral: instaurado em face da controlada ETC para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$16.549 (R\$15.100 em 31 de dezembro de 2024); e
- Procedimento Arbitral: instaurado pela Transnorte Energia S.A. (TNE), com o objetivo de determinar o valor do reequilíbrio econômico-financeiro integral do Contrato de Concessão nº 003/2012 – ANEEL.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, exceto por aquelas que, no entendimento da Administração, são importantes para os negócios da Companhia e suas controladas, descritas abaixo:

### (i) Arbitragem:

- Processo Arbitral: as controladas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. celebraram contratos de fornecimento de energia distintos, por meio dos quais estas deveriam fornecer, certas quantidades de energia por mês. Tais contratos foram cedidos parcialmente a terceiros, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Lavrinhas e Queluz ingressaram com ações de execução contra as empresas cedentes e as cessionárias, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais. Tendo vista que os contratos de fornecimento de energia possuíam cláusula arbitral, as cedentes, para poder apresentar seus embargos de devedor, instauraram procedimentos arbitrais, requerendo o reequilíbrio dos contratos ou as suas resoluções para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas e Queluz figurem no polo passivo destas arbitragens, elas também são as credoras dos contratos de fornecimento de energia. Processo de natureza arbitral com valor inestimável, considerando a ausência de parâmetros objetivos no pedido postulado pela parte adversa.

21. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é no valor total de R\$4.023.099 (R\$3.673.568 em 31 de dezembro de 2024), e a quantidade de ações está representado conforme abaixo:

31/12/2025						
Ordinárias		Preferenciais		Total		
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
<b>Acionistas</b>						
Controladores	513.956.691	76,54	1.889.772	0,60	<b>515.846.463</b>	<b>52,16</b>
Outros (free float)	157.537.587	23,46	315.496.551	99,40	<b>473.034.138</b>	<b>47,84</b>
<b>Total das ações</b>	<b>671.494.278</b>	<b>100,00</b>	<b>317.386.323</b>	<b>100,00</b>	<b>988.880.601</b>	<b>100,00</b>

31/12/2024						
Ordinárias		Preferenciais		Total		
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
<b>Acionistas</b>						
Controladores	494.189.170	76,54	1.815.037	0,59	<b>496.004.207</b>	<b>52,16</b>
Outros (free float)	151.478.405	23,46	303.364.120	99,41	<b>454.842.525</b>	<b>47,84</b>
<b>Total das ações</b>	<b>645.667.575</b>	<b>100,00</b>	<b>305.179.157</b>	<b>100,00</b>	<b>950.846.732</b>	<b>100,00</b>

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$349.531, mediante a capitalização de parte do saldo contábil da Reserva de Investimentos, com a emissão de 38.033.869 novas ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 25.826.703 ações ordinárias e 12.207.166 ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de Units à razão de 4%, ou seja, na proporção de 4 (quatro) novas ações para cada 100 (cem) ações possuídas, independentemente de sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. A partir do dia 17 de abril de 2025, as ações e Units foram negociadas "ex" direito à bonificação, sendo que as novas ações ou Units, conforme o caso, foram incluídas na posição dos acionistas em 23 de abril de 2025. Após a bonificação de ações a composição acionária passou a ser apresentada conforme quadro acima na data-base de 31 de dezembro de 2025.

O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$9,19 por ação, independentemente da espécie, ou R\$27,57 por Unit (representativas cada uma de uma ação ordinária e duas ações preferenciais) para os fins do disposto no artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

O aumento de capital teve por objetivo: (i) atender a obrigação legal imposta pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não podem ultrapassar o capital social; e (ii) aumentar a liquidez das ações em decorrência do ajuste do valor de sua cotação no mercado, uma vez que a negociação a um patamar mais acessível combinada com uma maior quantidade de ações em circulação gerou, potencialmente, mais negócios e maior volume financeiro, o que resultou em criação de valor aos acionistas.

- c) A Reserva de lucros no valor de R\$4.964.166 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.444.246 em 31 de dezembro de 2024) é composta pela:
- c.1) Reserva legal no valor de R\$481.269 em 31 de dezembro de 2025 (R\$420.491 em 31 de dezembro de 2024): de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
  - c.2) Reserva de investimentos no valor de R\$4.271.028 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.811.887 em 31 de dezembro de 2024): os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.
  - c.3) Reserva de lucros a realizar no valor de R\$211.869 em 31 de dezembro de 2025 (R\$211.869 em 31 de dezembro de 2024): refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório que excedeu a parcela realizada do lucro líquido dos exercícios de 2020, 2021 e 2022, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

**Excesso de reserva de lucros**

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025 excesso de reserva de lucros no valor de R\$851.894. O Estatuto Social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social. A resolução de tal excesso, será deliberado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada ao longo do exercício de 2026.

- d) Reserva de capital

As reservas de capital decorrem dos ganhos ou perdas obtidos na compra e venda de ações de acionistas não controladores e das reservas para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ganho (perda) em transação de capital</b>		
EATE	86.821	86.821
ECTE	(3.915)	(3.915)
Lavrinhas	(4.747)	(4.747)
Queluz	(3.000)	(3.000)
Foz	(50.853)	(50.853)
APAETE	4.643	4.643
TME	(27.823)	(27.823)
TCC	79.610	79.610
TPE	109.843	109.843
TSM	33.088	33.088
Ijuí	(207.224)	(207.224)
ETB	50.394	50.394
	66.837	66.837
<b>Reserva para reinvestimento</b>		
ENTE	466	466
ETEP	57	57
	523	523
	<b>67.360</b>	<b>67.360</b>

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### e) Ajuste de avaliação patrimonial

Referem-se ao ganho e perda na conversão das informações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, Resultado de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes e Hedge de fluxo de caixa de instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	104.372	45.937	105.242	37.348
<b>Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos líquidos no exterior (i)</b>				
La Virgen	(74)	3.525	(460)	12.984
Risaralda	7	17	7	17
Alupar Peru	939	55.458	939	55.458
Alupar Chile	(531)	703	(531)	703
SED	5	-	5	-
Alupar Colômbia	1.247	5.006	1.247	5.006
<b>Subtotal - Ajustes acumulados de conversão</b>	<b>1.593</b>	<b>64.709</b>	<b>1.207</b>	<b>74.168</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
Resultado de equivalência patrimonial (ii)	47.557	21.200	-	-
Hedge de fluxo de caixa (ii)	33.767	(40.255)	75.133	(13.350)
<i>Compras previstas altamente prováveis</i>	-	-	62.614	8.333
<i>SWAP de taxa de juros</i>	33.767	(40.255)	12.519	(21.683)
Imposto de renda diferido (ii)	(12.795)	12.781	(6.060)	7.076
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>174.494</b>	<b>104.372</b>	<b>175.522</b>	<b>105.242</b>
Atribuído aos acionistas controladores			174.494	104.372
Atribuído aos acionistas não controladores			1.028	870

(i) Os montantes acumulados de variações cambiais relacionadas a ajustes de conversão de controladas no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, apenas no momento da baixa de controlada no exterior, ou na perda de controle.

(ii) As controladas TCE, TECP e TPC designaram instrumentos financeiros derivativos como *hedge accounting* de fluxo de caixa e a variação do valor justo de tais instrumentos financeiros são reconhecidos em Outros resultados abrangentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.3. Consequentemente, a Companhia reconhece a sua participação em tal operação por conta do método de equivalência patrimonial.

### f) Destinação do resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1.215.559	1.086.090
Destinações para:		
Reserva legal	60.778	54.305
Dividendos intercalares	346.109	199.678
Dividendos obrigatórios	-	58.268
Dividendos adicionais	9.889	15.809
Reserva de Investimento	798.783	758.030
Dividendos declarados da Reserva de lucros a realizar	-	1.990
Dividendos totais declarados	355.998	275.745
Porcentagem de dividendos sobre o Lucro do exercício	29%	25%

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

A seguir detalhamos os dividendos declarados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Data de Aprovação	Data Ex-Dividendos	Data Record <sup>1</sup>	Data de Pagamento	Valor total	Por ação (R\$)	Por Unit (R\$)
Conselho de Administração	08/05/2025	15/05/2025	14/05/2025	07/07/2025	69.222	0,07	0,21
Conselho de Administração	07/08/2025	15/08/2025	14/08/2025	06/10/2025	69.222	0,07	0,21
Conselho de Administração	06/11/2025	14/11/2025	13/11/2025	05/01/2026	98.888	0,10	0,30
Conselho de Administração	18/12/2025	29/12/2025	26/12/2025	16/02/2026	108.777	0,11	0,33
Conselho de Administração	05/03/2026	17/04/2026	16/04/2026	15/06/2026	9.889	0,01	0,03

<sup>1</sup> Data Record: data base para o direito ao recebimento do dividendo.

Durante o exercício social de 2025, o Conselho de Administração, com base na competência conferida pelo Estatuto Social e nos termos do Art. 204 da Lei nº 6.404/76, aprovou as distribuições de dividendos intercalares descritos acima à conta de lucros apurados em balanços intermediários. Conforme deliberação do Conselho de Administração, tais dividendos foram declarados com a condição de serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2025, nos termos do Art. 202 da referida Lei, sujeitos à ratificação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se em 16 abril de 2026. Adicionalmente, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos adicionais propostos, conforme descrito na nota explicativa nº 33.

O total dos dividendos declarados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2025 corresponderam a 30,83% do Lucro líquido do exercício, após destinação da Reserva legal, montante este superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

## 22. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Numerador:</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.215.559	1.086.090
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	663.994	637.843
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	313.841	301.481
<b>Lucro por ação</b>		
Lucro básico e diluído por ação ordinária (*)	1,24	1,16
Lucro básico e diluído por ação preferenciais (*)	1,24	1,16

(\*) A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou bônus de subscrição.

**23. Receita operacional líquida e Outras receitas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional bruta</b>				
<b>Segmento de Transmissão</b>	-	-	<b>3.905.734</b>	<b>3.551.615</b>
Receita de operação e manutenção (Nota 9)	-	-	662.246	622.688
Receita de infraestrutura - Ativo Contratual (Nota 9)	-	-	725.469	384.451
Receita de infraestrutura - Intangível	-	-	84.932	56.414
Remuneração financeira do ativo de concessão (Nota 9)	-	-	2.398.500	2.488.062
Receita de transmissão de energia elétrica	-	-	34.587	-
<b>Segmento de Geração</b>	<b>164.998</b>	<b>96.889</b>	<b>956.143</b>	<b>860.586</b>
Venda de energia elétrica (a)	164.998	96.889	966.395	880.696
Ressarcimento eólicas em formação	-	-	(22.808)	(25.026)
Venda de crédito de carbono e outras receitas	-	-	12.556	4.916
<b>Segmento não reportável</b>				
Comissão de aval - Partes relacionadas (Nota 27)	53.589	57.500	-	-
<b>Total - Receita operacional bruta</b>	<b>218.587</b>	<b>154.389</b>	<b>4.861.877</b>	<b>4.412.201</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>				
Programa de Integração Social - PIS	(3.485)	(2.374)	(52.401)	(46.958)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(16.051)	(10.935)	(241.432)	(216.950)
PIS e COFINS - Diferidos	-	-	(95.344)	(72.598)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	(2.439)	(578)
Imposto sobre Serviços - ISS	(2.229)	(2.381)	(2.557)	(2.694)
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(30.858)	(29.547)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(12.232)	(11.596)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	-	-	(12.237)	(11.595)
Ministério de minas e energia - MME	-	-	(6.119)	(5.799)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	(14.656)	(13.593)
TFSSE e RGR Diferido	-	-	6.281	1.811
<b>Total - Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(21.765)</b>	<b>(15.690)</b>	<b>(463.994)</b>	<b>(410.097)</b>
<b>Total - Receita operacional líquida</b>	<b>196.822</b>	<b>138.699</b>	<b>4.397.883</b>	<b>4.002.104</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Ganho pela revisão tarifária (Nota 9)	-	-	-	21.620
Outras receitas operacionais	-	(10)	6.452	2.621
<b>Subtotal - Outras receitas operacionais bruta</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>	<b>6.452</b>	<b>24.241</b>
(-) Impostos sobre outras receitas operacionais	-	-	-	(2.183)
<b>Total - Outras receitas operacionais</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>	<b>6.452</b>	<b>22.058</b>

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

a) A seguir apresentamos os volumes e preços médios de energia comercializados:

Controladora						
Exercício findo em						
31/12/2025			31/12/2024			
MWh	Preço Médio	Valor	MWh	Preço Médio	Valor	
<b>Venda de energia elétrica</b>						
Ambiente livre - comercialização	302.201	160,78	48.589	379.896	128,32	48.749
Ambiente livre - partes relacionadas	455.042	172,66	78.569	55.224	146,24	8.076
Ambiente regulado	420.342	83,45	35.079	466.221	83,78	39.062
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	2.761	-	-	1.002
<b>Total</b>		<b>164.998</b>			<b>96.889</b>	

Consolidado						
Exercício findo em						
31/12/2025			31/12/2024			
MWh	Preço Médio	Valor	MWh	Preço Médio	Valor	
<b>Venda de energia elétrica</b>						
Ambiente livre	800.506	317,40	254.084	780.364	312,61	243.952
Ambiente livre - comercialização	876.870	195,94	171.812	855.608	154,05	131.806
Ambiente regulado	2.453.549	204,31	501.291	2.504.986	193,55	484.849
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	39.208	-	-	20.089
<b>Total</b>		<b>966.395</b>			<b>880.696</b>	

b) A seguir apresentamos as margens do segmento de transmissão de cada obrigação de desempenho:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Implementação de infraestrutura</b>		
Receita de infraestrutura	810.401	440.865
Custo de infraestrutura	(602.444)	(433.488)
Margem	207.957	7.377
% Margem percebida	25,66%	1,67%
<b>Operação &amp; Manutenção</b>		
Receita de operação e manutenção	662.246	622.688
Custo de operação e manutenção	(190.423)	(165.146)
Margem	471.823	457.542
% Margem percebida	71,25%	73,48%



24. Custos e despesas por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	(236.911)	(175.448)	(151.020)	(119.296)
Custos pelo uso da rede elétrica	-	-	(81.490)	(52.287)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(15.705)	(10.419)
Depreciação e amortização	(292)	(565)	(185.792)	(178.155)
Obrigações com pessoal	(17.179)	(19.291)	(212.136)	(187.753)
Remuneração dos diretores e conselheiros	(15.977)	(14.999)	(41.564)	(38.279)
Materiais	(377)	(147)	(316.947)	(120.904)
Serviços de terceiros	(9.591)	(5.161)	(427.244)	(451.404)
Provisões para contingências	4.700	(954)	(1.237)	(7.038)
Aluguéis	(2.114)	(269)	(22.521)	(15.647)
Seguros	(933)	(38)	(29.893)	(28.174)
Doações e contribuições	(467)	(361)	(7.331)	(9.149)
Tributos e taxas	(768)	(686)	(19.144)	(495)
Encargos financeiros, líquidos	-	-	(39.602)	(34.967)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2)	-	(2.132)	(4.450)
Perda na revisão tarifaria, liquida de impostos (Nota 9)	-	-	(27.604)	(41)
Outros	(435)	(233)	(9.647)	(22.071)
<b>Total dos custos e despesas por natureza</b>	<b>(280.346)</b>	<b>(218.152)</b>	<b>(1.591.009)</b>	<b>(1.280.529)</b>
Custo dos serviços prestados	(236.911)	(175.448)	(735.664)	(661.485)
Custo de infraestrutura	-	-	(602.444)	(433.488)
Despesas gerais e administrativas	(43.435)	(42.704)	(214.122)	(178.570)
Outras despesas operacionais	-	-	(38.779)	(6.986)
<b>Total dos custos e despesas por função</b>	<b>(280.346)</b>	<b>(218.152)</b>	<b>(1.591.009)</b>	<b>(1.280.529)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o custo com a Energia comprada para revenda foi influenciado pelas restrições de geração no valor de R\$19.397 e pela diferença de preços regionais (submercados) no valor de R\$7.612.

25. **Receitas e despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras, líquida de impostos	147.610	96.477	391.085	297.142
Atualização monetária	5.264	3.943	23.268	13.547
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.741	1.997
Instrumentos financeiros derivativos (MTM)	36.354	2.664	36.354	2.664
Outras receitas com partes relacionadas (nota 28)	5.131	3.149	-	-
Outras receitas financeiras	653	101	1.958	3.338
<b>Total</b>	<b>195.012</b>	<b>106.334</b>	<b>458.406</b>	<b>318.688</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros sobre dívida	(96.937)	(83.953)	(1.325.292)	(1.218.032)
Ganho (perda) na variação cambial	1.273	2.765	94.045	(15.818)
Atualização monetária	-	-	(29.335)	(12.296)
Juros sobre arrendamentos	(366)	(27)	929	(4.370)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(49.372)	-	(46.905)	-
Instrumentos financeiros derivativos (MTM)	-	-	(55)	(107)
Encargos sobre opções outorgadas	(158)	(157)	(543)	(541)
Despesas bancárias	(10)	(329)	(10.376)	(6.244)
Outras despesas financeiras	(1.268)	(1.153)	(12.711)	(12.399)
<b>Total</b>	<b>(146.838)</b>	<b>(82.854)</b>	<b>(1.330.243)</b>	<b>(1.269.807)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>48.174</b>	<b>23.480</b>	<b>(871.837)</b>	<b>(951.119)</b>

**26. Imposto de renda e contribuição social**

Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social corrente registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	79.145	56.555	135.128	114.376
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	812	519	15.100	3.521
Imposto de renda retido na fonte	2.038	2.177	28.196	26.855
<b>Total de imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>	<b>81.995</b>	<b>59.251</b>	<b>178.424</b>	<b>144.752</b>
Circulante	81.995	59.251	161.544	134.668
Não circulante	-	-	16.880	10.084

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	-	-	12.722	18.323
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	36.607	43.132
<b>Total de imposto de renda e contribuição social a pagar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49.329</b>	<b>61.455</b>

Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	71.100	57.821	(1.834)	6.791
Ativo contratual da concessão	(3.162.624)	(2.800.586)	(310.375)	74.132
Direito de extensão da outorga (intangível)	(18.551)	(19.868)	4.159	1.242
Arrendamento	251	1.562	(1.311)	240
Diferimento Art. 69 Lei 12.973	18.574	32.690	(8.082)	(5.005)
Lucro não realizado	18.395	18.474	(83)	(360)
Depreciação fiscal	(88.487)	(97.695)	(29.040)	8.715
Limite de despesas com juros	40.830	33.042	(15.077)	(15.107)
Provisões	3.569	1.941	(901)	(722)
Transações em moeda estrangeira	(39.481)	(1.807)	34.114	(3.333)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.560)	3.491	(6.653)	41
Direito de exploração (intangível)	(1.985)	-	12	-
Outros	1.739	262	(24.948)	(1.667)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido</b>	<b>(3.159.230)</b>	<b>(2.770.673)</b>	<b>(360.019)</b>	<b>64.967</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	173.786	110.608		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(3.333.016)	(2.881.281)		

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

### a) Composição dos tributos no resultado:

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social diferidos

#### Total

### b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:

#### Resultado antes dos tributos

Alíquota nominal

Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais

#### Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:

Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE

Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA

Despesas (receitas) não dedutíveis para fins fiscais

Resultado de equivalência patrimonial

Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido

Prejuízo fiscal do período para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido

Efeito da alíquota de lucro presumido

Efeito da alíquota das empresas localizados no exterior

Ajuste de períodos anteriores

Mudança na alíquota média de imposto de renda diferido

Juros sobre o capital próprio

Outras

#### Despesa de imposto de renda e contribuição social

### c) Alíquota efetiva

Controladora		Consolidado	
Exercício findo em		Exercício findo em	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
-	-	(149.470)	(146.578)
-	3.180	(360.019)	64.967
-	<b>3.180</b>	<b>(509.489)</b>	<b>(81.611)</b>
1.215.559	1.082.910	2.242.682	1.941.517
34%	34%	34%	34%
<b>(413.290)</b>	<b>(368.189)</b>	<b>(762.512)</b>	<b>(660.116)</b>
-	-	169.280	169.621
-	-	4.545	4.366
1.345	1.068	(3.333)	624
425.309	387.224	102.406	50.661
-	3.180	4.238	(10.601)
(5.282)	(2.606)	(29.207)	(9.106)
-	-	72.828	102.290
-	-	1.646	(35.637)
-	-	(962)	24
-	-	(86.789)	304.560
(22.214)	(18.020)	-	-
14.132	523	18.371	1.703
-	<b>3.180</b>	<b>(509.489)</b>	<b>(81.611)</b>
<b>0,0%</b>	<b>-0,3%</b>	<b>22,7%</b>	<b>4,2%</b>

A variação na alíquota efetiva foi em consequência da renovação dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE obtidos no exercício de 2024 das controladas EATE, TME e ETVG e pelo encerramento do incentivo fiscal SUDENE no exercício de 2025 da controlada STN, afetando a mensuração do passivo fiscal diferido. Adicionalmente em decorrência da Lei Complementar nº 224/2025, que aumentou em 10% as alíquotas de presunção para fins de Lucro Presumido a partir de 1º de janeiro de 2026, as controladas de transmissão da Companhia revisaram a mensuração de seus tributos diferidos sobre os saldos dos Ativos contratuais das concessões.

### Aspectos relevantes dos tributos sobre o lucro aplicáveis por jurisdição:

- Brasil**

O regime do Lucro Real é determinado a partir do lucro contábil e ajustado por determinadas regras da legislação tributária, que integram a base de cálculo. Sobre a base de cálculo, aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo ultrapassar R\$240, para o IRPJ e de 9% para a CSLL, totalizando a alíquota nominal de 34%.

O regime do Lucro Presumido é um benefício fiscal que consiste numa forma de tributação simplificada para a determinação da base de cálculo. Aplica-se a pessoas jurídicas que tenham receita bruta de até R\$78 milhões no ano-calendário anterior. Neste sistema, a base de cálculo é determinada aplicando-se sobre a receita bruta um percentual de presunção de 8%, 12% ou 32% (a alíquota depende da atividade exercida pelo contribuinte) e, sobre a base de cálculo, aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo ultrapassar R\$240, para o IRPJ e de 9% para a CSLL, totalizando a alíquota nominal de 34%.

Os prejuízos fiscais não possuem limite de tempo para a utilização, todavia estão limitadas a compensação de até 30% do valor do lucro líquido tributável.

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda se distribuídos e aprovados até 31 de janeiro de 2026. A partir de 1º de janeiro de 2026, os dividendos superiores a R\$50 mensais por empresa pagadora recebidos por pessoas físicas residentes ou não no Brasil serão tributados na fonte (IRRF) a 10%, de acordo com a Lei nº 15.270, emitida em 26 de novembro de 2025. Os dividendos recebidos pelas pessoas jurídicas continuam isentos de imposto de renda.

Os projetos em áreas incentivadas do norte e nordeste do Brasil contam com incentivos fiscais da SUDAM e SUDENE que reduzem em 75% o IRPJ, sendo assim a alíquota nominal do tributo sobre o lucro equivale a 15,25%. O valor do imposto de renda que deixou de ser pago por conta do incentivo, não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo transferido para a Reserva de Incentivos Fiscais. Em relação a redução de 10% na eficácia dos benefícios prevista na LC nº 224/2025, o entendimento da Administração é de que a redução não atinge os incentivos concedidos por prazo certo e sob condições onerosas com laudos constitutivos emitidos até 31 de dezembro de 2025, sendo assim, a redução de 75% do IRPJ desses ativos permanece inalterada até o esgotamento dos respectivos prazos de fruição.

- **Peru**

As sociedades sob jurisdição do Peru estão sujeitas a uma alíquota nominal de imposto de renda de 29,5% sobre o lucro tributável, após a dedução da participação dos trabalhadores, que é calculada com uma alíquota de 5% ou 10% sobre o lucro tributável. As pessoas jurídicas não domiciliadas no Peru estão sujeitas à retenção de um imposto adicional sobre os dividendos recebidos à alíquota de 5%.

As despesas financeiras estão limitadas a 30% do EBITDA tributário, exceto quando destinadas a projetos de infraestrutura pública.

A compensação de prejuízos fiscais pode se dar por um dos dois sistemas de compensação, devendo a escolha ser exercida no momento da entrega da declaração anual de imposto de renda relativa ao primeiro ano em que o prejuízo for reportado. Pelo sistema A (Prazo Determinado) se permite a compensação de até 100% do lucro tributável apurado nos exercícios subsequentes, limitado ao prazo de 4 (quatro) anos contados a partir do exercício seguinte ao da geração do prejuízo. Após este prazo, qualquer saldo remanescente é extinto. Pelo sistema B (Prazo Indeterminado) se permite a compensação de prejuízos por prazo indeterminado, porém limitada a 50% do lucro tributável apurado em cada exercício subsequente.
- **Colômbia**

As sociedades sob jurisdição da Colômbia estão sujeitas a uma alíquota nominal de imposto de renda de 35%, e existe uma taxa mínima de imposto de renda de 15%, denominada *Tasa de Tributación Depurada* ("TTD"). A TTD é determinada dividindo-se o imposto líquido (IL) pelo lucro líquido (LL). Os fatores que compõem o IL e o LL são estabelecidos para definir seu cálculo. Se a TTD for inferior a 15%, ela deverá ser ajustada para atingir o mínimo de 15%.

Os prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis dos próximos 12 anos seguintes, sem limites de compensação e atualizados pela inflação fiscal (UVT – Unidad de valor tributário).

A alíquota de imposto de renda sobre ganhos ocasionais, para residentes e não residentes fiscais, é de 15%.

O imposto sobre a indústria e o comércio é 100% dedutível a partir do ano fiscal de 2023, não sendo mais tratado como um desconto fiscal. Geradoras de energia elétrica por fonte hídrica terão uma alíquota adicional de 3% no imposto de renda para os anos de 2023 a 2026. A distribuição de lucros pelas sociedades na Colômbia sujeita-se à retenção na fonte de imposto de renda conforme as seguintes alíquotas: (i) Não residentes: Retenção de 20% sobre o valor bruto. No caso de lucros já tributados no nível corporativo, a alíquota efetiva combinada é de 48%; e (ii) Residentes: Retenção de 10% (compensável pelo beneficiário final) ou alíquota efetiva combinada de 41,5% para lucros tributáveis na investida
- **Chile**

O Regime Geral (Semi-Integrado) de tributação é focado em grandes empresas, que determinam sua renda líquida tributável de acordo com as normas gerais contidas nos artigos 29 a 33 da Lei do Imposto de Renda, sendo obrigadas a manter contabilidade completa. Essas empresas são tributadas pelo IdPC (Imposto de Primeira Categoria) com uma alíquota de 27%, e seus proprietários tributarão com base em retiradas, remessas ou distribuições efetivas, com imputação parcial (65%) do crédito de IdPC nos impostos finais incidentes. A exceção aplica-se aos contribuintes do imposto adicional residentes em países com os quais o Chile possui um acordo de bitributação vigente, que poderão utilizar 100% do crédito. Para esses contribuintes, sua carga efetiva será mantida em 35%, enquanto para os demais investidores estrangeiros será de 44,45%. Atualmente, está em vigor o Acordo para evitar dupla tributação entre Chile-Brasil.

Não há limite de tempo para a compensação de prejuízos fiscais. É possível compensar, em cada período, até o montante total da renda líquida tributável. A autoridade tributária pode revisar a situação do prejuízo fiscal acumulado em exercícios futuros.

**27. Partes relacionadas**

a) Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Balanco patrimonial</b>				
<b>Contas a receber</b>	<b>18.126</b>	<b>10.201</b>	-	-
EAP I - Venda de energia ambiente livre (iii)	690	-	-	-
EAP II - Venda de energia ambiente livre (iii)	1.182	-	-	-
Verde 08 - Venda de energia ambiente livre (iii)	415	372	-	-
Foz - Venda de energia ambiente livre (iii)	2.266	-	-	-
ACE - Venda de energia ambiente livre (iii)	747	-	-	-
Ferreira Gomes - Venda de energia ambiente livre (iii)	5.005	-	-	-
La Virgen - comissão de aval (iv)	4.443	6.169	-	-
TPE - comissão de aval (iv)	1.422	1.547	-	-
ETB - comissão de aval (iv)	1.052	1.131	-	-
TCC - comissão de aval (iv)	904	983	-	-
<b>Outros ativos</b>	<b>79.257</b>	<b>45.953</b>	-	-
Alupar Peru - reembolso de despesas bancárias	79	638	-	-
Alupar Colombia - reembolso de despesas bancárias	-	117	-	-
TCE - reembolso de despesas bancárias	90	101	-	-
EAP I e EAP II - reembolso de despesas	3.087	8.374	-	-
Risaralda - Mútuo (vi)	-	3.844	-	-
Alupar Colômbia - Mútuo (v)	65.039	32.879	-	-
Alupar Chile - Mútuo (v)	10.962	-	-	-
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	-	-	<b>1.991</b>	<b>1.991</b>
Gentermo Participações	-	-	169	169
Perfin	-	-	1.822	1.822
<b>Fornecedores - Compra de energia ambiente livre (i)</b>	<b>13.308</b>	<b>18.059</b>	-	-
EAP II	741	563	-	-
EAP I	2.564	1.696	-	-
Ferreira Gomes	8.229	15.800	-	-
Pitombeira	1.774	-	-	-
<b>Dividendos a pagar (ii)</b>	<b>207.678</b>	<b>136.335</b>	<b>286.810</b>	<b>212.516</b>
Acionistas controladores	108.334	71.119	108.334	71.119
Acionistas minoritários da controladora	99.344	65.216	99.344	65.216
Acionistas não controladores	-	-	79.132	76.181

Parte relacionada / natureza da transação	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Demonstração do resultado</b>		
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>132.158</b>	<b>65.576</b>
Ferreira Gomes - Venda de energia (iii)	38.786	1.642
ACE - Venda de energia (iii)	9.526	-
Foz do Rio Claro - Venda de energia (iii)	7.375	-
EAP I - Venda de energia (iii)	5.642	-
EAP II- Venda de energia (iii)	9.749	-
Verde 8 - Venda de energia (iii)	7.491	4.396
Pitombeira - Venda de energia (iii)	-	2.038
TPE - comissão de aval (iv)	18.880	20.164
ETB - comissão de aval (iv)	13.695	14.392
TCC - comissão de aval (iv)	11.998	13.068
La Virgen - comissão de aval (iv)	9.016	9.876
<b>Custo - Energia comprada para revenda (i)</b>	<b>(132.214)</b>	<b>(139.540)</b>
Ferreira Gomes	(94.100)	(109.691)
EAP I	(26.630)	(21.946)
EAP II	(8.090)	(7.253)
Pitombeira	(3.268)	(650)
Verde 8	(126)	-
<b>Receitas financeiras</b>	<b>5.131</b>	<b>3.149</b>
Alupar Colômbia - Mútuo (v)	4.596	2.786
Risaralda - Mútuo (vi)	233	363
Alupar Chile - Mútuo (vii)	302	-

- i) Refere-se a compra de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos de venda de outras controladas ou para venda ao mercado, conforme preço médio de compra demonstrado na nota explicativa nº 23;
- ii) Refere-se aos dividendos a pagar pela Companhia e suas controladas aos acionistas;
- iii) Refere-se a venda de energia da Alupar para suas controladas em decorrência da necessidade das mesmas de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24;
- iv) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos/financiamentos, prestados pela Alupar em favor das controladas, cuja remuneração cobrada é de 1,55% ao ano do saldo garantido pela Alupar, devida a partir da entrada em operação comercial do empreendimento até o término da fiança. As condições comerciais foram aprovadas tanto pela ANEEL quanto pelos acionistas não controladores dessas controladas. Em relação a controlada La Virgen, a remuneração cobrada é de 2,00% ao ano do saldo garantido da Alupar desde o início de sua construção.
- v) Refere-se a dois contratos de mútuos entre a Alupar e sua controlada Alupar Colômbia, respectivamente, firmados nos dias 25 de abril de 2022 e 5 de março de 2024, pelos valores totais de US\$3.300 mil e COP\$14.161.500 mil, com juros de 7,50% a.a., e 14,84%a.a., com vencimentos em 1º de dezembro de 2030 e 5 de março de 2031.
- vi) Referia-se a contrato de mútuo firmado entre a Alupar e sua controlada indireta Risaralda, em 6 de março de 2024, no valor total de até COP\$5.000.000 mil, com juros de 13,56% a.a. e o vencimento para 6 de março de 2029. A liquidação do mesmo foi realizada em 3 de setembro de 2025.
- vii) Refere-se a contrato de mútuo firmado entre a Alupar e sua controlada Alupar Chile, em 6 de março de 2024, no valor total de até COP\$5.000.000 mil, com juros de 13,56% a.a. e o vencimento para 6 de março de 2029.

b) Garantias

A Companhia presta garantias em favor de suas controladas mediante a concessão de fiança ou aval em operações de crédito. Essas operações de crédito, bem como as respectivas garantias outorgadas, encontram-se descritos nas Notas Explicativas nº 17 e 18.

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2025, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2025 no montante de até R\$20.419, líquido de encargos sociais – INSS, ônus da Companhia conforme Ofício Circular SEP 01/2021 da CVM, sendo R\$1.779 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$18.640 referentes à remuneração da Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração da diretoria (i)	11.482	10.673	32.888	27.707
Remuneração do conselho	1.290	1.244	2.461	2.598
Encargos sociais do conselho e diretoria	3.205	3.082	6.215	7.974
<b>Total</b>	<b>15.977</b>	<b>14.999</b>	<b>41.564</b>	<b>38.279</b>

i) Compostos por ordenados, salários, participação nos lucros, benefícios não monetários (tais como assistência médica e odontológica), benefícios de aposentadoria, seguro de vida e gratificações.

**28. Instrumentos financeiros e Gerenciamento de riscos**

**28.1. Valor Justo e Hierarquia do valor justo**

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como, utilizaram a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.



Consolidado						
31/12/2025		31/12/2024		Classificação	Nível	
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo			
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e bancos	106.918	106.918	51.127	51.127	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	578.963	578.963	756.102	756.102	VJR	2
Investimentos de curto prazo	2.387.700	2.387.700	2.571.896	2.571.896	VJR	2
Títulos e valores mobiliários	155.040	155.040	165.134	165.134	VJR	2
Contas a receber de clientes	374.908	374.908	405.599	405.599	Custo amortizado	-
Ativo contratual da concessão	20.440.175	20.440.175	19.434.422	19.434.422	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	53.303	53.303	-	-	VJR	2
Instrumentos financeiros derivativos	18.630	18.630	26.543	26.543	VJORA	2
	<b>24.115.637</b>	<b>24.115.637</b>	<b>23.410.823</b>	<b>23.410.823</b>		
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	190.734	190.734	195.371	195.371	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.610.853	2.610.853	2.617.820	2.617.820	Custo amortizado	-
Debêntures	9.976.498	9.943.969	10.065.251	10.002.345	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	24.084	24.084	46.555	46.555	Custo amortizado	-
Passivo contratual com clientes	560.782	560.782	459.892	459.892	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	108	108	VJR	2
Instrumentos financeiros derivativos	4.516	4.516	72.626	72.626	VJORA	2
Opções de compra outorgadas	3.372	3.372	3.211	3.211	VJR	3
	<b>13.370.839</b>	<b>13.338.310</b>	<b>13.460.834</b>	<b>13.397.928</b>		

VJR = Valor justo por meio do resultado / VJORA = Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
  - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12 Ajuste a Valor Presente, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- Debêntures: o valor justo das debêntures indexadas ao CDI não possui diferença relevantes para o saldo contábil. Para as debêntures indexadas ao IPCA tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3.
- Opções de compra outorgadas: A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis, uma vez que o preço de exercício é calculado sobre o valor do aporte do acionista não controlador acrescido da variação do IPCA.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### 28.2. Gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta afim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu os Comitês de Finanças, de Auditoria e de Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos: (a) de crédito; (b) de liquidez; e (c) de mercado.

#### (a) Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de seus ativos financeiros.

#### (i) Contas a receber de clientes

O risco de crédito das contas a receber decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes.

O contas a receber de clientes relacionado ao suprimento de energia, composto por contratos em ambiente regulado (ACR), ambiente livre (ACL) e mercado de curto prazo, são realizados através de normas e diretrizes com exigência de garantias e acompanhamento das operações. Em relação as controladas do segmento de transmissão, as mesmas mantêm contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência. A lista de envelhecimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 é demonstrada na nota explicativa nº 8.

#### (ii) Caixa e equivalentes de caixa, Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Risco associado aos investimentos depositados em instituições financeiras que estão suscetíveis as mudanças no mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de instituições financeiras com forte capacidade de honrar seus compromissos, cujo *rating* de crédito seja no mínimo 'A' em escala nacional, e com estabelecimento de limites de concentração.

#### (b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira impactariam a Companhia e suas controladas, causando um aumento das despesas futuras das mesmas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas.

Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. As cláusulas restritivas ("covenants") estão descritos nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

Outro ponto importante é que 92,97% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (93,36% em 31 de dezembro de 2024), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES, emissão de debêntures de infra e outras instituições de fomento. Cerca de 15,52% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (13,46% em 31 de dezembro de 2024). Os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros na data da demonstração contábeis estão apresentados nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

A gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Logo as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

A estrutura de capital decorre do equilíbrio entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações, com o objetivo de otimizar do custo médio ponderado do capital. Regularmente a Administração monitora o mercado de crédito.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.610.853	2.617.820
Debêntures	884.824	842.245	9.976.498	10.065.251
Dívida bruta	884.824	842.245	12.587.351	12.683.071
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(53.730)	(3.238)	(685.881)	(807.229)
(-) Investimentos de curto prazo	(1.214.898)	(1.310.358)	(2.387.700)	(2.571.896)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(155.040)	(165.134)
Dívida líquida	(383.804)	(471.351)	9.358.730	9.138.812
Patrimônio líquido	9.163.894	8.240.131	12.576.514	11.723.503
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>(0,04)</b>	<b>(0,06)</b>	<b>0,74</b>	<b>0,78</b>

### (c) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros e as taxas de câmbio, irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. Os principais riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

#### (i) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sujeitos a taxas de juros variáveis.

#### Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e das dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base em relatórios de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores e assim definindo-os como o cenário provável; a

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% como parâmetros de estresse considerando que tais variações refletem a volatilidade das taxas de juros no mercado brasileiro.

Para cada cenário foi calculada a receita e a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2025	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>Aplicações financeiras</b>			<b>12,25%</b>	<b>6,13%</b>	<b>9,19%</b>	<b>15,31%</b>	<b>18,38%</b>
Equivalentes de caixa	CDI	477.032	58.436	29.218	43.827	73.046	87.655
Investimentos de curto prazo	CDI	2.387.700	292.493	146.247	219.370	365.617	438.740
Títulos e valores mobiliários	CDI	155.040	18.992	9.496	14.244	23.741	28.489
<b>Total</b>		<b>3.019.772</b>	<b>369.921</b>	<b>184.961</b>	<b>277.441</b>	<b>462.404</b>	<b>554.884</b>

Consolidado	Indexador	Taxa de juros média a.a.	Posição em 31/12/2025	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				<b>8,05%</b>	<b>4,03%</b>	<b>6,04%</b>	<b>10,06%</b>	<b>12,08%</b>
	TJLP +	2,32%	332.567	35.119	21.423	28.271	41.968	48.816
	IPCA +	4,47%	429.530	37.403	28.294	32.848	41.957	46.512
	IBR +	2,45%	295.667	39.036	23.134	31.085	46.987	54.939
	SOFR +	2,31%	1.583.635	93.213	64.861	79.037	107.390	121.566
<b>Debêntures</b>				<b>12,25%</b>	<b>6,13%</b>	<b>9,19%</b>	<b>15,31%</b>	<b>18,38%</b>
	CDI +	0,66%	3.450.649	448.299	235.551	341.925	554.674	661.048
	IPCA +	5,83%	6.658.112	674.551	531.506	603.029	746.074	817.597
<b>Total</b>			<b>12.750.160</b>	<b>1.327.621</b>	<b>904.769</b>	<b>1.116.195</b>	<b>1.539.050</b>	<b>1.750.478</b>

### (ii) Risco cambial

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se ao fato das controladas da Companhia possuírem transações com instituições financeiras, clientes e fornecedores em moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, denominadas moedas estrangeiras. A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro e de suas controladas é o Novo Sol peruano, Peso colombiano, Peso chileno e o Real brasileiro. As controladas da Companhia possuem majoritariamente exposição à dólares americanos, relacionados a transações de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a pagar com fornecedores e contas a receber de clientes. Se a moeda funcional se desvalorizar frente ao Dólar americano, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em USD	Valor em R\$	Valor em USD	Valor em R\$	Valor em USD	Valor em R\$	Valor em USD	Valor em R\$
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	207	1.139	30	185	18.525	101.931	30.380	188.122
Contas a receber de clientes	807	4.443	996	6.169	1.111	6.111	708	4.386
Outros ativos	11.836	65.129	5.966	36.941	11.674	64.233	31	192
	12.851	70.711	6.992	43.295	31.309	172.275	31.119	192.700
<b>Passivo</b>								
Fornecedores	-	-	-	-	3.979	22.646	5.144	31.854
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	273.477	1.558.989	259.145	1.604.702
Outros passivos	-	-	-	-	149	821	133	821
	-	-	-	-	277.605	1.582.456	264.421	1.637.377
<b>Exposição líquida no balanço</b>	<b>12.851</b>	<b>70.711</b>	<b>6.992</b>	<b>43.295</b>	<b>(246.296)</b>	<b>(1.410.181)</b>	<b>(233.302)</b>	<b>(1.444.677)</b>

### (iii) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

### (iv) Risco de Descontratação

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão

dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar uma redução nas RAPs das controladas.

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

**(v) Risco de regulação**

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

**28.3. Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de hedge**

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia e suas controladas passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial, preço de commodities e juros. Os principais instrumentos utilizados são SWAP e *Non-Deliverable Forward* (NDF). Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir:

**Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting**

Instrumentos financeiros derivativos - Designados como hedge accounting	Controlada	Valor Nocial	Periodicidade da liquidação	Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
					Valor contábil Ativo (Passivo)	Ganho (perda) reconhecido em ORA	Valor contábil Ativo (Passivo)	Ganho (perda) reconhecido em ORA
Contrato a termo de commodities (NDF) - Alumínio	TECP	287.121	No vencimento	jan/28	20.774	42.833	(22.061)	5.680
Contrato a termo de commodities (NDF) - Alumínio	TPC	164.384	No vencimento	jan/28	11.328	24.297	(12.974)	2.653
Swaps taxa flutuante SOFR vs. taxa fixa	TCE	340.857	Semestral	jul/27	7.302	(21.248)	26.543	18.572
Swaps taxa em IPCA vs. taxa em CDI	Alupar	850.000	Semestral	out/34	32.529	33.767	(37.591)	(40.255)
Contrato a termo de moedas (NDF) - USD	TECP	270.289	No vencimento	jul, out e dez/26	(3.895)	(3.895)	-	-
Contrato a termo de moedas (NDF) - USD	TPC	154.067	No vencimento	set/26	(621)	(621)	-	-

A Companhia contratou uma operação de SWAP junto a XP Investimentos S.A., com o objetivo de trocar a taxa de juros da 8ª Emissão Debêntures, que corresponde a IPCA + 6,4986% ao ano (base 252 dias) – ponta ativa, pela taxa de juros de 96,35% do CDI ao ano (base 252 dias) – ponta passiva. A operação de SWAP tem o valor nocional de R\$850.000, com duração de 10 anos e com o fluxo de liquidação idêntico ao fluxo de liquidação da 8ª Emissão Debêntures. Esse instrumento financeiro é mensurado pelo valor justo, sendo que as variações do valor justo são reconhecidas em Outros resultados abrangentes.

As controladas TCE, TECP e TPC contrataram instrumentos financeiros derivativos, sendo eles o SWAP e o contrato a termo de moedas e mercadorias (NDF), e os designou como hedge de fluxo de caixa, sendo que as variações do valor justo são reconhecidas em Outros resultados abrangentes, em grupo do Patrimônio líquido em Reservas de hedge.

O contrato de SWAP de taxa de juros, corresponde a 75% (índice de hedge) do valor nominal do crédito adquirido junto do MUFG Bank (Banco Líder), sendo que a TCE recebe (ponta ativa) uma taxa fixa de 3,303% em troca da taxa variável de SOFR 6 meses mais spread (ponta passiva), com prazo até 10 de julho de 2027. O SWAP cobre um período adicional de 2027 a 2036, com o objetivo de cobrir o risco de taxa de juros no momento do refinanciamento do empréstimo, o que deverá ocorrer até julho de 2027. Este refinanciamento é considerado uma transação altamente provável, uma vez que, as projeções de fluxo de caixa da TCE, de acordo com o modelo inicial entregue aos credores e estabelecido no contrato de crédito, indicam que o pagamento total do crédito não poderia ser cumprido até aquela data.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

Os contratos a termo de mercadoria, são instrumentos de proteção da aquisição de insumos altamente prováveis que a TECP e a TPC necessitam fazer para o desenvolvimento de suas atividades. Os contratos foram celebrados junto aos Bancos BR Partners, BTG, XP e Citibank. Os contratos são de proteção do preço da commodity de alumínio, e correspondem a 29.175 toneladas de alumínio previstas a serem adquiridas pelas referidas controladas.

A efetividade do hedge é caracterizada pela correspondência dos termos críticos do instrumento de proteção com os termos críticos do item protegido.

O índice de hedge para a proteção de exposição cambial e do preço de commodity, é dada pela relação entre a quantidade de alumínio contratados nas NDFs e a quantidade total altamente provável prevista de ocorrer. E o índice de hedge para a proteção da taxa de juros dos contratos de swap, é dada pela relação do valor nominal sobre o valor principal da dívida.

### Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

Instrumentos financeiros derivativos - Não designados como hedge accounting	Controlada	Valor Nominal	Periodicidade da liquidação	Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
					Valor contábil Ativo	Ganho (perda) reconhecido em Resultado	Valor contábil Ativo	Ganho (perda) reconhecido em Resultado
SWAP de moeda cruzada	TEL	26.978	Mensal	2025	-	(55)	(108)	(108)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP I	17.463	Único no final	2024	-	-	-	553
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP II	45.614	Único no final	2024	-	-	-	1.444

A controlada TEL contratou uma operação de SWAP de moeda cruzada junto ao Banco Citibank, que consiste na troca da dívida em pesos colombianos com taxa de juros fixa de 11,02 a.a. (ponta ativa) por uma dívida em dólares americanos com taxa de juros flutuante de SOFR + 1,58% a.a. (ponta passiva). O valor do nominal é de USD\$4.700.000 convertido pela cotação de COP\$4.391,00. Esse instrumento financeiro derivativo é mensurado pelo valor justo sendo que seu ganho ou perda é reconhecido no resultado na rubrica de Despesas e receitas financeiras. A operação foi encerrada em outubro/2025.

As controladas EAP I e EAP II contrataram SWAPs junto ao Banco Citibank com o objetivo de trocar a exposição cambial do dólar americano (ponta ativa) dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais spread (ponta passiva). Os ganhos ou perdas foram reconhecidos no resultado na rubrica de Despesas e receitas financeiras. Esses contratos foram encerrados em janeiro de 2024.

**29. Informações por segmento**

Os segmentos operacionais reportáveis consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. As atividades que não estão conectadas aos segmentos operacionais reportáveis são apresentados na coluna "Outros". Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

	Exercício findo em			
	31/12/2025			
	Transmissão	Geração	Outros	Consolidado
Receita operacional líquida	3.539.306	865.084	(6.507)	4.397.883
Custo do serviço	(792.867)	(545.241)	-	(1.338.108)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.746.439</b>	<b>319.843</b>	<b>(6.507)</b>	<b>3.059.775</b>
Despesas administrativas e gerais	(97.601)	(56.321)	(60.200)	(214.122)
Resultado de equivalência patrimonial	301.193	-	-	301.193
Outras receitas	4.561	1.891	-	6.452
Outras despesas	(28.429)	(8.566)	(1.784)	(38.779)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>2.926.163</b>	<b>256.847</b>	<b>(68.491)</b>	<b>3.114.519</b>
Depreciação e amortização	10.694	174.195	903	185.792
LAJIDA	2.936.857	431.042	(67.588)	3.300.311
Despesas financeiras	(937.870)	(233.131)	(159.242)	(1.330.243)
Receitas financeiras	177.590	72.624	208.192	458.406
<b>Lucros antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>2.165.883</b>	<b>96.340</b>	<b>(19.541)</b>	<b>2.242.682</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(118.127)	(27.860)	(3.483)	(149.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(352.686)	(6.244)	(1.089)	(360.019)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.695.070</b>	<b>62.236</b>	<b>(24.113)</b>	<b>1.733.193</b>
Atribuído aos acionistas controladores	1.212.983	39.313	(36.737)	1.215.559
Atribuído aos acionistas não controladores	482.087	22.923	12.624	517.634
Ativos operacionais	24.863.607	5.632.504	1.618.205	32.114.316
Investimentos avaliados pelo MEP	854.363	-	-	854.363
Investimentos em ativos não circulantes	68.391	25.889	7.530	101.810
Passivos operacionais	24.863.607	5.632.504	1.618.205	32.114.316



	Exercício findo em			
	31/12/2024			
	Transmissão	Geração	Outros	Consolidado
Receita operacional líquida	3.219.956	788.934	(6.786)	4.002.104
Custo do serviço	(607.535)	(487.438)	-	(1.094.973)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.612.421</b>	<b>301.496</b>	<b>(6.786)</b>	<b>2.907.131</b>
Despesas administrativas e gerais	(79.028)	(46.044)	(53.498)	(178.570)
Resultado de equivalência patrimonial	149.003	-	-	149.003
Outras receitas	21.152	916	(10)	22.058
Outras despesas	(5.644)	-	(1.342)	(6.986)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>2.697.904</b>	<b>256.368</b>	<b>(61.636)</b>	<b>2.892.636</b>
Depreciação e amortização	6.579	168.991	2.585	178.155
<b>LAJIDA</b>	<b>2.704.483</b>	<b>425.359</b>	<b>(59.051)</b>	<b>3.070.791</b>
Despesas financeiras	(844.086)	(290.296)	(135.425)	(1.269.807)
Receitas financeiras	129.679	69.457	119.552	318.688
<b>Lucros antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>1.983.497</b>	<b>35.529</b>	<b>(77.509)</b>	<b>1.941.517</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(120.099)	(22.039)	(4.440)	(146.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.863	2.496	1.608	64.967
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.924.261</b>	<b>15.986</b>	<b>(80.341)</b>	<b>1.859.906</b>
Atribuído aos acionistas controladores	1.189.974	(2.664)	(101.220)	1.086.090
Atribuído aos acionistas não controladores	734.287	18.650	20.879	773.816
Ativo operacionais	23.294.469	6.248.186	1.146.381	30.689.036
Investimentos avaliados pelo MEP	372.762	-	-	372.762
Investimentos em ativos não circulantes	60.286	42.786	28.433	131.505
Passivos operacionais	23.294.469	6.248.186	1.146.381	30.689.036

As receitas de um cliente do segmento de Geração representaram aproximadamente de 10% a 15% do total da receita desse segmento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### Informações geográficas

Apresentamos a seguir as receitas e ativos operacionais das controladas da Companhia do segmento de Geração e Transmissão nos países em que atuamos.

Receitas operacionais	31/12/2025	31/12/2024	Ativos operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Brasil	4.116.700	3.906.754	Brasil	29.526.547	26.413.471
Perú	188.314	72.169	Perú	1.187.334	1.165.016
Colômbia	92.869	23.181	Colômbia	1.365.590	1.311.309
			Chile	34.845	6.107

A receita baseia-se na localização geográfica dos clientes e os ativos são baseados na localização geográfica dos ativos.

**30. Benefícios a empregados**

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração direta	171.676	157.647
Auxílio alimentação	15.688	13.276
Assistência médica e seguro de vida	20.880	19.247
Vale transporte	402	216
Auxílio educação	645	274
Previdência privada (a)	2.882	3.173
Outros benefícios à empregados	4.045	2.708
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	12.465	10.558
Previdência social (INSS)	33.213	32.164
<b>Total</b>	<b>261.896</b>	<b>239.263</b>

- a) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

**31. Transações não envolvendo caixa e equivalentes de caixa**

As transações da atividade de financiamento que não envolveram o uso de caixa e equivalentes de caixa não estão incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa, portanto, apresentamos a seguir a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Consolidado	01/01/2025	Efeito caixa	Efeito não caixa			31/12/2025
			Varição cambial	Varição no valor justo	Outros variações	
Empréstimos e financiamentos	2.617.820	(150.748)	(187.549)	-	331.330	2.610.853
Debêntures	10.065.251	(1.297.131)	-	-	1.208.378	9.976.498
Passivo de arrendamento	46.555	(8.900)	-	-	(13.571)	24.084
Dividendos a pagar	212.516	(875.624)	-	-	949.918	286.810
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.991	-	-	-	-	1.991
Opções de compra de ações outorgadas	11.274	-	-	-	543	11.817
Capital social	3.673.568	-	-	-	349.531	4.023.099
Participação dos acionistas não controladores	3.483.372	-	(386)	-	(70.366)	3.412.620
<b>Atividades de financiamento</b>		<b>(2.332.403)</b>	<b>(187.935)</b>	-	<b>2.755.763</b>	

Consolidado	01/01/2024	Efeito caixa	Efeito não caixa			31/12/2024
			Variação cambial	Variação no valor justo	Outros variações	
Empréstimos e financiamentos	2.339.778	(311.368)	361.637	-	227.773	2.617.820
Debêntures	9.434.653	(468.996)	-	-	1.099.594	10.065.251
Passivo de arrendamento	46.085	(11.735)	-	-	12.205	46.555
Dividendos a pagar	331.379	(951.952)	-	-	833.089	212.516
Adiantamento para futuro aumento de capital	293	1.819	-	-	(121)	1.991
Opções de compra de ações outorgadas	10.734	-	-	-	540	11.274
Capital social	3.310.783	-	-	-	362.785	3.673.568
Participação dos acionistas não controladores	3.273.249	-	9.459	-	200.664	3.483.372
<b>Atividades de financiamento</b>		<b>(1.742.232)</b>	<b>371.096</b>	<b>-</b>	<b>2.736.529</b>	

### 32. Compromissos contratuais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas em fase pré-operacional mantêm contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do respectivo empreendimento, pelos seguintes valores:

Projetos	Valor
TECP	260.066
TAP	404.243
TPC	11.334
TEL	8.781

### 33. Eventos subsequentes

#### a) Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e sua regulamentação subsequente, foi instituído no Brasil um novo modelo de tributação sobre o consumo, baseado no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, cuja implementação ocorrerá de forma gradual ao longo do período de transição.

Nesse contexto, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de comercialização, geração e transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais, bem como sobre a prestação de serviços acessórios, incluindo a concessão de aval e fiança.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, os critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia e suas controladas, quando aplicável, passaram a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das seguintes alíquotas transitórias:

- 0,9% referente à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS);
- 0,1% referente ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A obrigatoriedade de consideração dessas alíquotas na apuração dos tributos tem início em 1º de janeiro de 2026. De acordo com a legislação vigente, tais valores não são exigíveis financeiramente no exercício de 2026, não resultando, até o momento, em impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, a implementação do novo modelo demanda adequações relevantes nos sistemas de informação, nos processos de compliance tributário e na emissão de documentos fiscais, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

As alíquotas definitivas do IBS e da CBS ainda não foram estabelecidas e serão fixadas pelo Senado Federal, sendo as alíquotas mencionadas acima válidas exclusivamente para o exercício de 2026, em caráter transitório.

A Administração da Companhia e suas controladas acompanha continuamente a evolução da regulamentação do novo sistema tributário, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus efeitos sobre a formação de preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade do período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia e de suas controladas. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC).

### **b) Lei Complementar 224/2025 – Redução de Incentivos fiscais**

A Lei Complementar nº 224/2025, promulgada em 24 de setembro de 2025, introduziu uma redução linear de 10% em determinados incentivos e benefícios fiscais federais vigentes, a partir de 1º de janeiro de 2026 para impostos e a partir de 1º de abril de 2026 para as contribuições. No âmbito das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, destacam-se os seguintes efeitos:

- REIDI: O regime especial, que anteriormente previa a suspensão ou aplicação de alíquota zero de PIS/COFINS sobre determinados investimentos, passou a prever incidência efetiva equivalente a 0,925% ou 0,365%, conforme o enquadramento da operação.
- Incentivos Regionais (SUDAM e SUDENE): A redução do IRPJ incidente sobre o lucro da exploração, anteriormente fixada em 75%, foi reduzida para 67,5%.
- Limitação Global de Benefícios: Foi instituído limite agregado para incentivos e benefícios tributários equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), podendo resultar em revisões futuras da fruição desses benefícios.
- Juros sobre Capital Próprio (JCP): A alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os pagamentos de JCP foi majorada de 15% para 17,5%.
- Lucro Presumido: As margens de presunção foram majoradas em 10%, afetando a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para empresas de transmissão de energia, a margem presumida do IRPJ passou de 8% para 8,8%, e a da CSLL de 12% para 13,2%.

Os impactos decorrentes dessas alterações foram e vêm sendo avaliados pela Administração da Companhia e suas controladas, considerando a vigência dos benefícios atualmente reconhecidos e a expectativa de sua manutenção ou redução.

### c) Captação de Recursos - 3ª Emissão de Debêntures pela TECP

Em 06 de fevereiro de 2026, a controlada TECP concluiu a sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública.

Os recursos captados serão destinados para a implantação dos objetos dos Contratos de Concessão nº 015/2023-ANEEL e nº 002/2024-ANEEL, conforme as condições aprovadas em Assembleia Geral. Abaixo, detalhamos as principais características da operação:

- Montante Total: R\$ 2.450.000 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões de reais);
- Data de Emissão: 15 de janeiro de 2026;
- Vencimento Final: 15 de janeiro de 2038 (Prazo de 12 anos);
- Remuneração (Juros): IPCA + 6,9928% ao ano;
- Pagamento de Juros: Semestral, com o primeiro pagamento em 15 de julho de 2027. Os juros do primeiro ano serão capitalizados;
- Amortização do Principal: Anual, com início em 15 de janeiro de 2030;
- Garantias: Penhor das ações, direitos creditórios e emergentes, contas reservas, e fiança outorgada pela Alupar; e
- Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

### d) Dividendos adicionais propostos

Em 5 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$9.889, correspondente a R\$0,01 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a R\$0,03 por *Unit*. O pagamento dos dividendos adicionais será realizado aos acionistas em até 60 dias da data de aprovação que ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para 16 de abril de 2026. Farão jus ao recebimento dos dividendos ora declarados os acionistas inscritos nos registros da Companhia no final do dia 17 de abril de 2026. Desta forma, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 16 de abril de 2026. Os dividendos estarão sujeitos a retenção de imposto de renda nos termos da legislação vigente.

\* \* \*

Paulo Roberto de Godoy Pereira  
Diretor Presidente

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor Vice-Presidente e  
Diretor Administrativo-Financeiro

Daniela Ribeiro Mendes  
Contadora responsável  
CRC 1SP199348/O-0

## **Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras**

São Paulo, 5 de março de 2026.

### DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 dezembro de 2025.

---

Paulo Roberto de Godoy Pereira  
Diretor Presidente

---

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor Vice-Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro

## **Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

São Paulo, 5 de março de 2026.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

---

Paulo Roberto de Godoy Pereira  
Diretor Presidente

---

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor Vice-Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro